

**Movimentos europeus no século XVII:  
Nápoles, Inglaterra, Portugal e Catalunha**

**Joana Couto Fernandes**

**Dissertação de Mestrado em História Moderna  
e dos Descobrimentos**

**Setembro, 2019**

**Movimentos europeus no século XVII:  
Nápoles, Inglaterra, Portugal e Catalunha**

**Joana Couto Fernandes**

**Dissertação de Mestrado em História Moderna  
e dos Descobrimentos**

**Setembro, 2019**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica de Diogo Ramada Curto.

## Resumo

Nesta reflexão propomos, usando a sociologia histórica, entrar numa área de estudo, no mínimo, controversa ou problemática – o estudo das revoluções. Esta temática, assustadora devido à sua densidade, espelha as sociedades passada, presente e futura. Através de diretrizes simples e adequadas, centramos esta dissertação em quatro casos revolucionários aparentemente independentes entre si: Portugal, Espanha, Reino de Nápoles e Inglaterra.

As reivindicações e alterações pós-revolucionárias destas rebeliões contextualizarão o assunto abordado, enquanto a duração dos efeitos – se são medidas a curto ou longo prazo – ajudarão a definir a sua eficácia. Nos quatro casos verificaremos que diversos fatores se alinham e repetem: as revoltas dos grupos inferiores; a ineficácia dos aparelhos definidos pelos governos vigentes; a tentativa de rutura do Estado por líderes reacionários.

Iremos, também, refletir sobre toda a trajetória revolucionária, destacando diversas dimensões causais - democracia, guerra, centralidade política, posição popular, entre outras - e, através delas, ponderar a relação de concorrência entre os Estados e a tomada de medidas, por parte do governo, que afetarão todos os envolventes.

Propomos, então, uma observação capaz de englobar a sociologia histórica, em todas as suas variantes, e de expandir a análise causal estrutural e não-estrutural, apontando a relevância do agente social, das mentalidades, da cultura, da religião, dos simbolismos.

**Palavras-Chave:** Revoluções; Restauração; Segadors; Masaniello; Guerra Civil Inglesa

## **Abstract**

In this reflection we propose, using historical sociology, to enter a field of study that is, at least, controversial or problematic - the study of revolutions. This theme, frightening because of its density, mirrors past, present and future societies. Through simple and proper guidelines, we focus this dissertation on four revolutionary cases apparently independent of each other: Portugal, Spain, Kingdom of Naples and England.

The post-revolutionary alterations and claims will provide the context for the object in study, while the duration of its effects – whether short-term or long-term measures – will help define its effectiveness. In these four cases we will find that several different factors align and repeat themselves: the revolts of the lower groups; the ineffectiveness of the apparatus defined by the existing governments; the attempt to break the state by reactionary leaders.

We will also reflect on the whole revolutionary trajectory, highlighting various causal dimensions - democracy, war, political centrality, popular position, among others - and through them to ponder the relationship of competition between states and action by government, which will affect all involved.

We propose, therefore, an observation capable of encompassing historical sociology, in all its variants, and of expanding structural and nonstructural causal analysis, pointing out the relevance of the social agent, mentalities, culture, religion, and symbolism.

**Keywords:** Revolutions; Restauration; Segadors; Masaniello; English Civil War

## Índice

Índice de Anexos	p.7
Introdução	p.8
1. Restauração da Independência – Portugal	p.17
1.1 Formas de Governar: Inovação ou Adulteração?	p.20
1.2. Questões Económicas, Militares e Financeiras	p.26
1.3. Ideologias e Cultura	p.36
1.4 Quadros Espaciais e o Imaginário Social	p.43
2.Révolte de Masaniello – Nápoles	p.47
2.1 Um Estado em Hasta Pública: Vice-reinado e Administração	p.52
2.2 Pressão fiscal e assistências	p.58
2.3 Pensamentos e atitudes de Crise	p.62
3.Guerra dels Segadors – Catalunha	p.68
3.1 Vice-rei e Administração	p.72
3.2 Cofres vazios e uma guerra para pagar	p.78
3.3 Aldeias a arder e um exército para alojar	p.83
3.4 Mitos e conjunturas sociais	p.88
4.Gunpowder, Traison and Plot- Revolução Inglesa	p.94
4.1Confrontos Político-religiosos	p.99
4.2 Transformações económicas: capitalismo primitivo e a propriedade	p.109
4.3 The war had begun in our streets before the King or Parliament had any armies	p.116
Conclusão	p.121
Bibliografia	p.130
Anexos	p.138

## Índice de Anexos

Anexo I – Situações Revolucionárias à escala mundial	p.159
Anexo II – Anos em que ocorreram situações revolucionárias por região e período	p.140
Anexo III – <i>Categories and explanatory variable clusters in Barrington Moore's Social Origins of Dictatorship and Democracy.</i>	p.141
Anexo IV- Condições genéricas das situações e resultados revolucionários	p.141
Anexo V– Iconografia ilustrativa (Restauração Portuguesa, 1 de Dezembro de 1640)	p.142
Anexo VI – Sistema Polissinodal Português	p.143
Anexo VII– Orçamento do Reino (1506-1607)	p.144
Anexo VIII- Levantamentos populares (1629-1640)	p.145
Anexo IX– População urbana (ca. 1639-1640)	p.146
Anexo X – Escudo colorido dos Sebastianistas	p.147
Anexo XI – Largo das Alterações, Évora	p.147
Anexo XII- Dois elementos iconográficos de Tomaso Masaniello	p.148
Anexo XIII– Mapa do Reino de Nápoles	p.149
Anexo XIV– Esquema Governamental Napolitano	p.150
Anexo XV– <i>La rivolta di Masaniello del 1647 a Piazza del Mercato</i>	p.151
Anexo XVI- <i>Constitutions y altres drets de Cathalunya</i>	p.152
Anexo XVII – Esquema Governamental Catalão	p.150
Anexo XVIII – Mapa do Principado da Catalunha (revoltas urbanas e rurais)	p.154
Anexo XIX– Edifício da Generalitat, Barcelona	p.155
Anexo XX- <i>Els segadors</i>	p.155
Anexo XXI– Medalhão Cromwel e Masaniello	p.156
Anexo XXII– Situações Revolucionárias nas Ilhas Britânicas	p.156
Anexo XXIII – Entrada de Charles I para aprisionar dos 5 membros da Câmara dos Comuns	p.157
Anexo XXIV- <i>The Execution of Charles I</i>	p.158
Anexo XXV – Síntese de Conflitos	p.159

## Introdução

«Se os homens do futuro quiserem chegar a quebrar as grilhetas do presente, terão de compreender as forças que as forjaram».<sup>1</sup>

As revoluções podem ser destrutivas ou renovadoras de uma sociedade; passam por diversas mentes com diferentes objectivos; são a origem dos heróis e a promessa de uma mudança. Sugere-se que por esta descrição seriam avassaladoras, mas muitas vezes, não passam de meros golpes, alterações ou rebeliões.

A anatomia da revolução é alterada consoante as épocas e sociedades nas quais tem incidência, devido à sua dinâmica e eficácia<sup>2</sup>. Logo, à medida que a localização e o carácter das revoluções vão variando ao longo tempo, a força das dimensões interpretativas tenderá igualmente a variar<sup>3</sup>. Assim, quem as estuda também irá variar as dimensões de estudo e impacto. Esta questão tornou-se um problema devido às inúmeras discussões entre os teóricos revolucionários que nomeavam este *o teatro mais importante*<sup>4</sup>. Se analisarmos de perto as teorias da revolução encontramos diversos estudos que enfatizam as causas, as consequências, os grupos contendores e as variantes sociais que limitaram a acção dos oprimidos e dos opressores.

Consequentemente, esclarecemos que as características básicas de uma revolução consistem na criação e institucionalização de uma nova ordem política, sendo este um acto rápido, fundamental e, por vezes, violento<sup>5</sup>. Contém grupos disputadores, com comportamento político irregular, que têm pretensões incompatíveis com o que é imposto pelo governo vigente. Para que a revolução seja completa é necessária uma forte mobilização da população, mesmo que seja da forma mais tradicional, como

---

<sup>1</sup> Moore Jr, Barrington - *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975, p. 525

<sup>2</sup> “(...) para compreendermos o modo como as situações e resultados revolucionários se combinam em revoluções plenamente desabrolhadas, convém estudá-los.” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 39

<sup>3</sup> Parker, Noel - *As Revoluções e a História*. Lisboa: Temas e Debates, 2001, p. 114

<sup>4</sup> Villari, Rosario - *Rebeldes y Reformadores del Siglo XVI al XVIII*. Barcelona: Serbal, 1981, p.112

<sup>5</sup> Definição mais rigorosa de revolução: transferência de força num estado; dois grupos contendores têm pretensões incompatíveis ao controlo de poder num estado. População sujeita à jurisdição desse estado que concorda as exigências de cada um dos grupos; comportamento político irregular; as distinções entre chefes, os membros e os rivais esvaziam-se; mobilização da população através do quebrar da organização e ligação rotineira. Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, pp. 29-30



motins do pão, a defesa de terras comunais ou direitos consuetudinários, motins contra comerciantes ou senhorios e banditismo social<sup>6</sup>.

Usando esta definição, as guerras civis e lutas de sucessão podem ser consideradas revoluções, desde que, efectivamente, exista uma mudança de governo após uma ruptura forçada da soberania.

Com estas directrizes, centramos esta dissertação na análise de quatro casos revolucionários que, aparentemente, são independentes entre si: Portugal, Espanha, Reino de Nápoles e Inglaterra. Iremos apontar as reivindicações e as alterações pós-revolucionárias destas rebeliões, de forma a contextualizar o assunto abordado. Recordamos que a duração dos efeitos - se são medidas a longo ou a curto prazo - ajudar-nos-á a definir a eficácia dos casos estudados. Nestes quatro casos, existe o alinhamento de diversos factores, tais como: a difusão de revoltas dos grupos inferiores, a ineficácia dos aparelhos definidos pelos governos vigentes e a tentativa de ruptura do Estado por líderes reaccionários. Sendo impraticável o limite geográfico das quatro revoluções, teremos de recorrer por diversas vezes a outros pontos geográficos - como o caso francês e dos Países Baixos - para ilustrar alguns pontos tratados.

Acrescentamos ainda que a escolha destes casos poderá também ser explicada por outras divergências causais. O facto de três casos pertencerem à soberania dos Habsburgo e estarem sujeitos ao princípio de *aeque principaliter* irá sugerir os factores padrão para a concretização das revoltas<sup>7</sup>. Novamente, relembramos o factor de contágio revolucionário que incentiva novos movimentos, ou seja, os conflitos domésticos tendem a espalhar-se para envolver os parceiros estrangeiros, criando uma janela de oportunidade e ameaça muitas vezes aproveitadas por outros estados<sup>8</sup>.

Para esclarecer a escolha geográfica desta tese, trabalhamos com quatro revoluções inseridas em monarquias ocidentais, pioneiras do sistema capitalista. Pelo que é presumido por muitos estudiosos, não é somente no ocidente que estes movimentos têm lugar, a China e a Índia também foram palco de grandes alterações políticas<sup>9</sup>. Também não é em termos demográficos ou de violência que a Europa

---

<sup>6</sup> Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 30

<sup>7</sup> Elliott, John - *España en Europa: Estudio de historia comparada*. Universitat de València: València, 2002, p. 70

<sup>8</sup> Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, pp. 31-36

<sup>9</sup> Goldstone, Jack - *História global da ascensão do Ocidente: 1500-1850*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 22

sobressai em relação ao Oriente. Uma das principais razões para esta escolha foi inspirada pela questão lançada por Eric Hobsbawm «(...) porque a expansão dos séculos XV-XVI não conduziu directamente à época da revolução industrial dos séculos XVII-XIX? Quais os obstáculos à expansão capitalista?»<sup>10</sup>. Apesar deste exercício não trabalhar esta questão, reflectiremos sobre a origem dos obstáculos que provocaram a cristalização de ideias. Outra razão de escolha desta temática recai na facilidade de acesso à documentação e bibliografia. Poderemos ainda acrescentar uma formação eurocêntrica que levaria ao desconforto em temáticas orientais.

Claro que no futuro será possível acrescentar a esta análise uma abordagem oriental, de forma a construir uma análise à escala global<sup>11</sup>. No século XVII a dinastia Manchu conquistou a China e impôs um regime de intolerância conservadora que impediu avanços e inovações. Na Índia, o último imperador Mongol desenvolveu também um governo conservador e intolerante. Podemos, desta forma, concluir que, durante o século XVII, as civilizações asiáticas perderam a liberdade de inovação que os ocidentais continuaram a desenvolver, como podemos ver no exemplo Inglês a adopção de tolerância religiosa.

Relativamente à contextualização, o século XVI destacou-se pela vigorosa dependência das sociedades em relação à agricultura. O crescimento da população levou a que o preço dos alimentos inflacionasse, mas os rendimentos não acompanharam essa alteração. A somar à subida dos preços, os problemas de colheitas, causados por questões climáticas, provocaram ainda mais dificuldades. A colmatar à situação agrária podemos ainda observar que as elites eram cada vez mais numerosas, e com mais divisões partidárias, o que resultou no aumento de lutas internas<sup>12</sup>.

No século XVII, devido à alteração de diversas conjunturas, desenvolveram-se múltiplos levantamentos sociais - desde 1592 até 1691 ocorreram cerca de 295 situações

---

<sup>10</sup> Hobsbawm, E. J. - *La crisis general de la economia europea en el siglo XVIII*. In *En torno a las orígenes de la revolución industrial*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971, pp. 7 - 70

<sup>11</sup> Anexo I- Situações Revolucionárias à escala mundial.

<sup>12</sup> Acrescentamos ainda que “A política inglesa demonstrava sobressaltos pelo tratamento dos protestantes alemães, os casamentos dinásticos com Espanha e o fracasso da monarquia Stuart começaram a dominar o debate político. (...) como Sir John Davies contou à camara dos comuns em 1620 «O palatinado está ao rubro (...) isto é perigoso para os países baixos, para as províncias unidas e para todo o interesse protestante». Olhando para todo continente os críticos parlamentares do rei viam «um partido poderoso e prevalecente (...) que visa a subversão de todas as igrejas protestantes da cristandade» e notavam «a fraca resistência que é exercida contra eles». Simms, Brendan - *Europa: A luta pela supremacia*. Lisboa: Edições 70, 2015, pp. 56 - 57

revolucionárias<sup>13</sup>. De forma a contextualizar o aspecto europeu do século XVI, focaremos a Guerra dos Trinta Anos e poderemos ainda ressaltar outras características, como a deslocação do centro de gravidade comercial do mar Mediterrâneo e do mar Negro para o Atlântico, o estímulo à acumulação de capital - que por sua vez deu aos Estados expansionistas riqueza suficiente para o incremento das suas forças armadas – e o aumento demográfico que levou à proletarização da população<sup>14</sup>.

Com estas condições, bastava uma simples alteração e/ou inovação para provocar uma revolução. Diversas situações como as que foram expostas levaram ao crescimento exponencial de revoluções no século XVII, contando sempre com o factor de contágio revolucionário.

Neste exercício de análise comparativa das quatro revoluções, recorreremos às obras de Geoffrey Parker, Jack Goldstone, Lawrence Stone, Clifton Kroeber, Noel Parker, Trevor Aston, entre outros. Dentro destas agendas desenvolveu-se ao longo do século XX uma tendência de inserir as revoluções do Antigo Regime numa historiografia global, utilizando o método comparativo aplicado ao Ocidente e Oriente, caindo no esquecimento a matriz universalista para a criação de tipologias específicas<sup>15</sup>. Para complementar, recorreremos aos grandes teóricos políticos que influenciaram a formação de teorias revolucionárias, referências desde Aristóteles a Karl Marx, Max Weber, Lenin e Trotsky<sup>16</sup>. Em cada caso revolucionário, acompanharemos separadamente a agenda historiográfica das revoluções seleccionadas, realçando os nomes de Rosário Villari, Luís Reis Torgal, Fernando Bouza Alvarez, Vitorino M. Godinho, John Elliott, Christopher Hill, entre outros.

A interdisciplinaridade desta temática obriga à exploração de estudos em áreas como a sociologia, psicologia e antropologia, que tratam de objectificar o comportamento revolucionário de forma a criar padrões com tendência à generalização.

---

<sup>13</sup> Anexo II- Anos em que ocorreram situações revolucionárias por região e período.

<sup>14</sup> Goldstone, Jack - *História global da ascensão do Ocidente: 1500-1850*. Lisboa: Edições 70, 2010, p.33

<sup>15</sup> “As tendências universalistas podem ser observadas na obra de Mousnier, *Fureurs paysannes* e as tendências tipológicas na obra de Forster, Robert e Green, Jack P., *Revoluções e Rebeliões na Europa Moderna*.”, Mello e Souza, Laura - *Notas sobre as Revoltas e as Revoluções da Europa Moderna*. Revista de História, São Paulo: FFLCH-USP, Nº135 (1996) p. 12

<sup>16</sup> “Não só o Estado antigo e o Estado feudal eram órgãos de exploração dos escravos e dos servos, como também o Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Há, no entanto, períodos excepcionais que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação as mesmas e se torna numa espécie de árbitro entre elas.” Lenine, V. I. - *O Estado e a Revolução*, Campinas: Unicamp, 2011, pp. 44 - 45

Abordaremos, mesmo assim, diversas obras com foco no comportamento revolucionário do grupo ou do indivíduo, e como estes se ajustaram ao ambiente que lhes era imposto. O ambiente irá condicionar a acção dos mesmos que resultará numa reacção, seja ela irregular ou agressiva<sup>17</sup>.

Além de todos os aspectos já abordados, para o estudo das revoluções é igualmente necessário tratar o contexto universal e os líderes revolucionários, para fundamentar a legitimação da revolução, dos conflitos e dos resultados<sup>18</sup>. Os líderes revolucionários, intitulados de heróis e/ou vilões, eram os agentes que mobilizavam os indivíduos a defender a sua causa ou ideologia, que muitas vezes lutavam e morriam por ela. Criavam a mobilização política popular para a construção de um novo Estado, a ponto de a população ser assim arrastada para a criação de milícias, comités de vigilância e exércitos. Estes líderes, voluntários ou não, pertencendo habitualmente a elites ou grupos marginalizados expunham ideologias inovadoras, criavam obstáculos e rupturas e combatiam por novos «Estados Organizacionais», que eram mais centralizados e burocráticos que os velhos regimes<sup>19</sup>.

Eventos como revoluções, golpes de Estado, rebeliões e motins, são circunstâncias nas quais os grupos de actores são conscientes, mobilizados e organizados colectivamente, envolvendo-se no processo de defesa das suas reivindicações, ou em conflitos com outros grupos mobilizados, para garantir que as suas exigências sejam respondidas<sup>20</sup>. Chegamos, assim, à questão da categorização da acção dos contendores, que podem agir de forma espontânea, planeada ou negociada<sup>21</sup>. De forma resumida Theda Skocpol caracteriza a revolução:

---

<sup>17</sup> A religião neste ponto ocupa um lugar de importância “(...) parte da ideia de que as civilizações possuem em núcleo normativo de cariz religioso que molda continuamente as estruturas sociais, políticas, culturais e as identidades colectivas.” Eisenstadt, S. N. - *As Grandes Revoluções e as Civilizações da Modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 20

<sup>18</sup> “(...) as revoluções são concomitantes com as quedas de regimes, as condições por detrás da queda de um regime são, igualmente, condições necessárias para o eclodir de um processo revolucionário. Porém, é apenas em certas circunstâncias históricas, no âmbito de determinadas premissas civilizacionais, de alguns regimes políticos, e de tipos específicos de economia política que tais condições se podem transformar em causas de revoluções.” Eisenstadt, S. N. - *As Grandes Revoluções e as Civilizações da Modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 23

<sup>19</sup> Skocpol, Theda - *Social Revolutions in the Modern World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995, p. 107

<sup>20</sup> Propomos a reflexão da celebre frase de Wendell Philips «As revoluções não são feitas; elas acontecem.»

<sup>21</sup> Kamrava, Mehran - “Revolution Revisited: The Structuralist-Voluntarist Debate” in *Canadian Journal of Political Science*, vol.32, 1999, p. 317

«As revoluções acima de tudo não são meras manifestações extremas de algum tipo homogêneo de comportamento individual. Pelo contrário, são conjunturas complexas do desdobramento de conflitos envolvendo grupos diferentemente dispostos e motivados, e não apenas resultando na destruição violenta de um sistema político, mas também no surgimento de novos arranjos sociopolíticos.»<sup>22</sup>

Relativamente ao conceito de violência, não pretendemos de forma alguma uniformizar o comportamento do indivíduo, mas perceber os motivos que o levaram a revoltar-se<sup>23/24</sup>. O argumento principal do teórico de violência política é esta ser estimulada pela criação de condições: pelo grau de privação relativa sentida pelos possíveis dissidentes; pela aparente ausência de estratégias políticas alternativas permitidas; pela solidez das organizações dissidentes; e pelas justificações normativas para a resistência violenta<sup>25</sup>.

A discussão fica assim em aberto, na qual teóricos estruturalistas e não-estruturalistas sugerem as suas observações comparando a consciência do indivíduo revolucionário e se este é voluntário ou não-voluntário. Neste ponto podemos observar que na obra *Estado e Revoluções Sociais* de Skocpol existe uma debilidade no tratamento das ideologias, que não são consideradas necessárias para explicar uma revolução. A autora argumenta que as ideologias são instigadoras muito pobres de resultados revolucionários. Ou seja, não se pode afirmar que o conteúdo das ideologias, em qualquer sentido, forneça uma chave de previsão para os resultados das revoluções<sup>26</sup>. A rejeição da ideologia e do cariz voluntário deriva das teorias estruturalistas. Ao admitir que as ideologias têm um impacto causal forte, significativo no processo revolucionário alinhamo-nos ao parecer dos teóricos não-estruturalistas.

---

<sup>22</sup> Skocpol, Theda - *Social Revolutions in the Modern World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995, p. 104

<sup>23</sup> “(...) todos os ataques colectivos dentro de uma comunidade política contra o regime político. O conceito subsume revolução, normalmente definido como a mudança sociopolítica fundamental realizado por meio da violência.” Parker, Noel - *As Revoluções e a História*. Lisboa: Temas e Debates, 2001, p. 113

<sup>24</sup> “Na europa de XVII foi notória a violência de soldados e oficiais que estavam à ordem do estado, abuso de autoridade. Quando os civis deviam estar desarmados e ter total confiança nas forças de segurança que o estado proporcionava este quebrava a confiança e seriam os civis a demonstrar uma reacção.” Muchembled, Robert - *Uma História da Violência: do final da idade média aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 227

<sup>25</sup> Parker, Noel - *As Revoluções e a História*. Lisboa: Temas e Debates, 2001, p. 86

<sup>26</sup> “A rejeição da ideologia deriva da rejeição das teorias voluntaristas. Para admitir que as ideologias têm um impacto causal forte em revoluções parecem dar às pessoas intenções conscientes e um papel muito mais significativo no processo revolucionário.” Sewel, William - *Ideologies and Revolutions*. In Skocpol, Theda - *Social Revolutions in the Modern World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995, p. 172

Sobre a importância da perspectiva ideológica, destacamos as duas perguntas elaboradas por Sewell: são as revoluções realmente feitas por movimentos ideológicos? Serão compostas por elites e massas populacionais comprometidas por valores sociais alternativos?<sup>27</sup>

Segundo Sewell, todas as relações sociais são ao mesmo tempo relações ideológicas e todo o discurso ideológico explícito é forma de acção social<sup>28</sup>. A ideologia desempenha um papel crucial nas revoluções, tanto como agente de causa como de resultado, para entender este ângulo teremos de reconhecer que é um fenómeno colectivo e constituinte da ordem social.

Se nos reportarmos às obras de referência percebemos que a abordagem comparativa é uma prática comum nesta temática. Deparamo-nos com os exemplos de *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* de Barrington Moore Jr, *Estados e Revoluções Sociais* de Theda Skocpol, *As Revoluções europeias* de Charles Tilly e *Revolution and Rebellion in the Early Modern World* de Jack Goldstone. Através do «triângulo de história comparada» de Skocpol é possível entender e resumir as diferenças entre as posições metodológicas e comparativas. Assim, são várias as hipóteses dentro da metodologia comparativa, o uso da comparação para providenciar demonstrações paralelas de aplicabilidade de um grande modelo teórico; o uso das comparações para desenvolver contrastes entre casos, sugerindo os caminhos em que cada caso é distinto e revelando os limites das aparentes teorias gerais ou conceitos; e o uso da comparação para propostas analíticas, para desenvolver ou testar hipóteses causais sobre as semelhanças e diferenças entre estudos de caso<sup>29</sup>.

A lógica subjacente ao uso de história comparativa para análise macro-causal implica a criação de grupos de casos que permitam controlar as fontes e os resultados pretendidos. Em suma, optámos por quatro casos e iremos agrupar diversas dimensões que reproduziram mecanismos causais para compreender as origens da revolução. O modelo utilizado por Barrington Moore irá servir para a compreensão dos efeitos que estas revoluções poderão ter tido na modernidade, mesmo as que não foram bem-

---

<sup>27</sup> Sewel, William - “Ideologies and Revolutions” in Skocpol, Theda - *Social Revolutions in the Modern World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995, p. 107

<sup>28</sup> Sewel, William - “Ideologies and Revolutions” in Skocpol, Theda - *Social Revolutions in the Modern World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995, p. 173

<sup>29</sup> Skocpol, Theda - *Social Revolutions in the Modern World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995, p. 85

sucedidas, nas quais são discutidas as diferentes rotas que os grupos contendores traçaram em cada sociedade<sup>30</sup>.

Iremos utilizar alguns dos conceitos aplicados por Charles Tilly que nos ajudarão a definir a composição da revolução. Conceitos como *Situação Revolucionária*, *Resultado Revolucionário* e *Mecanismos Causais* são necessários para classificar os patamares evolutivos de uma revolução<sup>31/32</sup>.

Desta forma, propomos a possibilidade da existência de uma interdependência entre os factos estruturais e as vontades humanas, para o êxito dos movimentos revolucionários, exemplificada através dos casos de êxito (inglês e português) e dos movimentos fracassados (napolitano e catalão).

Este estudo ambiciona contrariar teóricos como Skocpol na rejeição da agência e do carácter voluntarista da acção. Apesar de incluir estes pensamentos não desconsideramos condições estruturais, como é previsto pela socióloga<sup>33</sup>. A interpretação do papel da agência foi, durante vários anos, desacreditada e quase desapareceu dos estudos recentes das revoluções. A utilização desta dimensão era influenciada por tendências políticas, como exemplo da adopção do conceito em afirmações vazias relativas ao «papel crucial do partido» nos Estados comunistas<sup>34</sup>.

Ao aplicar esta teoria, realçamos algumas dimensões não-estruturais, tratando o voluntarismo, as forças sobrenaturais, a influência dos agentes e das crenças proféticas.

A combinação entre causas estruturais e vontade humana pode ser inesperada. Poderão as causas estruturais originar a intervenção de agentes contra estas mesmas

---

<sup>30</sup> Anexo III- Categories and explanatory variable clusters in Barrington Moore's *Social Origins of Dictatorship and Democracy*.

<sup>31</sup> Situação revolucionária: Aparecimento de contendores, ou de coligações de contendores, que apresentam reivindicações mutuamente exclusivas no sentido de controlar o estado ou um segmento deste; comprometimento de um segmento significativo dos cidadãos nessas reivindicações; Incapacidade ou falta de vontade dos governantes para reprimir a coligação alternativa e/ou o comprometimento nas reivindicações desta.

Resultado revolucionário: defecções dos membros da comunidade política; aquisição de forças; armadas pelas coligações revolucionárias; neutralização ou defecção das forças armadas do regime; Controlo do aparelho de estado por membros de uma coligação revolucionária. Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, pp. 21 - 43

<sup>32</sup> Anexo IV- Condições genéricas das situações e resultados revolucionários

<sup>33</sup> “(...) à medida que os neomarxistas passaram a considerar a consciência de classes e a organização partidária como as questões-chave das revoluções, foram-se progressivamente desinteressando de explorar questões relacionadas com as condições estruturais objectivas para o surgimento das revoluções.” Skocpol, Theda - *States and Social Revolutions*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1979, pp. 28 - 29

<sup>34</sup> Parker, Noel - *As Revoluções e a História*. Lisboa: Temas e Debates, 2001, p. 107

causas? Assim, tentaremos articular as explicações centradas na estrutura dos Estados com as explicações pós-modernistas centradas na acção humana, nos discursos revolucionários, mentalidades, ideologia e cultura políticas. Através de uma diversidade de casos, podemos ver como a própria agência é alterada e os efeitos revolucionários, com os seus correspondentes períodos de *Thermidor*, conduziram a diferentes modernidades<sup>35</sup>.

Assim, nos capítulos seguintes trataremos dos parâmetros históricos, estruturais e não-estruturais que resultaram em situações revolucionárias, separando cada caso por capítulo e cada dimensão por subcapítulo. Terminaremos com o balanço comparativo entre os casos de fracasso e êxito, a fim de explicar as origens das consequências revolucionárias, que irão ser condicionadas por diferentes variáveis. Em suma, cada capítulo irá abordar: o início do declínio, as causas estruturais, as causas não-estruturais, a reacção e a historiografia envolvente ao movimento.

Nos quatro casos aqui abordados, iremos também reflectir sobre a trajectória revolucionária completa dando ênfase a diversas dimensões causais como a diplomacia, guerra, centralidade política, posição popular, entre outras. Dentro destas dimensões temos sempre de ponderar a relação de concorrência entre os estados. Esta competitividade externa, em diversos níveis, leva o governo a tomar medidas internacionais que afectam os Estados que o rodeiam<sup>36</sup>. Por fim, trabalharemos a possibilidade dos movimentos do século XVII serem apresentados como antecedentes das grandes revoluções do final do século XVIII<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> “(...) período após a febre revolucionária, porque a natureza humana não suporta o extremismo e radicalismo por muito tempo.” Crane, Brinton - *The anatomy of Revolution*. Nova Iorque: Vintage Books, 1965, p. 275

<sup>36</sup> Skocpol, Theda - *Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa: Presença, 1985, p. 33

<sup>37</sup> Zagorin, Perez - *Revueltas y Revoluciones en la Edad Moderna*. Madrid: Cátedra, 1985, p. 12



## Capítulo I

### **Restauração da Independência - Portugal**

O primeiro caso que analisamos culmina com a ruptura entre as coroas - a Restauração da Independência - que ocorreu no dia 1 de Dezembro de 1640<sup>38</sup>. Antes de tratarmos a revolução vamos destacar alguns aspectos sobre a historiografia até à presente data. A restauração foi um movimento de grande interesse na História de Portugal, porque razão? Dividir a historiografia da Restauração por gerações ajuda-nos a compreender melhor o interesse de sucessivas agendas no estudo deste evento.

A primeira geração de historiadores que enquadraram a Restauração corresponde a uma clara agenda política. Estes trabalhos demonstram o brio dos portugueses, descrevendo pormenorizadamente todo o desenrolar revolucionário, com enfoque na nomeação dos heróis da independência portuguesa. Com a historiografia dos séculos XIX e XX, o liberalismo e o republicanismo recuperaram a base ideológica da restauração para reviver o sentimento nacional, sublinhando várias vezes que «(...) deu relevo à participação popular e viu nos heróis a encarnação ou o reflexo desse ímpeto do povo.»<sup>39</sup>. Alguns dos argumentos que fundamentavam as suas teses consistiam no princípio exclusivo de indigenato no provimento de ofícios e honras; na utilização da língua portuguesa nos actos oficiais; no «desamor» dos reis castelhanos pelos súbditos portugueses; no incumprimento contractual<sup>40</sup>.

Se para Portugal a Restauração foi a recuperação da independência, para os espanhóis será sempre a perda de um território cuja posse era legítima. Podemos também realçar a abundância historiográfica sobre o evento, que resulta na necessidade de amplificar historiograficamente a magnitude do colapso. Assim como o constante denegrir da presença filipina em terras portuguesas, desde os discursos da época à nossa contemporaneidade. Como afirma Aurélio de Oliveira, a historiografia nacional move-se entre a exaltação das glórias e as realizações nacionais, que recorrem à culpabilização do governo espanhol, à exaltação do novo monarca e à culpabilização dos espanhóis na perda dos territórios ultramarinos.

---

<sup>38</sup> Anexo V- Iconografia ilustrativa (Restauração Portuguesa, 1 de Dezembro de 1640)

<sup>39</sup> Torgal, Luís Reis - *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração, Vol. I*. Coimbra: BGUC, 1981, p. 20

<sup>40</sup> Hespanha, António - *O Governo dos Áustrias e a Modernização da Constituição Política Portuguesa. Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, N° 2 (1989) pág. 50

Na década de 1950 a influência do nacionalismo na historiografia portuguesa foi reduzida devido ao destaque dado aos aspectos socioeconómicos. Ou seja, as interpretações das conjunturas do antigo regime não se cingiram somente às dimensões políticas. A encabeçar esta tendência, estiveram historiadores, tais como Jaime Cortesão, Veríssimo Serrão, Oliveira França e Vitorino Magalhães Godinho. Tal onda historiográfica sugeriu que a monocausalidade construída pelo nacionalismo não era suficiente para provocar um movimento como a Restauração, apesar de ser um dos seus factores explicativos<sup>41</sup>. Os mesmos historiadores consideraram que não eram suficientes os efeitos político-sociais para o despertar do movimento, a exclusão de abordagens políticas criou «(...) uma visão desapaixonada e mesmo serena.»<sup>42</sup>.

Segundo Luís R. Torgal, os historiadores e intelectuais que trataram a Restauração repartiram as temáticas entre referências nacionalistas e proféticas para permitir a justificação da ascensão de D. João IV. A confirmar, temos à nossa disposição Sermões, Relações, Genealogias, Discursos Políticos, Panegíricos, Memoriais, Tratados, Cartas, Canções, entre outras. Como por exemplo, *A História de Portugal Restaurado* é uma obra que dá destaque à figura do monarca e dos conjurados, em que sobressai uma narrativa politizada e estratégica<sup>43</sup>. Enquanto, *A Restauração de Portugal Prodigiosa* dá primazia à intervenção Divina e a todos os testemunhos das profecias e milagres que apoiaram a subida ao trono do Duque de Bragança<sup>44</sup>. Mesmo no século XIX, Roque Ferreira Lobo desacreditava parte dos argumentos utilizados e caracterizava-a como «(...) mal escrita Restauração de Portugal Prodigiosa (...) por conter uma indiscreta superstição de Profecias, e de sinaes nos Planetas.»<sup>45</sup>.

Existiam também outros autores que consideravam todos estes milagres adversos. Foi o que sucedeu com o franciscano João de São Bernardino que não aprovava o milagre que ocorreu em Lisboa. Além deste, ainda foi publicada na *Gazeta*, que *Relatam as Novas todas, que ovve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês*

---

<sup>41</sup> «(...) não está provado que o nacionalismo só por si fosse desencadear a revolta.» Hespanha, António - O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, Nº 2 (1989) p. 50.

<sup>42</sup> de Oliveira, Aurélio - Economia e Conjuntura Agrícola no Portugal de Seiscentos. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, nº3, (1989) p. 130

<sup>43</sup> Ericeira, conde da (Luís de Meneses) - *História de Portugal Restaurado*. Introdução e notas de Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945, vols. I e II

<sup>44</sup> de Almeida, Gregório - *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa, 1643

<sup>45</sup> Lobo, Roque F. - *História da feliz aclamação do senhor rei D.João o IV*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1803, pp. 4 - 5.

de Novembro de 1641 a tentativa de comprovar que um dos milagres ocorridos era falacioso<sup>46</sup>. Os discursos que argumentavam a legitimidade da aclamação de D. João IV, como é o caso da *Philippica Portuguesa*, eram refutados por outros utilizados por Castela<sup>47</sup>. Entre estes últimos podemos enumerar: *Marte portugues contra emulaciones castellanas*; *Discurso gratulatorio sobre o dia da felice restituição, & aclamação da Magestade del Rey D. Joam IV*; *Apoyos de la verdad catalana contra las objeciones de una justificacion, que se hizo en nombre del Rey Catholico contra esta provincia. Con los cargos, que injustamente se le impusieron, por unos papeles volâtes, y descargos a ellos*; *Respuesta al manifiesto del Reyno de Portvgal*; *Gazeta em que se relatam as novas todas, que ouve nesta Corte, e que vieram de varias partes no mes de Novembro de 1641*; *Treslado da carta original que Sua Magestade el Rey Dom Joam IV. N. S. escreveu a Manifesto do Reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, & o modo, que teve para exemirse da obediencia del Rey de Castella, & tomar a voz do Serenissimo Dom Joam IV. do nome, & XVIII. entre os reys verdadeyros deste Reyno. el Rey Christianissimo Luis XIII*; *Carta escrita do Inferno por Miguel de Vasconcelos*; *Manifesto do Reyno de Portugal, prese[n]tado a Santidade de Urbano VIII. N. S. pelas tres nações, portuguesa, francesa, catalan em que se mostra o direito com que el Rey Dom João III. Nosso Senhor possui seus Reynos, & Senhorios de Portugal, e as razões, que ha para se receber por seu Embayxador o Illustrissimo Bispo de Lamego(...).*

Nos últimos anos, os historiadores exploraram diversas dimensões temáticas da Restauração. Foi o que sucedeu nas obras e artigos de Pedro Cardim, Diogo Ramada Curto, Fernanda Olival, Mafalda Soares da Cunha, Jean-Frédéric Schaub, entre outros que se encontram referenciados na bibliografia. Procuraremos não isolar nenhum objecto de estudo para construir uma análise revolucionária total com as suas correspondentes virtuais e conjunturais. Apesar de diversos factores de união, e da transparência de algum pacifismo até 1640 por alguns estudos, desde o começo do reinado filipino em Portugal houve intensas contestações que ocuparam todo o decorrer

---

<sup>46</sup> “Num lugar da Beira se afirma que ouve hum home, que ouindo dizer numa cõuersação de amigos que na felice aclamação delRey nosso Senhor fizera o crucifixo da Sè o milagre, que a todos he notorio. disse que podia a caso a imagem do Senhor despregar o braço; & assim como acabou de dizer estas palavras cahio huma parede junto do qual estavam todos os da conuersação, & sò a elle matou” *Gazeta, em que se Relatam as Novas todas, que ovve nesta corte, e que vieram de varias partes no mes de Nouembro de 1641*, Lisboa, officina de Lourenço de Anveres, 1641, f.1.

<sup>47</sup> Outra obra que segue esta linha é o *El principe encubierto manifestado en quatro discursos políticos*, obra de Lucindo Lusitano, impresso na oficina de Domingos Lopes Rosa no ano 1642.

do Portugal Filipino. Como é referido por Schaub, não é aconselhável cingir a nossa análise a uma simples falha e recuperação da soberania portuguesa, como foi feito no século XIX e parte do século XX<sup>48</sup>.

Esclarecemos que não iremos fazer nenhuma reflexão da fisionomia da sociedade portuguesa do século XVII, mas utilizaremos os dados já examinados para estabelecer o interesse global das regularidades causais comuns a diversos casos históricos. Assim, nos próximos pontos, teremos em vista as condições fundamentais de uma interpretação global das regularidades causais comuns a diversos casos históricos.

### **1.1 Formas de Governar: Inovação ou Adulteração?**

Já no quadro da monarquia dual, a partir de 1581, com o seu elemento contractual, Filipe II garantia aos seus súbditos a manutenção da arquitectura política desenhada pela dinastia de Avis. A noção de Monarquia Universal foi abandonada no caso português devido às reivindicações praticadas pela Corte. O reino continuava autónomo, ao contrário do que era desejado nos planos unionistas imaginados por D. Manuel e mesmo por D. João III.

Para ser possível compreender a crise política faremos o exercício de reflexão sobre as mutações das práticas administrativas durante o domínio filipino. Com a união das coroas o sistema governamental português assumiu novos contornos e particularidades que, mais tarde, acabaram por definir as linhas de oposição ao domínio estrangeiro. O ponto de partida para a análise do poder administrativo de Filipe II em Portugal centra-se nas Cortes de Tomar. Nelas, os Três Braços do Estado definiram as suas reivindicações gerais: a exclusividade portuguesa nas futuras nomeações dos altos cargos e, caso o rei estivesse ausente, a substituição do mesmo por um vice-rei de sangue real ou por uma comissão composta por portugueses<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> “A historiografia portuguesa erudita do século XIX e parte do século XX apoiando-se nas tradições textuais que remontam aos discursos políticos contemporâneos da restauração tendeu a analisar a união em termos de perda e recuperação da soberania portuguesa.” Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pag. 9

<sup>49</sup>Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pag. 21

Portugal passou então a ser governado por uma Espanha pragmática e reformadora, em que o poder central reflectia a convergência e liberdade institucional. O ideal da mobilidade das instituições era regularmente desmentido pela irrupção de novas formas de proceder e pela impossibilidade de cumprir a palavra dada em Tomar. A estrutura polissinodal que estava adaptada garantia as respostas necessárias de foro administrativo e judicial, mas era um obstáculo para a rapidez pedida pelos órgãos individuais - apesar do esforço desta administração, não foi o suficiente<sup>50</sup>. Seria errado afirmar que a alteração da estrutura governativa era uma medida que ia directamente contra Tomar, se pensarmos que Portugal estava cristalizado nos modelos políticos que ainda utilizavam práticas medievais, como as Cortes. Houve necessidade de adaptação do sistema governativo e administrativo às novas conjunturas proporcionadas pela integração no projecto imperialista.

A utilização das Cortes foi considerada inútil, presa ao simbolismo da cerimónia, destituído de todas as suas funções governativas - durante 60 anos o governo filipino convocou Cortes com o objectivo de jurar os novos herdeiros e soberanos. Lentamente estas foram substituídas pelo modelo da representação sinodal / burocrática<sup>51/52</sup>. Contrariamente às Cortes, caras e morosas, os Conselhos, estabelecidos em Madrid, rodeavam o Rei e respondiam prontamente aos seus pedidos. A monarquia Hispânica já utilizava o modelo consultivo com os restantes territórios, Portugal equiparou o seu papel às restantes possessões dos filipes<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> “Reforços como a promulgação das ordenações filipinas (1603); Reforma da Justiça (1582); Criação da Relação do Porto, na administração criou-se o Conselho da Índia, Novos regimentos da Mesa da consciência e Ordens e criou-se o Juiz dos feitos da Fazenda (...)” Hespanha, António - O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, Nº 2, (1989), p. 58.

<sup>51</sup> “Garantia o suporte judicial, pondo todos os pontos de vista e respeitava a natureza tópica e argumentativa do processo, mas tornava-se num obstáculo para a rapidez que era pedida.” Hespanha, António - O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, Nº 2, (1989), p. 58.

<sup>52</sup> Anexo VI - Sistema Polissinodal Português

<sup>53</sup> Criação do Conselho de Portugal «El Consejo de Portugal se compone de un presidente, cuatro consejeros y dos secretarios. Trátanse en él materias de gracia, estado y guerra de aquel reino.(...) Mucho se quejan deste tribunal los portugueses, y aunque es cierto que suelen seguirse del celo de los ministros el haceres malquistos com los pretendientes, creo verdaderamente que siendo este Consejo de estado, guerra y conquistas se halla falto en esta parte por no haber en él persona experimentada en estas profesiones. Padece este Consejo el riesgo que consideramos en el de Aragón, porque no pudiendo ser nuestra noticia de aquellas cosas tan individual como sería necessário, se está a peligro de que usurpen más mano los ministros superiores de quien es forzoso fiar lo que se ignora.» Elliott, John; Peña, José; Negredo, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Marcial Pons, Madrid, 2013, p.111

O mundo institucional teve de se adaptar às mudanças do século XVII, conforme sabiam mesmo os membros mais conservadores. A gestão política dos Habsburgo inovou na construção de uma estrutura política e administrativa, projectando-a para uma Europa que começava a traçar as linhas absolutistas. A criação de problemas provém da escolha errada de inovação, expondo já as más decisões políticas que provinham da ascensão social dos validos.

A comunicação do Rei com as periferias, que se realizava em cortes, começou a ser feita através da cabeça do reino, ou seja, o rei comunicava a Lisboa para esta reencaminhar a informação para as restantes cidades e vilas portuguesas<sup>54</sup>. Esta solução não teve longa duração devido à resistência que era feita por outras cidades como Santarém e Porto, a atenção do monarca era algo demasiado valiosa para as elites urbanas abdicarem. Além disso, a população não tinha confiança nas elites urbanas, porque eram estas que passavam todas as medidas que os arruinavam.

Em paralelo a estas características, as guerras que ocupavam o Atlântico e os sucessivos ataques aos territórios ultramarinos obrigaram o governo a responder com eficácia para proporcionar o dinamismo político que garantia o «bom governo» no reino. O modelo consultivo tornou-se obsoleto e burocrático, as consultas que culminavam na decisão do rei demoravam tempo e dinheiro, a resposta foi novamente a criação de um aparelho que agisse de forma rápida sem necessitar de tanto formalismo. Assim deu-se a criação de Juntas e de uma divisão interna do governo.

Desta forma, a administração filipina comunicou com os súbditos através de três modelos, apesar do último não ter tido oportunidade de solidificar. Podemos encontrar o reinado de Filipe II com uma solução unionista que passava a comunicação através do vice-rei, no reinado de Filipe III multiplicaram-se as mediações paralelas praticadas pelas juntas e validos, e com Filipe IV iniciou-se a solução oligárquica com os grupos senhoriais ou elites urbanas que conseguiam através da influência local o sucesso de governo. Neste último reinado foi ensaiada a convocatória dos grandes senhores de forma a provocar a ascensão da nobreza à esfera política. Assim ficam expostos alguns pontos da comunicação entre o poder central com os territórios periféricos.

---

<sup>54</sup> “A capital só transmitia recados importantes, em 1632 Madrid pede a Lisboa quarenta cartas seladas com o selo da cidade, mas com destinatários em branco, para as camaras do reino contribuírem para o socorro da Índia.” Hespanha, António - O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, Nº 2, (1989), p. 57

Por sua vez, a comunicação comissarial afectou diferentes camadas sociais, os letrados observaram o esvaziar dos tribunais ordinários em que actuavam; a nobreza viu-se substituída por uma fracção plebeia que defendia o modelo anti-nobiliárquico; a igreja perdeu os privilégios fiscais segundo a nova política; o povo foi incitado pelos grupos anteriores e arruinado com as novas medidas fiscais<sup>55</sup>.

As juntas defendidas pelos validos do rei dissipavam a influência dos Conselhos e invadiam os seus domínios funcionais. O objectivo de cada membro era angariar mais poder decisivo, para justificar a sua presença em tal cargo. Assim, as juntas vieram provocar o começo da fragmentação interna da política filipina. O confronto político e institucional contrapunha o modelo comissarial e o modelo consultivo. A instabilidade governativa começou a ser um factor presente e a tentativa de inovação do governo entrou em crise com o embate dos interesses privados dos membros como os exemplos de Juntas e a imposição de inventários em 1631. A criação de Juntas leva à junção de magistrados portugueses e castelhanos na mesma fracção, apesar de ser uma solução inovadora, Olivares criou um grande inimigo.

Trataremos, agora, da ausência do monarca na comunicação directa com os súbditos, por enquanto afectando os conflitos “sentimentais” da população e dando um rumo estrutural da inexistência do monarca no território português<sup>56</sup>. Com a vasta dimensão territorial dos Habsburgo, as perdas do controlo institucional são um dado adquirido, mesmo que estas sofram constantes mutações por serem a resposta às exigências dos súbditos. Em consequência de um tal descontrolo, assistiu-se ao reforço do poder social, que levou por sua vez à autonomia dos clãs aristocratas, das instituições urbanas e do poder senhorial.

Com o factor de dispersão territorial, o caso das Índias Orientais revelou uma grande autonomia de decisão, uma vez que passava por processos formais de consulta<sup>51</sup>. No

---

<sup>55</sup> “Este modelo coloca em causa os interesses dos grupos poderoso do reino (...)” Hespanha, António - *Revoltas e Revoluções: a resistência das elites provinciais*. Analise Social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XXVIII, Nº 120, (1993), p. 87

<sup>51</sup> Hespanha, António - *Revoltas e Revoluções: a resistência das elites provinciais*. Analise Social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XXVIII, Nº 120, (1993), p. 88.

<sup>56</sup> “(...) y así me parece muy del servicio de V.Majd. que estos vassallos vivan con esperanza que V.Majd. les dé de que assistirá con su corte en Lisboa por algún tiemp continuado y de asiento, y también juzgo por de la obligación y conveniencia de V. Majd. Ocupar a los de aquel reino en algunos ministerios deste, y muy particularmente en embajadas y virreynatos, presidencias de la corte y en alguna parte de los officios de su real casa.” Elliott, John; Peña, José; Negredo, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 116

caso do reino português existia, assim, uma fragmentação jurisdicional entre a nobreza que absorvia o poder social do monarca, o clero e as ordens militares e as representações corporativas das cortes, enquanto estas perduraram. Como podemos perceber, o problema não era a naturalidade, a ausência do monarca era mais preocupante porque «O rei é o catalisador de ordem política do reino e provoca gestação da corte, tanto doméstica como institucional (...) a ausência trazia fortes alterações políticas e implicou adaptação portuguesa.»<sup>57</sup>

O descontrolo da comunicação entre o rei e os vassallos levou à criação de intermediários, como já abordámos, mas também à ascensão do poder do vice-rei e dos «validos especializados». A corte que rodeava estes indivíduos manipulava os assuntos políticos em concordância com as agendas de interesses privados. Além de que aproveitavam a insegurança do apoio oligárquico e popular para garantir a sua presença nestes grupos<sup>58</sup>. A solução para a manipulação das forças burocráticas estava no reforço do papel dos vice-reis, que deveriam arbitrar o controlo das instituições e dos indivíduos que rodeavam qualquer decisão imposta pelos validos. Mas, na alçada do governo de D. Margarida, desenvolveu-se uma hipertrofia da autoridade dos secretários, Diogo Soares e Miguel Vasconcelos, resultante da junção de redes clientelares<sup>59</sup>. Ou seja, os mesmos secretários ocupavam e manipulavam todo o espaço político.

A perda do controlo institucional teve consequências para a imposição de medidas e a afirmação da coroa. A autonomia das instituições era um instrumento político, apesar de conseguir limitar ou neutralizar as decisões dos magistrados régios espanhóis, as instituições só aplicavam as medidas do seu interesse<sup>60</sup>. Os magistrados deram forma a

---

<sup>57</sup> S. da Cunha, Mafalda; Cardim, Pedro - A ausência do rei. Reacções ao processo de periferização na Galiza e em Portugal. In *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII): Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica* Porto: Fronteira do Caos, 2003 p. 131-132

<sup>58</sup> A corte que rodeava os validos fazia uma constante manipulação das forças oligárquicas portuguesas, ou seja, o nobre após sentir o desagrado do valido ou mesmo do rei recorria às forças municipais que desejavam sempre um titular na composição administrativa para de seguida este utilizar a forte influencia para provocar o perigo e ser mandado chamar novamente para o lado do valido, esta tática de sedução demonstra a constante presença do medo e perigo que a nobreza poderia provocar. Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 86

<sup>59</sup> Vasconcelos entre 1638 e 1639 provocou uma divisão interna de Lisboa porque colocou toda a sua rede política ao serviço de D. Margarida em particular na preparação de material das frotas destinadas a socorrer os diversos pontos do Império vítimas de ataques. Fazia do clã o principal interlocutor dos assentistas portugueses encarregados do recrutamento durante os últimos anos e os seus agentes tentavam passar nas instituições novas disposições fiscais. Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 95

<sup>60</sup> Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 89



um modo de resistência institucional silenciosa em diversas ocasiões. Ainda sobre o controlo, podemos denotar a existência de mais revoltas a sul de Portugal que a norte, consequência da intensa administração pelos magistrados régios e pelos modos modernos de administração da vida social.

Em paralelo à inovação, à ordem e à manutenção da unidade, o governo filipino foi-se deformando em diversas frentes políticas. O culminar desta fragmentação e declínio foi a ascensão de Olivares com o seu plano de União de Armas<sup>61</sup>. A tentativa exposta de retirar a autonomia portuguesa ia contra todos os interesses dos grupos sociais. Estas linhas ilustrativas da composição institucional portuguesa servem para compreender algumas relações de causalidade. Quando o bom governo é posto em causa e substituído pela tirania a que Olivares sujeitou os portugueses, sucedeu uma reacção às imposições e núcleos de poder. As forças burocráticas tradicionais portuguesas foram afectadas e os interesses arruinados com investidas directas da política madrilena.

O respeito tradicionalista com a reunião de Cortes foi dessacralizado, a luta de privilégios de grupos afectou indirectamente os privilégios de outros, aumentou o descontrolo institucional e social, e assistiu-se à impotência dos vice-reis que eram meras figuras de jogo sem dinâmica decisiva. A perda da comunicação directa entre o rei e os vassallos, devido à sua ausência, resultou no afastamento das instituições do elemento de autoridade.

Os aparelhos consultivos envolveram-se em conflitos de cariz privado e abandonaram o interesse de beneficiar o reino. A distração que estas características provocaram deu margem de ascensão a forças que se aproveitaram dos conflitos em certos particularismos políticos. Forças sociais que emergiam e aglomeravam mais poder com a camuflagem de indiferença face aos assuntos governativos portugueses. A

---

<sup>56</sup> “O mais importante é que vossa Majestade se torne efectivamente Rei de Espanha. Que não se contente por ser Rei de Portugal, de Aragão, de Valença, ou conde de Barcelona, mas que projecte secretamente e que se esforce para reduzir esses reinos, dos quais Espanha se compõe, ao estilo e leis de Castela, sem a mais pequena diferença.” *Grande Memorial de Felipe IV* in Ramos, Rui; Vasconcelos e Sousa, Bernardo; Gonçalo Monteiro, Nuno - *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p. 7

<sup>61</sup> “Pretendo asentar en los ánimos libres la justificación, razón y conveniencia de la unión destes reinos de Castilla, León, Aragón y Portugal, Flandes, Nápoles, Sicilia, Milán, islas adyacentes de uno y el outro mar, Indias Orientales y Occidentales, estados todos y reinos de un próprio monarca adquiridos por asenatdo derecho de herencia y por conquistas con títulos justificados.” Elliott, John; Peña, José; Negredo, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 175.

estas causas uniram-se muitas mais, sendo difícil definir a mais relevante, mas em conjunto resultaram na crise política que provocou a oposição ao governo dos Áustria.

## **1.2 Questões Económicas, militares e financeiras**

A união das coroas sujeitou o reino português a uma estrutura económica com novas conjunturas, os primeiros passos para o capitalismo e industrialização estavam longe de ser alcançados ao contrário das outras sociedades europeias. A precariedade económica em que Portugal mergulhara em 1570 com a chegada da década de 80 viera a acentuar-se, as relações comerciais portuguesas eram anuladas ou monopolizadas por outros agentes do mercado europeu e culminou nos pedidos de créditos aos privados<sup>62</sup>. A união juntou Portugal a um conjunto de condicionantes que abalaram as relações externas que o reino mantivera, os inimigos de Castela passaram a ser os de Portugal. Desta forma, o reino português sofria ataques de antigos aliados: Holandeses, Ingleses e Franceses nos territórios ultramarinos<sup>63</sup>.

A presença castelhana provocou as alterações económicas desastrosas que as elites municipais estavam longe de prever. O estacionamento dos tercios castelhanos corrompeu toda a economia e a vida quotidiana que decorria nas diversas praças em que permaneciam. Com o início do governo espanhol estas tropas foram ansiosamente recebidas como garantia de defesa e segurança paga por Madrid, mas com o avançar dos anos renasciam insatisfações, alegava-se que o dito estacionamento não era mais do que o de tropas de vigilância e usurpação estrangeira do território. A longa duração da estadia das tropas levou à mutação da vida urbana que era afectada com os hábitos militares. A economia municipal perante a sociedade militar ficou devastada, o que suscitou a hostilidade das elites municipais, que viam as suas próprias instituições sobrecarregadas financeiramente.

---

<sup>62</sup> Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Münch - História Económica de Portugal, 1143–2010. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 134.

<sup>63</sup> “Antes de se sentir directamente no reino, num aumento de pressão fiscal e na mobilização de efectivos para incorporar nos exércitos das frentes da Flandres e Catalunha, desde os primeiros anos de 1600 os ataques Holandeses, Ingleses e, em menor grau, de Franceses alvejaram o império. Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Münch - História Económica de Portugal, 1143–2010. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 133.

O soldo das tropas passou a ser reduzido, o sustento e alojamento dos militares passou a competir aos municípios que as recebiam como Setúbal, Porto, Lisboa, Viana do Castelo, Açores, entre outras<sup>64</sup>. A instabilidade política, económica e militar, provocou um ambiente de desconfiança, miséria e conflitos regulares de soldados castelhanos com grupos populares portugueses<sup>65</sup>.

As desvantagens trazidas pelos Habsburgo começaram assim a ter um peso incomparável às vantagens; as forças militares e territórios portugueses tiveram de arcar com todos os inimigos do seu soberano; e o governo madrileno continuava a negar todos os pedidos de auxílio portugueses<sup>66</sup>. A casa de Habsburgo, como já referimos anteriormente, fomentou a reforma portuguesa em diferentes áreas, no entanto a perda de reputação internacional que cada derrota provocava a par de uma política territorial ofensiva afectaram os três reinados em termos de homens e receitas<sup>67</sup>. A pressão de mecanismos criados para recolher dinheiro e recrutar homens para as frentes de guerra causou mais transtornos na população e nas famílias de elite portuguesas<sup>68/69</sup>. Os confrontos militares resultavam na constante permanência em estado de guerra - a proibição ou redução de trocas comerciais com os inimigos da monarquia transtornavam a exportação de muitos produtos, tais como o sal e o vinho<sup>70</sup>.

A interdependência da economia comercial e o auxílio marítimo resistiu à proliferação de corsários e de ataques directos de outras potências aos fornecimentos provenientes do Brasil e outros territórios. Mais tarde, as receitas do Brasil vieram a ser

---

<sup>64</sup> “Ano após ano, os sucessivos capitães-gerais imploram, através de uma vaga de insistentes cartas, que tudo se faça para organizar o espaço militar e pagar os soldos pontualmente, de modo que os habitantes portugueses não tenham a sensação que estas tropas estrangeiras vivem à sua custa.” Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 70.

<sup>65</sup> “(...) em 1623, uma serie de rixas eclodem entre castelhanos da cidadela de São Jorge e as tropas portuguesas comandadas por João de Almeida.” Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 69

<sup>66</sup> Os ministros de Madrid queixavam-se: “Os portugueses estão por natureza descontentes e pedinchosos, e se vossa Majestade lhe abre as portas ao que pedem, não se satisfarão ao sacar-lhe o sangue.” Excerto do manuscrito retirado da obra de Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 458

<sup>67</sup> «(...) afectando agora todos os reinos integrados na monarquia, com Portugal a ter de constituir uma reserva de 16 000 soldados.» Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Münch - *História Económica de Portugal, 1143–2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 148

<sup>68</sup> A criação da *Junta del recrutamento*.

<sup>69</sup> “«Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem que estou resoluto a, com o favor de Deus, ir celebrar Cortes ao reino de Aragão; e, de caminho apaziguar e aquietar os movimentos que têm ocorrido na Catalunha; e para este efeito ordenei aos meus vassallos da Coroa deste reino que me acompanhassem nesta jornada.» O documento oficial foi autenticado pela duquesa de Mântua a 11 de outubro de 1640.” Serrano, Joana Bouza - *A Duquesa de Mântua*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2016, p. 170.

<sup>70</sup> de Oliveira Marques, A. H. - *História de Portugal*, Lisboa: Palas editores, 1984, vol. II, p. 170.

aplicadas em proveito desse auxílio militar, mas com os diversos insucessos da chegada dos produtos foram criados tributos específicos<sup>71</sup>. Para os comerciantes o essencial era a protecção dos navios que vinham do Oriente e do Brasil, garantindo a sua chegada na data prevista<sup>72</sup>.

As relações comerciais portuguesas, no último quartel do século XVI, encontravam-se no seguinte ponto: com a Inglaterra, a influência de Prior do Crato dificultava a ligação e a ocupação portuguesa no Índico tornando obsoletas várias trocas comerciais; os laços luso-italianos e com os países do Báltico cresciam devido à influência dos Habsburgo; o comércio com França diminuía devido aos conflitos promovidos por Castela; «(...) os Estados Gerais proibiram o comércio com Espanha e Portugal em 1581 e 1582, ao que os monarcas espanhóis retaliaram com iniciativa idêntica em 1585, 1595, 1598 e 1605.»<sup>73/74</sup>.

Em termos de comércio ultramarino, a união das coroas originou palcos de grandes tensões nas décadas de 1620 a 1630, no Norte da Amazónia e no Rio de Prata. Existiam acusações e perseguições devido às alegadas práticas judaizantes na comunidade portuguesa<sup>75</sup>. A inquisição exterminou algumas que ocupavam um lugar de destaque nas trocas comerciais - muitos historiadores trabalham como se fossem casos isolados,

---

<sup>71</sup>“Problema essencial para o comercio era proteger os navios que vinham do Oriente ou do Brasil, e activar esquadras temporárias, os comboios, nas datas previstas de chegada- princípios de Outono- para vigiar as costas e opor-se à pirataria. Essas esquadras viviam de impostos específicos como o foi o tributo do consolado (3% sobre a entrada ou saída de produtos coloniais) (...) para proteger o açúcar do Brasil, onde o imposto da avaria, representado quatro a cinco tostões por caixa de açúcar (...)” Espírito Santo, Gabriel - *Grandes Batalhas de Portugal: Restauração*. Lisboa: Verso da História, 2007, p. 29

<sup>72</sup> “Em Abril de 1636, a Camara de Lisboa foi incumbida de providenciar a tripulação que haveria de embarcar a armada: «Quatrocentos ou quinhentos homens, pagos e vestidos por conta dos sobejos das rendas da cidade.»<sup>1</sup> A camara procurou eximir-se a esta ordem invocando, desde logo, falta de dinheiro, ao que a princesa respondeu peremptoriamente: «As ordens de Sua Majestade, dadas sobre esta matéria, não dão lugar a replicas; pelo que a camara disponha a execução do que Sua Majestade tem resoluto.»” Serrano, Joana Bouza - *A Duquesa de Mântua*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2016, p. 131

<sup>73</sup> Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Münch Miranda, Susana - *História Económica de Portugal, 1143–2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 135.

<sup>74</sup> “Indiscutivelmente, estas proibições, sempre acompanhadas da ameaça de confisco de navios, produziam interrupções no relacionamento comercial, mas com repercussões muito circunscritas e sem efeitos duradouros. Uma das interrupções mais alargadas que teve lugar entre 1585 e 1588, foi logo compensada por uma intensificação dos contactos comerciais na década de 1590, assim que o embargo foi levantado por Filipe II na sequência de uma prolongada crise cerealífera.” Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Münch - *História Económica de Portugal, 1143–2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 136

<sup>75</sup> Para aprofundar esta temática consultar Piffer Canabrava, Alice - *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*, 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984, p. 42-50.

aquilo que não o era. As febres inquisitoriais já tinham os seus antecedentes muito antes dos Habsburgo integrarem Portugal no seu Império.

Diversas das causas que já tratámos aumentaram a insatisfação dos comerciantes, mas a perda de territórios e a reposição dos portos secos em 1590, que tinha sido retirado sob o juramento de Tomar, agravou as hostilidades<sup>76</sup>. Em Tomar a maioria dos pedidos facilitaram as trocas comerciais e a livre circulação de mercadorias, favorecendo indirectamente, a castelhanização dos comerciantes portugueses.

No reino, a concorrência entre comerciantes sentiu-se aquando da criação da Companhia de San Diego (1589) pelos mercadores castelhanos reunidos em Lisboa e Setúbal. Esta gozava de foro militar e escapava às pressões fiscais para receber as tropas, o que provocou várias tensões e tornou complexa a situação dos filhos de castelhanos nascidos em Portugal<sup>77</sup>. Por outro lado, os comerciantes portugueses ocupavam em larga dimensão cidades castelhanas que serviam de interposto comercial, como sucedia com Sevilha<sup>78</sup>. A sua mobilização por diversas cidades do império já era uma prática anterior à União das Coroas<sup>79</sup>.

A concepção nacionalista, e também miserabilista, da economia portuguesa apresenta os portugueses como sofredores e os espanhóis como causa de todos esses males. Desde 1620 a população acreditava certamente nisso. A economia comercial

<sup>76</sup> «& importa muito tirarem-se estas defesas, pelo benefício que disso receberão vossos povos, & a necessidade que ha para se fazerem vossas armadas.» Serrão, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Lisboa: Verbo, 1979, Vol IV, p. 374

<sup>77</sup> Schaub, Jean-frederic - *Portugal na Monarquia Hispânica*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 36

<sup>78</sup> Número Total de Vizinhos (1642)

CATEGORIAS	Nº ABSOLUTO	%
NATURAIS	25 370	81.3
PORTUGUESES	3808	12.2
FRANCESES	835	2.7
(...)	1 201	3.8
<b>TOTAL</b>	<b>31,214</b>	<b>99,995</b>

Fonte: Melendez, Santiago de Luxan - A colonia portuguesa de Sevilha. Uma ameaça entre a Restauração portuguesa e a conjura de Medina Sidónia? *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993, Nº 9/10, p. 129

<sup>79</sup> “A partir de Sevilha ou da Bahia e Pernambuco, muitos foram os mercadores portugueses que se derramaram para centros como Cuzco, Lima, Cartagena das Índias, Acapulco e Buenos Aires.”p.139

declinava com a constante invasão das rotas e dos monopólios comerciais<sup>80</sup>. Como tal, as rotas marítimas deixaram de ser a principal fonte de receitas e passaram a ser uma grande despesa para os cofres do reino. Os fracassos militares contra os Holandeses, Ingleses e Franceses, nos territórios ultramarinos, num curto prazo, levaram à fragmentação do Império Português<sup>81</sup>.

Um outro cenário é sugerido por Aurélio de Oliveira. Ao observar diversos despachos e requerimentos entre instituições portuguesas e monarcas, percebeu que existe um repetitivo uso da pobreza, da miséria e da lamúria<sup>82</sup>. A gestão do reino não conseguia controlar as propriedades que cada entidade possuía por estas não serem declaradas – se apresentassem menos propriedades, menos tributos teriam de pagar. O autor utilizou o exemplo da Câmara do Porto que entre 1620 e 1621 confessava estar à beira da miséria por falta de contractos e quebras de rendas. Mas em Dezembro de 1621 a vereação alegou ser urgente mais correctores porque havia contractos para serem respondidos e existia afluxo de muitas mercadorias<sup>83</sup>.

Este cenário também já tinha sido anteriormente referido por Jaime Cortesão, mas relacionado com diversos portos algarvios, do Porto, de Viana do Castelo e de Setúbal<sup>84</sup>. Ao qual pequenos núcleos de comerciantes de açúcar apoiavam a entrega da coroa portuguesa ao Duque de Bragança. Estes núcleos de comerciantes viam na Restauração uma oportunidade de ascensão e abertura comercial (Países Baixos e Inglaterra)<sup>85</sup>.

A agricultura portuguesa no século XVI e XVII apresentava dados contrários a sintomas de crise: a produção portuguesa era regular e distribuída consoante a adaptação do produto à região e à população. A produtividade dependia da condição dos solos, da acção dos homens e das condições climatéricas; caso algum destes factores falhasse a

---

<sup>80</sup> “Portugal perdera o monopólio de diversos produtos para a Inglaterra e Holanda que começaram a comercializar nas mesmas.” de Oliveira Marques, A. H. - *História de Portugal*, Lisboa: Palas editores, 1984, vol. II, p. 170

<sup>81</sup> “O comércio transatlântico baseado em escravos, açúcar e tabaco declinara devido aos sucessivos ataques ao Brasil, às Índias Ocidentais, à costa ocidental africana e às rotas da navegação.” de Oliveira Marques, A. H. - *História de Portugal*, Lisboa: Palas editores, 1984, vol. II, p. 170

<sup>82</sup> de Oliveira, Aurélio - Economia e Conjuntura Agrícola no Portugal de Seiscentos. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, nº3, (1989) p. 134

<sup>83</sup> de Oliveira, Aurélio - Economia e Conjuntura Agrícola no Portugal de Seiscentos. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, nº3, (1989) p. 136

<sup>84</sup> Cortesão, Jaime - *A geografia e a economia da Restauração*, Lisboa, 1940, pp.55-81.

<sup>85</sup> Assunto analisado na obra: Godinho, Vitorino M. - *Ensaio, T.III: Sobre História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968, pp.283-284

produção nos circuitos inter-regionais continuariam a funcionar<sup>86</sup>. Ou seja, apesar de quebras da produção de algo específico, existia a abundância de outro. Durante os reinados espanhóis a agricultura sofreu um grave abalo devido aos fortes invernos, mas os períodos de recessão eram passageiros. Em paralelo a tumultos fiscais e revoltas de fome, o reino era descrito por inúmeros letrados, como:

*Mas se em Portugal alguns anos há falta de pam, isso se supre com a abundância de outros mantimentos que produze de castanhas, legumes & todas frutas, carnes, & pescado, vinhos, azeites, & sal, a cujo troco lhe trazem o pam a casa de outras províncias, por facilidade com que este reino vem por mar por estar estendido ao longo dele.*<sup>87</sup>

Estes autores descreviam a abundante produção agrícola que contrariava a justificação das diversas revoltas de fome e anti-fiscais de uma população que se autodescrevia de miserável e esfomeada<sup>88</sup>. Onde estava a abundância agrícola? Em vésperas da Restauração esta abundância continuava. Apercebemo-nos que a escassez alimentícia não foi uma causa relevante da revolução de 1640.

Mas tal como existiram anos de fortuna também existiram anos de miséria, como o intercalar dos primeiros 20 anos de governo Espanhol, durante os quais os portugueses tiveram de recorrer diversas vezes aos produtos castelhanos para conseguir responder à escassez de cereais. Estas fomes no reino abatiam o grupo social mais numeroso e pobre - o povo - e a infertilidade de solos e as condições climatéricas pioravam a situação, apesar das diversas sugestões feitas para rodear os problemas agrícolas. Para remediar estes anos de crise agrícola, as culturas agro-pecuária e pastorícia eram fundamentais para o sustento da população. Os fortes invernos e o desconforto das Câmaras incitaram à reformulação de diversos pontos na legislação, nomeadamente nas matérias do sal e da pesca, sendo estas as principais receitas das cidades do litoral português.

Portugal tinha área e provisões suficientes para ter sido um reino próspero, mas com a subida ao trono de Filipe II e o início do século XVII resultaram em catástrofe. Os Habsburgo, sobretudo Filipe II, governaram com o objectivo de reformar e recebiam

---

<sup>86</sup> Anexo VII -Orçamento do Reino (1506-1607)

<sup>87</sup> Leão, Duarte Nunez do - *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Oficina de Ioge Rodriguez, 1610, p. 64

<sup>88</sup> “Severim Faria aponta: 1610 em que foi grande abundância de frutos; 1614, anno universalmente abundantíssimo de pao no reyno, apesar das grandes mortandades de gado devido ao inverno; em 1615, houve muita produção de vinho, que não havia vasos suficientes para tanta uva.” Veríssimo Serrão, Joaquim - *História de Portugal*, Lisboa: Verbo, 1979, Vol IV, pp. 343-344

diversas sugestões para melhorar as condições portuguesas. Uma das soluções apresentadas consistia na criação de uma Provedoria para controlar a distribuição, como já existia em outros reinos a: «*Provedoria da Abundância*»<sup>89</sup>.

A Inquisição continuou autónoma e a união das coroas não alterou o seu funcionamento, como seria de prever. Nos outros reinos, pelo contrário, tinham sido subjugadas à Inquisição castelhana. Em Portugal, este órgão independente continuou com as suas perseguições que dizimavam povoações e o seu funcionamento económico, como em algumas terras de Bragança, Évora, Algarve e Lisboa<sup>90</sup>. Os comerciantes originavam um dinâmico fluxo financeiro nos cofres do reino, as febres inquisitoriais incidiam sobre estes indivíduos por práticas judaizantes<sup>91</sup>. No reinado de Filipe III os perseguidos acordaram pagar 800.000 cruzados para possibilitar a fuga para territórios mais tolerantes como os Países Baixos. A Inquisição ofereceu a mesma quantia para estes permanecerem no reino.

Os problemas que provinham de alfândegas marítimas devido às exportações serem controladas pelo governo espanhol, com incidência no reinado de Filipe III, levantaram diversos obstáculos às práticas comerciais. Na ordenação de 11 de Janeiro de 1603, o rei condenou qualquer utilização de navios estrangeiros para o comércio de produtos portugueses, sendo esta uma prática regular devido à segurança oferecida pelas frotas estrangeiras<sup>92</sup>. Regiões que inicialmente eram prósperas devido ao dinamismo do comércio, acabam por cair em misérias, o que abria também portas para a instalação de comerciantes estrangeiros<sup>93</sup>.

Resumidamente, o comércio interno foi regular apesar da passagem por alguns anos de crise que afectaram tanto as actividades comerciais externas como internas. Com a

---

<sup>89</sup> Serrão, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Lisboa: Verbo, 1979, Vol IV, p. 349

<sup>90</sup> de Oliveira, Aurélio - *Economia e Conjuntura Agrícola no Portugal de Seiscentos*. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, nº3, (1989) p. 138

<sup>91</sup> Consultar Quadro VIII- Penitenciados pela Inquisição de Évora, Magalhães, Joaquim Romero - *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 460

<sup>92</sup> “A fome agravou-se no ano de 1635, conforme relatado em carta da Camara de Lisboa a Filipe IV: «O aperto, Senhor, é agora maior que nunca, por não haver nenhum pão nas tercenas, e se estar sustentando esta cidade com o pouco que vem dos arredores, aumentando de preço todos os dias.(...) O remédio , se não é por milagre, será deixar vir pão nos navios do estrangeiro, sem perguntar d’onde.” Serrano, Joana Bouza - *A Duquesa de Mântua*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2016, p. 136

<sup>93</sup>“O Algarve de Seiscentos e Setecentos fica nas mãos de uma pequena nobreza que não dispõe de capitais para iniciativas que não sabe criar. (...) Há uma resignação à mediocridade que abre as portas aos mercadores estrangeiros.” Magalhães, Joaquim Romero - *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 395



ascensão social de D. Gaspar de Gúzman, diversas áreas da monarquia tiveram tendência a decair ainda mais, o valido teve de lidar com a inimizade dos seus pares e das monarquias anexadas que o culpabilizavam por todas as exigências financeiras. E cronologicamente estas acusações são justificadas:

Tabela 1- Exigências financeiras feitas a Portugal

<i>Anos</i>	<i>Montante Global</i>	<i>Media anual</i>
<i>1601-1610</i>	170	178
<i>1611-1620</i>	928	92.8
<i>1621-1630</i>	2 990	299
<i>1631-1640</i>	2 290	229

(em 000 000 rs.) Bibliografia: Hespanha, p.47,1992

Ao observarmos a tabela é notório o aumento durante a década de 20. As fortes pressões que o governo dos Áustrias sofria forçaram a requisição de mais dinheiro, estes pedidos incentivavam a ira e hostilidade portuguesas.

O agravamento fiscal durante o governo espanhol foi exponencial, as receitas ordinárias não sofreram alterações devido às implicações contratuais e o governo utilizou o tributo *extraordinário* para conseguir as quantias desejadas. Os tributos são moderados até à década de 20, como foi possível denotar na tabela; até este ano o governo espanhol seguia um percurso regular da anexação de um reino. O agravamento dos tributos extraordinários foi notório tanto em Portugal como em Castela.

A participação e consentimento no aumento de tributos sobrecarregou a população e esgotou a economia portuguesa - os pedidos financeiros aos portugueses eram consideravelmente adequados à proporção do reino português. Ao mesmo tempo as restantes posses dos Habsburgo contribuíram em homens e dinheiro para sustentar as tropas, justificando que as mesmas defendiam os interesses de toda a Monarquia e promoviam o combate ao protestantismo. A forma possível de equilibrar as finanças portuguesas foi planeada por Olivares em 1632, na quantia de 500 000 cruzados como renda anual fixa. A proposta foi deferida com ofensa, mas em 1635, 1636 e 1639 a quantia reunida aproximou-se desse valor.

A austeridade imposta por Olivares foi vista como um assalto às finanças portuguesas. A somar à apresentação do projecto da União de Armas e às convulsões catalãs, a austeridade resultou no receio português de serem sujeitos às graves exigências financeiras de que as outras províncias estavam a ser alvo, «(...) a desvanecer os benefícios da união muitos acreditavam que os interesses mercantis caminhavam melhor por si só.»<sup>94</sup>, as quantias exigidas por Olivares foram:

Tabela 2- Exigências financeiras para a União de Armas

<i>Catalunha -16.000</i>	<i>Castela e das Índias- 44.000</i>
<i>Aragão- 10.000</i>	<i>Portugal-16.000</i>
<i>Valencia-6.000</i>	<i>Milão 8.000</i>
<i>Nápoles-16.000</i>	<i>Flandres- 12.000</i>
<i>Sicília- 6.000</i>	<i>Ilhas do Mediterrâneo e Atlântico- 6.000<sup>95</sup></i>

Seria ilusório justificar a citação pela falência do reino, sendo que após a Restauração os contribuintes suportaram a guerra com quantias avultadas de impostos e, como já foi referido, existiram instituições que não declaravam os seus bens.

O declínio do governo espanhol em Portugal não era distante aos olhos de Filipe IV, como podemos contemplar nos diversos despachos que o monarca assinou e com a confissão que fez em 1635 «(...) ainda que minha real fazenda está de todo consumida não só a dessa coroa de todo o Portugal, mas também a de Castela.»<sup>96</sup>.

Em suma, o sistema financeiro português subdividia-se entre as finanças reais, senhoriais, comunais e eclesiásticas, interligadas seja no declínio ou na prosperidade. Estas subdividiam-se em mecanismos de opressão fiscal que afectava as camadas inferiores da sociedade. Paralelamente, existiam tributações extraordinárias de cariz temporário que contribuía habitualmente para situações de emergência. Estes aumentos eram autorizados sem a reunião de cortes como estava acordado desde o

<sup>94</sup> Elliott, John - *España en Europa: Estudio de historia comparada*. Universitat de València: València, 2002, p. 180

<sup>95</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 183

<sup>96</sup> de Oliveira, Aurélio - *Economia e Conjuntura Agrícola no Portugal de Seiscentos. Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, nº3, (1989) p. 135

reinado de Filipe II. O problema financeiro português agravou-se com o desvio das receitas do reino para as frentes de guerra espanholas e para a protecção dos territórios ultramarinos<sup>97</sup>. Os tributos alastraram-se a toda a sociedade. Directa ou indirectamente, todos os grupos sociais sentiram os efeitos das exigências financeiras castelhanas<sup>98</sup>.

A população hostilizou-se por pagar guerras que não lhes pertenciam e culpabilizaram os espanhóis pelo exercício de um mau governo com um forte carácter inconstitucional. Dava-se assim o confronto com o imaginário político defendido por Olivares, culminando nas revoltas anti-fiscais em diversos pontos do reino<sup>99</sup>. A política fiscal agravava-se; a crise agrícola sofria com as intempéries; e, se adicionarmos as conjunturas comerciais ou militares, apercebemo-nos que a exasperação e pobreza invadia as mentes portuguesas<sup>100/101</sup>. Estes aspectos eram retractados em diversos textos que circulavam de mão em mão como na canção *Ao Estado Presente deste Reino* (1636):

*(...) que a fome desanima o mais guerreiro  
dizem que no terreiro  
nos hão-de pôr tributo,  
a carne, o peixe, o azeite, fruta e vinho  
duas vezes se pagam de um caminho  
e quanto a terra, e mar em si compreende  
se Deus de graça dá, el-rei o vende.<sup>102</sup>*

---

<sup>97</sup> «O governo de Filipe IV de Espanha deitou a mão a um terceiro expediente (...) subsídios financeiros, designados socorros sob a forma de ouro e prata. Nas armadas de 1622 e 1623 foram enviados 200 milhões de réis, que corresponderam a cerca de 62% do total de receitas do Estado da Índia em cada um desses anos.» Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Münch Miranda, Susana - *História Económica de Portugal, 1143–2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 148.

<sup>98</sup> «(...) a criação de novos tributos sobre as populações, lançados entre 1617 e 1623: o chamado consulado, imposto aduaneiro, e a colecta, incidente sobre as transacções de carne e vinho.» Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Münch - *História Económica de Portugal, 1143–2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 147

<sup>99</sup> Anexo VIII – Levantamentos populares (1629-1640)

<sup>100</sup> “Em carta de 17 de julho de 1639, a princesa dava notícias da petição feita ela mulheres dos marinheiros para que fossem sustentadas na ausência dos maridos: «As mulheres de alguns marinheiros que se encontram servindo em navios de armada em Cadis e outras partes fizeram um memorando explicando que não iriam receber mais a habitual ajuda por conta do soldo dos maridos, tendo-lhes sido dito que esta ajuda doravante apenas se destinaria às mulheres cujos maridos embarcam para o Brasil; estas mulheres pediram que se lhes continuasse a ser dada essa ajuda, devido às muitas necessidades que padeciam.»” Serrano, Joana Bouza - *A Duquesa de Mântua*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2016, p.135

<sup>101</sup> Anexo IX - População urbana (ca. 1639-1640)

<sup>102</sup> de Oliveira, Aurélio - *D. Filipe III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 283

### 1.3 Ideologias e Cultura

Nos séculos XVI e XVII, a sociedade portuguesa vivia com diversos propulsores ideológicos que fomentaram a desagregação portuguesa da Monarquia Hispânica. Em contrapartida os laços culturais que mantinham com Castela intensificaram-se. Estes foram já estudados enumeras vezes em obras de historiadores como Diogo Ramada Curto, Fernanda Olival, Fernando Bouza Alvarez, Jean-Frédéric Schaub, John Elliott e Luis Reis Torgal.

A castelhanização é um processo que remonta à proximidade política/social entre os países vizinhos, sendo esta tendência anterior ao domínio espanhol. Durante os 60 anos de reinado espanhol teve tendência a intensificar-se através da densa circulação cultural entre as duas coroas e pela utilização linguística do castelhano em documentos ou obras literárias, mesmo no período pós-restauração. Os autores que se recusavam a escrever em Castelhano sofriam uma alienação cultural por não frequentarem a corte madrilena que durante o domínio castelhano era o núcleo de um vasto território<sup>103</sup>. A língua foi transformada em instrumento de protesto político e de diferenciação cultural. O português passou a ser uma língua provinciana, utilizada por comerciantes e povo miúdo. O reino ficou desprovido da dinâmica cortesã que os monarcas outrora proporcionaram, ficando a capital quase viúva<sup>104</sup>.

A representação provinciana do português incitou também a hostilidades e ao afastamento cultural de sociedades que deviam estar a misturar-se segundo o plano de Olivares. A imagem difamatória do espanhol e do português continuava apesar da união. A sociedade espanhola era retractada de forma depreciativa e jocosa nas obras contemporâneas<sup>105</sup>. Por outro lado, o português era criticado pela aparência desactualizada, sem etiqueta e rude. A diferenciação dos grupos resultou na alienação

---

<sup>103</sup> Elliott, John - *España en Europa: Estudio de historia comparada*. Universitat de València: València, 2002, pp. 174-175

<sup>104</sup> É de interesse consultar o capítulo *Lisboa Sozinha, quase viúva*. Inserida na obra de Álvarez, Fernando Bouza - *Portugal no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p.159-185

<sup>105</sup> “Os portugueses retorquir-lhes-iam com o repto de «cornudos». Também os consideravam pessoas capazes de renegar a Deus com facilidade, o que não aconteceria entre os portugueses.” Olival, Fernanda - *Filipe II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 173

dos nobres portugueses da corte madrilena devido à chacota que eram alvo <sup>106</sup>. Esta rivalidade nas descrições sociais acrescenta mais um motivo de agressividade entre as sociedades que seriam impossíveis de fundir. É de interesse lembrar que o sistema judicial reformulado através das Ordenações Filipinas uniu debaixo da mesma legislação as duas sociedades rivais, mas não foi o suficiente<sup>107</sup>.

Outro propulsor ideológico de oposição foi o sebastianismo, uma crença que se protelou por todo o governo espanhol<sup>108/109</sup>. Segundo Schaub é possível fazer a divisão da acção, entre o sebastianismo político de 1585-1605 e as sublevações anti-fiscais de 1620- 1640<sup>110</sup>. A sua existência consistia no aparecimento de D. Sebastião na proa de um barco numa manhã de nevoeiro. Este dito, com os fervores antiespanhóis e com as profecias do famoso Bandarra que aclamava a salvação portuguesa, resultou na construção da crença restauracionista. O nome do Duque de Bragança estava subentendido entre a população que, com o passar dos anos, foi posto ao serviço da crença independentista, atribuindo a D. João a simbologia do encoberto.

A crença aumentava quando alguma decisão governativa era do desagrado da população; logo despertava o desejo do retorno do jovem rei para salvar o reino da tirania e do mau governo castelhano. Para os mais crentes, grande parte do povo, o governo espanhol não passava de usurpadores, pecadores e estrangeiros. A difusão desta ideologia misturou-se com interesses políticos e proféticos, dando forma à aclamação de D. João IV.

No reinado de Filipe II, o culto sebastiânico era propagado através do profetismo verbal e culminou no aparecimento de três falsos indivíduos que alegavam ser D. Sebastião<sup>111</sup>. Para terminar com os esperançosos e com as hostilidades, o rei castelhano

---

<sup>106</sup> “(...) os portugueses davam de si uma imagem de provincianismo no coração da monarquia. O simulacro por excelência dessa imagem correspondeu à entrada de um embaixador português na corte, em 1605, vestido fora de moda e trazendo como presentes caixas de pimenta e cravo, que deixaram todos a rir.” Olival, Fernanda - *Filipe II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 173

<sup>107</sup> “(...) não bastava fazer leis equilibradas e regular uma administração próspera para conseguir a integração política de um Povo que tinha seculares raízes de autonomia.” Serrão, Joaquim Veríssimo - *O tempo dos filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa: Colibri, 2014, p. 67

<sup>108</sup> “(...) os «sebastianistas» tendiam a ter como tronco comum o facto de se demarcarem do partido Habsburgo, isto é, de se terem mantido distanciados dos interesses de Madrid, desejando um rei «natural» e esperando, sem agir, um salvador que resgatasse o povo do cativo.” Costa, Leonor F., Cunha, Mafalda S. da - *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 156

<sup>109</sup> Anexo X - Escudo colorido dos Sebastianistas.

<sup>110</sup> Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 57

<sup>111</sup> Real, Miguel - *Nova Teoria do Sebastianismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2014, pp. 38-66

promoveu uma cerimónia fúnebre com as ossadas de D. Sebastião até ao Mosteiro dos Jerónimos junto da dinastia de Avis. em 1593 circularam diversos panfletos no Alentejo (Moura, Mourão, Ávila) que incitavam o levantamento dos povos e a sedição a favor do Prior do Crato. Através destes pasquins, o apelo tal como explica Bouza Alvarez é « que se levanten los Pueblos y busquen otro Rey»<sup>112</sup>. A crença sebastiânica enfraqueceu com a morte de D. António Prior do Crato em 1595, que há muito pretendia recuperar o seu lugar no trono português, oferecendo à população um rei natural. D. António criou núcleos e apoio em Inglaterra para tentar recuperar o reino com o auxílio de Isabel I, mas a população não correu ao seu auxílio por este ter pedido ajuda a hereges e excomungados, sendo este um pensamento característico da Europa Tridentina.

Para dar motivos e desestabilizar as almas portuguesas, as trovas de Bandarra foram reutilizadas em diversas obras de cariz independentista - o sapateiro de Trancoso previa a elevação de um natural que salvaria o reino de toda a miséria e infortúnio. A mentalidade portuguesa associou a presença espanhola a um castigo divino, proveniente dos pecados que a população cometera. Assim, Deus, como prova de insatisfação, atribuiu aos portugueses um soberano que não era o seu por direito, matou o jovem rei numa batalha que tinha sido um desastre e proporcionou diversos anos de desgraças agrícolas e intempéries que transmitiam a sua ira.

Paralelamente às crenças sebastiásticas e profetismo, encontramos os prognósticos lunares, catástrofes naturais e acontecimentos sobrenaturais. Os prognósticos lunares eram indispensáveis na vivência de um indivíduo no Antigo Regime, eram uma parcela relevante na cultura popular<sup>113</sup>. Em vésperas da Restauração muitas foram as manifestações da Providência Divina a favor dessa empresa. Podemos observar todos os casos ilustrados nas obras pró-bragança, como por exemplo na *Restauração de Portugal Prodigiosa*, em que todos os acontecimentos eram testemunhados por ilustres e letrados do reino para garantir a credibilidade da informação. A este, juntaram-se as descrições do sangue que correu do túmulo de D. João III e as pancadas que se ouviam no mármore do suposto túmulo de D. Sebastião.

---

<sup>112</sup> "(...)contido nos cartéis alentejanos, ainda que, no caso sucedido em Ávila, o protagonismo pertença à nobreza, nobreza essa que se mostra disposta a defender a sua honra, ou seja, as suas isenções e os seus privilégios, que, como se pode ler no texto associa à liberdade de Espanha. Em contrapartida, aquele a quem se dirigia o apelo de Beja eram os povos, «o Terceiro Estado do Reino», cujas simpatias antonianas." Alvarez, Fernando Bouza - *Portugal no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, pp.141-142

<sup>113</sup> Curto, Diogo Ramada - *História Política da Cultura Escrita*. Lisboa: Verbo 2015, pp.143-269

Todos estes acontecimentos, embutidos numa população que ansiava um milagre ou resposta divina, causavam uma justificação abençoada para distúrbios e hostilidades. A presença de pestes, fortes invernos, tempestades, inundações e terramotos só poderia ser interpretada como uma mensagem divina, assim os povos temiam e previam mudanças<sup>114</sup>.

O crescimento da noção de “tirania” interligada ao governo de Filipe IV, compactuado com Olivares, ocupou as mentes populares que teriam denotado o desrespeito do monarca pelos foros e liberdades do reino. Esta noção piorou com a difusão europeia dos actos tiranos de Filipe IV e do seu valido. Em diversas publicações expunha-se o comportamento desmesurado do rei e o desrespeito pelos seus vassallos. O desprezo que o monarca demonstrava por Portugal era ressentido pelos seus subordinados que alegavam que o rei tinha corrompido diversas cláusulas contratuais que o seu pai havia jurado obedecer:

*(...) aora en tiempo de Magestad de Felipe quarto hán quebrantado, y violado los de su consejo sin recelo alguno de aquellas maldiciones, ni de la offensa que en ello cometieron contra Dios(...)son los que se siguen.*

*(1) Que guardará todas las leys, vsos, costumbres, y fueros del Reyno.(...)*

*(2) Que no se harian Cortes fuera de Portugal en que se tratassen cosas deste Reyno.(...)*

*(3)Que no auria Virey, que no fuesse Portugues excepto persona Real eramano, tio, o sobrinho del Rey.(...)*

*(4)Que todos los officios de justicia, y haziendo se darian a Portugueses.(...)*

*(5) Que los presídios, y guarniciones de las fortalezas se entregarian a Portugueses.(...)*

*(6) Que no se podria dar Ciudad, Villa lugar, ni rentas reales a Castellanos.(...)<sup>115</sup>*

---

<sup>114</sup>“Aos 2 de Setembro do anno de 1630 succedeo na Ilha de São Miguel hum mui espatoso incendio arrebetou de hum ano muito grande quantidade de fogo , & deixando ardendo hua grande cova no meio do monte, foi correndo com tanta fúria , & vhemencia, que abrazou quanto achou diante ,até vir parar no mar noventa & cinco braças , com que se fez naquele lugar hua acomodada bahya muito melhor, do que antes era. sahirao deste fogo tanats pedras pomes, que cobrirao o mar á roda da Ilha, & impediao a passagem dos barcos , que da Ilha de Sancta Maria demandavao a esta ilha de Sam Miguel se convertera em pedras,& cinzas aqual , com esta, de que o ar estava cuerto, mui mal se deixava ver, por em outros afastando as pedras, & rompendo pela espessura & cerração de ar cinzento, forao por diante até dar com a terra.” Almeida, Gregório de - *Restauração de Portugal Prodigiosa*, Lisboa, 1643, p. 145

<sup>115</sup> Araujo, João Salgado de - *Marte portugues contra emulaciones castellanas; o justificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla: en quatro certâmenes*. Lisboa: Officina de Lourenço de Anberes, 1642, pp. 182-183

Foram reunidas razões suficientes para justificar uma oposição da nação política. Todas as particularidades da mentalidade europeia, moldadas ao estilo português, constroem um conjunto de ideias que intitulamos de ideologia, como foi referido no estudo de Luís Reis Torgal «(...) exprime uma posição mais ou menos definida e que tem como característica, consciente ou inconsciente, manter e desenvolver, ou alcançar, uma situação de hegemonia; em parte reflecte a realidade, mas tem também uma função imaginária e mistificadora.»<sup>116</sup>. Com os moldes dos catalisadores de ordem mental podemos conferir que existiu a construção e definição de uma ideologia de cunho político-eclesiástico-religioso, tende a provar a legitimidade da nossa independência<sup>117</sup>.

A criação de uma ideologia embaçada por grupos está longe de ser adquirida, apesar da tese de Jaime Cortesão justificar a afirmação de uma burguesia inserida nas cidades portuárias a Norte. A solidez social da burguesia em Portugal não tinha influência ou poder social para conseguir protagonizar a revolta. As mentalidades portuguesas moldaram com diversas ferramentas e discursos uma ideologia independentista, ou seja, a argumentação jurídico-política, o uso profético, a moralidade cristã e a exploração da imagem tirânica do governo filipino.

A literatura reproduzida pós-restauração é um dos mecanismos de difusão da ideologia que estamos a tratar. Existiu assim um discurso que fomentava a crença sebástica ao recuperar as Trovas de Bandarra, lembrando à população portuguesa a esperança da chegada do «encoberto» - título que recaiu sobre o Duque de Bragança após as diversas interpretações feitas às profecias de Bandarra. Esta prenúncia deu origem à «revolução do povo, embebido em crenças sebastianistas»<sup>118</sup>. Assim, os jesuítas, como João Vasconcelos, difundiram estas mensagens para todas as camadas sociais, de entre as quais o Terceiro era dos mais premiáveis à influência.

A literatura serviu para facilitar essa mesma troca de ideias e a renovação das mesmas. Se durante o governo espanhol existiu a legitimação da casa de Habsburgo à soberania portuguesa, voltamos a encontrar a mesma afluência de impressos com a Restauração, com o intuito de legitimar D. João IV. As mesmas ideias eram difundidas

---

<sup>116</sup> Reis Torgal, Luís - *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Vol. I. Coimbra: BGUC, 1981, p. XIV.

<sup>117</sup> Reis Torgal, Luís - *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Vol. I. Coimbra: BGUC, 1981, p. XVII

<sup>118</sup> Ericeira, conde da (Luís de Meneses) - *História de Portugal Restaurado*. Introdução e notas de Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945, vols. I e II, p. 125.



nos púlpitos pela Companhia de Jesus, convencendo os mais desconfiados de que este era o caminho a seguir porque Deus assim o quis<sup>119</sup>.

O movimento restauracionista, não desfazendo as preparações militares, foi desenhado de forma a criar uma barreira ideológica que justificasse o meio de ascensão de D. João IV, para não ser visto como um usurpador da coroa portuguesa. Com a Restauração podemos observar que os diplomatas tinham um objectivo principal: que Portugal fosse considerado autónomo, mesmo sem a permissão do Vaticano. Esta missão tinha diversas complicações tendo em conta que quem recebesse os embaixadores portugueses provocaria uma guerra com o estado papal e com o Império espanhol. Logo, para que essas negociações fossem possíveis, eram necessárias pessoas com qualidade e sabedoria - os representantes sem conhecimento de leis ou experiência de negociação não seriam úteis para tal missão. Os jogos diplomáticos antecederam a preparação e as negociações diplomáticas antecederam o golpe em diversos pontos de apoio, como França, Inglaterra e Países Baixos.

Assim, através das qualidades já apresentadas e do acompanhamento das obras de João Pinto Ribeiro para a compreensão dos assuntos discutidos, é demonstrado o esforço diplomático urgente e a solidez da difusão destas ideias que começaram anteriormente ao golpe<sup>120</sup>. O prolongar do governo filipino deu aso à preparação dos pilares diplomáticos e espirituais através do profetismo e activismo que alimentava a ideia de povo escolhido para o sofrimento e a glória, associando o sofrimento ao período de governo estrangeiro.

As ligações culturais entre castelhanos e portugueses nem sempre foram problemáticas. Partilhando a empresa contra os infiéis, sempre garantida pelos espanhóis – não esquecendo o voto de gratidão por parte das famílias portuguesas mais ilustres de que a ajuda prestada no resgate dos prisioneiros de Alcácer-Quibir tinha origem no facto de os Filipes defenderem sempre a boa prática cristã.

---

<sup>119</sup> “Assim, coube aos padres um importante papel nos tempos difíceis da guerra: consolar corações e mentes e persuadir os devotos quanto à justiça da causa bragantina. A atmosfera sobrenatural da Restauração foi trabalhada nas prédicas e sùmulas religiosas e sugeria aos portugueses a ideia de uma “restauração prodigiosa” do reino.” Faria, João André de Araújo, *A Restauração de Portugal Prodigiosa, 1640-1668. Dissertação de Mestrado em História*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010. p. 25.

<sup>120</sup>Ribeiro, João Pinto - *A acção de acclamar a el-rey Dom João o IV: foy mais gloriosa, & mais digna de honra, fama, & remuneração, que a dos que o seguirão aclamado*. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck, 1644.

Um aspecto cultural que nos falta abordar é referente à miscigenação entre portugueses e castelhanos, como podemos denotar através do estudo dos matrimónios de diversas famílias<sup>121</sup>. Esta tendência era anterior à ascensão filipina, mas intensificou-se devido à facilidade de mobilização e à partilha religiosa do catolicismo que constituía uma união social e uma linguagem comportamental semelhante<sup>122</sup>.

No século XVI e XVII, as mentalidades portuguesas reagiam às ideias tridentinas e a aversão aos protestantes estava enraizada. A força da escolástica que se ressentia em toda a Europa resultou no atraso científico-filosófico português e espanhol, rejeitando as discussões promovidas por facções heréticas. A moral cristã impunha-se ao poder temporal. Foi utilizada para justificar as agendas expansionistas dos Áustrias e adaptada à justificação da Restauração, como foi possível detectar na *Phillipica Portuguesa* - a vontade de Deus foi essa - a providência Divina perdoou os portugueses ao conceder-lhes rei natural e prudente<sup>123</sup>. A única vontade superior à do soberano era a de Deus e se este assim o queria a população tinha motivos para renegar o rei espanhol - a literatura revelou diversos sinais que o demonstravam<sup>124</sup>.

Em suma, podemos detectar que os pensamentos que originaram e perduraram na Restauração foram: o organicismo político, o catolicismo, o anti-maquívelismo, o tradicionalismo, o nacionalismo e o paternalismo. Estes pensamentos conservadores, a par do retrocesso de algumas medidas espanholas, mantiveram o Portugal pós-Restauração preso às directrizes quinhentistas.

---

<sup>121</sup> Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 37

<sup>122</sup> Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 41

<sup>123</sup> “(...) gloriosamente sigue N. Seressimo Rey Don Juan el IV dignissimo nieto de tales aguelos ,que herdando dellos el cetro, y la piedad, continua las mesmas finezas de Religion, y zelo dentro de su Reyno(...) acordando-se solamente de la obliacion de Rey Catholico, y pio, llevandolo todo com admirable prudencia, y paciencia, teniendo a raya a sus reales brios(...)” Agustín, Francisco de S. - *Phillipica Portuguesa contra la Invectiva Castellana*. Lisboa: Oficina de Antonio Alvarez, 1645, p. 160

<sup>124</sup> “Sahindo o Arcebispo da Sé na manha do Sabbado com os Cônegos, fidalgos, & innumeravel gente, que se ajuntou em hum momento, levava hum clérigo a Cruz Archiepiscopal. Chegãdo junto da porta da Igreja de Santo Antonio, lhe pedirão algumas pessoas q laçasse a benção, elle pondo os olhos no Crucifxo lhe pedio quizesse bendiçoar aquelle Povo. Dizem algumas pessoas que então despregou o Sancto Crucifixo a mão direita que tinha pregado na Cruz”. (...). “Com esta admirável demonstração do Senhor, conceberão os presentes mui grande consolação em suas almas, & a tiveram por claras prendas de o Senhor os aver de defender, & perpetuar na liberdade principiada.” de Almeida, Gregório - *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa, p. 276.

## 1.4 Quadros Espaciais e o Imaginário Social

Neste ponto clarificaremos diversos aspectos que localizam os agentes e os meios sociais, para esclarecer a composição e as estratégias das redes políticas que ajudaram a derrubar os Áustrias do trono de Portugal. Ainda abrimos discussão à nomeação dos heróis e vilões desta revolução. Neste palco encontraremos nomes reconhecidos na história portuguesa como o de Miguel Vasconcelos, Diogo Soares, Francisco Lucena, Duque de Lerma, João Pais Ribeiro, Cristovão de Moura, o protagonista das hostilidades D. Gaspar de Gúzman e o papel representado pelos soberanos deste período<sup>125</sup>. Daremos também foco às esferas sociais nas quais a casa brigantina estava envolvida, apesar do seu aparente afastamento do centro político.

A manipulação da nobreza portuguesa por parte espanhola começou com o juramento em 1581, com a ajuda do monarca no pagamento dos resgates dos cativos em Alcácer-Quibir. Era facilitada ajuda devido às quantias avultadas que eram exigidas, o monarca preenchia o seu papel de bom cristão e criava o sentimento de dívida de diversas casas portuguesas<sup>126</sup>. Outro dos reforços sociais instituídos pelos Habsburgo foi a criação de casa senhoriais - institui-se um total de 40 em apenas 60 anos. Em vésperas da Restauração 41 das 56 casas tinham sido instituídas pelos filipes<sup>127</sup>. Podemos encontrar nomes como «(...) Moura, Silva e Aragão que têm em comum os laços genealógicos com a nobreza portuguesa e pertenciam à antiga rede clientelar da corte de Castela e Aragão.»<sup>128</sup>.

A fragmentação da política portuguesa no governo espanhol teve início com o juramento de Filipe II. Diversos titulares abandonaram a capital como protesto ao projecto unionista, criando assim cortes provinciais, ou as intituladas «*cortes de aldeia*», afastadas dos centros políticos<sup>129</sup>. A esfera social em Lisboa foi adormecida pela deslocação da corte para Madrid. Com ela deslocaram-se diversos grupos sociais, como os letrados e aristocratas, na esperança de serem reconhecidos. A presença

---

<sup>125</sup> Miguel de Vasconcelos estava ligado a Diogo Soares por laços familiares. Em primeiro lugar eram cunhados, casados com duas irmãs; e, depois de enviuar, Diogo Soares casou com a filha de Miguel de Vasconcelos. Bouza Serrano, Joana - *A Duquesa de Mântua*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2016, p. 127

<sup>126</sup> “Filipe II consagra grandes quantias de dinheiro para pagar os resgates (...)” Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 41

<sup>127</sup> Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 45

<sup>128</sup> Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 47

<sup>129</sup> Com um forte carácter independentista relembramos a obra de Lobo, Francisco Rodrigues - *Côrte na aldeia e noites de inverno*. Lisboa: Comp. Nacional Ed., 1890

portuguesa na corte madrilenha não era novidade. Durante o reinado de Carlos V, através do impulso de D.<sup>a</sup> Isabel, os portugueses começaram a ocupar as ruas de Madrid. Claro que com a união dual esta prática intensificou-se.

É necessário dar atenção ao fenómeno da politização das elites a partir de 1630. Com a ausência do soberano, os titulares ocupavam uma posição influente, progressivamente mais autoritária e com maior liberdade de acção. Na tentativa de absorver o máximo de mercês e ofícios os aristocratas, por diversos meios, aliavam-se e retiravam todos os benefícios do papel político que a corte via com bons olhos. O poder da coroa era manipulado por estes grupos através das liberdades e prerrogativas que exigiam, garantindo assim o seu lugar. Em caso de desgraça, refaziam as suas graças com as oligarquias municipais, ameaçando-as, e podiam deixar-se seduzir de novo, exemplo de Diogo de Castro.

Abordemos o caso da Casa de Bragança - a família com mais poder territorial. A vastidão e complexidade do património dos braganças faziam dele «um Estado do Estado»<sup>130</sup>. Desde o fracasso da candidatura de D.<sup>a</sup> Catarina existiu um aparente afastamento na participação no governo de assuntos portugueses e dos núcleos decisivos. A criação de um refúgio no paço ducal em Vila Viçosa levou a que os monarcas espanhóis não considerassem os Duques uma ameaça a nível político.

Utilizamos a expressão «aparente afastamento» na participação governativa dos Bragança com intenção de a esclarecer. O afastamento dos Duques para Vila Viçosa pode facilmente induzir-nos em erro de afirmar que não houve participação da casa no governo, mas, ao acompanharmos os movimentos da rede controlada pelos Duques, apercebemo-nos da existência de uma afluência de «apadrinhados» brigantinos na corte Madrilenha<sup>131</sup>. Os Duques de bragança mantiveram influência em diversos membros que estavam perto do núcleo governativo<sup>132</sup>. Outros indivíduos foram enviados para defender os interesses privados da Casa, ficando mais tarde inseridos nas conjunturas

---

<sup>130</sup> Pestana, Manuel Inácio - A Casa de Bragança: Um Sereníssimo Estado dentro de um Estado. *Revista de História*, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. Vol.VIII, (1988), pp. 259-272

<sup>131</sup> Cunha, Mafalda Soares da - *A Casa de Bragança: 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000, p. 435

<sup>132</sup> “Dos membros do Conselho de Portugal ficam os dois Lucenas, tio e sobrinho, ou seja, Fernão de Matos e Francisco de Lucena, na corte régia, D. Rodrigo de Lencastre, mordomo da Casa Real e parente do Duque, e D. Duarte, marquês de Frechilla e irmão de D. Teodósio.” Cunha, Mafalda Soares da - *A Casa de Bragança: 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000, pp.290-291.

governativas espanholas - caso dos Lucenas e, inclusive, do irmão do Duque, D. Duarte, que possuía assento no Conselho de Portugal.

Desta forma, é possível detectar a infiltração de actores políticos no seio governativo e as agendas que seguiam. Indirectamente podemos deduzir que a casa de Bragança participava activamente nos assuntos portugueses. O aparente afastamento de D. João teria outros objectivos ou era somente a prudência do Duque? Este não demonstrava qualquer rejeição com o governo praticado por Olivares e Filipe IV - nas revoltas de 1637 em Évora a sua posição é de ausência e apatia com o movimento, apesar das expectativas dos revoltosos que atacavam directamente o governo de D. Margarida<sup>133/134</sup>.

Em 1639, o Duque foi nomeado Governador-Geral<sup>135</sup>. Esta nomeação foi influenciada por diversos motivos, levantamos a possibilidade de Olivares querer obrigar o Duque a participar no governo português e a solidarizar-se com a União de Armas para reforçar a legitimidade das suas medidas através da imagem senhorial do Duque. A anuência deste cargo poderia ter levado à antipatia dos diversos grupos sociais com a figura do Duque. Este passaria a estar sob a alçada de Miguel Vasconcelos e Diogo Soares.

O sistema dos secretários era quase organizado como uma dupla clientela. As suas grandes famílias titulares portuguesas no governo parecem mover-se mais pelas suas rivalidades do que pelo desejo de formar um partido ofensivo. O desenvolvimento do comportamento arbitrista favorece a difusão da politização social. O grande impulsionador deste arbitrista era Olivares, com os projectos de unificação da monarquia, a este comportamento ainda acrescentamos a densa presença nepotista. Essa prática foi um dos fundamentos de «(...) uma acção na justiça contra o secretário de Estado do Conselho de Portugal (Diogo Soares) por prevaricação, nepotismo, abuso de poder, envenenamento e mesmo bruxaria, por conta de uma coligação de adversários, composta por D. Miguel de Noronha, Cid d'Almeida.»<sup>136</sup>.

---

<sup>133</sup> Valladares, Rafael - *Epistolario de Olivares y el conde de Basto*, Badajoz: Diputación de Badajoz, 1998

<sup>134</sup> Anexo XI- Largo das Alterações, Évora

<sup>135</sup> “Los nobles habían mostrado una ominosa passividade durante los motines de Évora; y el duque de Braganza tenía sempre lista una excusa cada vez que se le ofrecía un puesto en el servicio real fuera de Portugal” Elliott, John H. - *El Conde-Duque de Olivares*. Barcelona: Editorial Planeta, 2016 p. 652

<sup>136</sup> Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 94

Encontramos desde já uma divisão interna dentro do sistema governativo, ao lado de Olivares contamos com a presença dos secretários, Diogo Soares e Miguel Vasconcelos, que em acordo com o valido proporcionaram a aplicação dos seus projectos como o exemplo das Juntas. Estas três personalidades são revistas pela historiografia e pelas crónicas como os principais causadores da instabilidade e miséria portuguesa, através deles foi quebrada a comunicação do rei com o reino. Por outro lado, encontramos D. Margarida e La Puebla que foram afastados do centro decisivo que era controlado pelos secretários, a união das duas famílias leva os secretários a manipular diversas dimensões políticas. Através do «(...) investimento em officios e cargos na corte e em Portugal, gerem uma rede clientelar e de patrocínio difuso; câmaras, clero e no meio familiares da inquisição.»<sup>137</sup>.

Paralelamente, o Conselho de Portugal era o órgão que veio a proporcionar uma forte divisão política, porque, ao sugerir a criação de juntas que substituíam jurisdições de órgãos consultivos, os seus membros tornavam-se desnecessários para o governo do reino. A formação de fracções políticas em torno de ministros de alta posição traduziu-se pela produção e pela crescente difusão de textos de natureza política.

---

<sup>137</sup> Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 48

## Capítulo II

### **Révolte de Masaniello- Nápoles**

A revolta de Masaniello ocupa o segundo capítulo deste estudo, com início em 1647 numa das inúmeras posses dos Habsburgo, o Reino de Nápoles <sup>138</sup>. Esta revolta não foi a única na Itália Mezzogiorno, ocorreram as revoltas de Palermo e Sicília que antecederam a napolitana e que começaram por traçar as linhas revolucionárias e a despertar ideias anti-espanholas na península itálica. O reino de Nápoles, tal como o português e o catalão, era um território anexado através do modelo *aeque principaliter*<sup>139</sup>. Foi vinculado ao domínio espanhol com o matrimónio de D. Fernando de Aragão e D. Isabel de Castela, que respetivamente uniu as coroas de Aragão e Castela. Sendo o território napolitano posse aragonesa foi anexada sem oposições.

A vasta produção historiográfica neste caso é consideravelmente escassa e o estado de arte deixará muito a desejar porque o acesso a obras que tratam o assunto é limitado e as publicações portuguesas inexistentes. Este estudo irá seguir as linhas traçadas por Rosario Villari, considerando que os seus estudos são os mais acessíveis. É possível afirmar que a maioria dos alfarrabistas napolitanos reconhecem o nome do nosso herói, mas as obras há muito que não são reeditadas. Podemos dar ênfase ao forte interesse espanhol pela publicação de obras com esta temática devido ao impacto que o Império dos Habsburgo sofreu em terras italianas. A Itália Mezzogiorno tinha insuperáveis limites técnicos, económicos e políticos, o feudalismo estava em fase de transformação e a aristocracia formada por grandes comerciantes arrendatários e altos funcionários. Existiam novos grupos sociais impedidos de emergir devido à exploração senhorial dos instrumentos de poder e à forte especulação financeira.

Esta revolta é uma das mais complexas que poderemos encontrar no século XVII, o seu dinamismo e jogos de influência transformaram as interpretações do quadro revolucionário europeu seiscentista. A interpretação das revoltas e levantamentos napolitanos sofreram diversos anacronismos históricos, herdados desde os historiadores contemporâneos.

---

<sup>138</sup> Anexo XII –Dois elementos iconográficos de Tomaso Masaniello

<sup>139</sup> Anexo XIII- Mapa do Reino de Nápoles

Durante o século XIX o estudo desta revolução foi recuperado, a emergência de revoluções sociais que decorriam e a historiografia com influência marxista aproveitou o acontecimento para revelar os antecedentes e a vontade do povo de se erguer da opressão.

Para o estudo desta temática deparamo-nos com diversos autores como John Elliott, Rosario Villari, Luis Ribot, Aurelio Musi, Giuseppe Coniglio, Pasquale Villani, Antonio Di Vittorio e Giuseppe Galasso, que despertaram o interesse deste acontecimento para o estudo do comportamento político napolitano e atitude governamental espanhola<sup>140</sup>. Esta temática suscitou a escrita de diversas biografias de Masaniello como as que foram escritas por Bartolomeu Capasso e M. A Schipa<sup>141</sup>. Podemos encontrar diferentes temáticas de abordagem historiográfica, mas a que dominou a revolução napolitana foi a justificação nacionalista e antiespanhola. A inserção na historiografia universalista provém da obra de Aurelio Musi que trabalha a inserção internacional e as obras de pensamentos republicanos e antiespanhóis para fundamentar as conjunturas da revolta.

No enquadramento político da Monarquia espanhola, o papel de Nápoles foi essencial, para salvaguardar recursos para a guerra dos Trinta Anos e garantir um movimento estratégico das tropas espanholas. Este território era chamado a Índia Italiana devido à riqueza retirada para as agendas militares de Madrid<sup>142</sup>. Devemos realçar as interpretações historiográficas do século XIX, que nos permitem detectar a tendência tradicional que criticava o domínio espanhol e o seu efeito no declínio italiano. Estas obras argumentam, fundamentalmente, que existiu uma revolução efectivamente anti-espanhola, utilizada com uma abordagem nacionalista, em que se defendia a liberdade napolitana e a luta contra a opressão espanhola, protagonizando as acções de Masaniello como prova de *amor à pátria e triunfo popular*<sup>143</sup>.

---

<sup>140</sup> Alonso-Muñumer, Isabel Enciso - Revolts and Riots in Naples. The Historiography about the 1647-1648 Crises. *Studia Historica: Historia Moderna*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 26, (2004), p. 130

<sup>141</sup> Bartolomeu Capasso, *Masaniello. La sua vita, la sua rivoluzione*, Napoli, 1993/M. A. Schipa, Masaniello, Bari, 1923.

<sup>142</sup> Tarsia, Pablo Antonio de - *Tymvltos de La Ciudad Y reyno de Napoles, En el Año de 1647*, Leon: à costa de Clavdio Bvrgea, 1670, pp. 3-4

<sup>143</sup> A ópera *La Muetta de Portici*, com principal relevo no segundo acto, revela a importância das acções do pescador na história de Nápoles.



Relativamente à noção de declínio, foi relacionada por diversas vezes com o domínio espanhol, pelo seu efeito destruidor dos ideais renascentistas italianos, conceitos como liberdade, reformismo e tolerância, são substituídos por despotismo, contra-reforma e intolerância. Ainda caracterizam a sociedade seiscentista como fraca, egoísta, pecadora e protagonista da decadência moral napolitana<sup>144</sup>. Essa visão seguida por Eric Cochrane, justificou que não se trataria a história italiana nesse período porque supostamente não oferecia nenhum dado relevante para a história. A utilização do *declínio* para caracterizar este período foi uma prática recorrente pelos historiadores do *Ressurgimento* italiano que têm tendência para subestimar e ensombrar deliberadamente os séculos de divisão e de impotência política da Itália do século XVII, anteriores à unidade do país<sup>145</sup>.

Cochrane argumentava «(...) *que os historiadores e politólogos do renascimento se enfrentavam com um mundo fascinante e completo e os do barroco nada tinham a contar em um contexto insipido e monótono.*»<sup>146</sup>. Esta interpretação dos acontecimentos levou a que os italianos valorizassem as tentativas de domínio francês, caso tivesse sucesso, estes teriam sido livres por esta ser uma sociedade moderna e tolerante. Por outro lado, a Monarquia espanhola era uma potência estranha ao espírito Renascentista e impôs um pensamento anti-moderno devido às directrizes Tridentinas.

Esta prática historiográfica foi desmitificada com a realização do simpósio *Dimenticare Croce*, em que se constatou a inexistência de uma submissão italiana nos aspectos do princípio monárquico e judicial. A Itália continuava a exercer uma supremacia cultural incontestável de modo que vários artistas foram absorvidos pelos espanhóis (cultura, artística, intelectual) e não foram impostos. Madrid nunca poderia substituir Roma como centro político da Península. Os territórios sujeitos à administração directa da autoridade espanhola foram estudados e corrigidos alguns exageros do passado.

A prática renovadora de Rosario Villari ultrapassou o preconceito criado por ideais nacionalistas e orientou-se para uma reformulação das conjunturas que se

---

<sup>144</sup> Rodríguez, Manuel Rivero - Italy in the Spanish Monarchy (XVI-XVII Centuries). *Studia Historica: Historia Moderna*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 26, 2004, p. 21

<sup>145</sup> Braudel, Fernand - *O modelo Italiano*. Lisboa: Teorema, 1997, p. 161

<sup>146</sup> Manuel Rivero Rodríguez- Italy in the Spanish Monarchy (XVI-XVII Centuries). *Studia Historica: Historia Moderna*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 26, (2004) p. 20

desenrolavam no período espanhol. O autor ofereceu uma análise dos protagonistas e das origens revolucionárias, com destaque para o processo de refeudalização e especulação financeira, a conspiração nobiliárquica que impulsionava as revoltas populares contra a ascensão de certos grupos sociais da aristocracia, o estudo das instituições governamentais e a relevância do *Ceto Civile* no equilíbrio das forças políticas provenientes da Monarquia e da nobreza<sup>147</sup>. De Rosa sintetiza na sua obra os principais focos de dissidência em Quinhentos, a começar pelo carácter anti-feudal da sociedade «(...) *pouco a pouco a classe feudal começou a integrar-se no governo vice-reinal, movendo-se para a capital e obtendo a protecção dos seus interesses.*»<sup>148</sup>.

Ao longo deste exercício de reflexão, deparamo-nos com uma enorme abundância de crónicas, diários e relações de autores que se dedicaram à exposição da revolução fracassada. Através de discursos jurídico-políticos manifestaram a sua posição de lealdade à monarquia espanhola ou à oposição<sup>149</sup>. Existiu uma grande difusão documental do acontecimento por toda a Europa. Um facto que demonstra não só o vasto eco que teve este episódio, mas também o modo como serviu para a tomada de consciência política e de reflexão em torno da monarquia e dos seus problemas. No século XVIII, deu-se a análise estrutural da política, das conjunturas da Europa de Olivares, da corrupção de ministros e do vice-rei, além de se culpabilizarem os grupos sociais pela falta de intelectualidade que levou ao fracasso revolucionário.

Encontramos referentes à revolta de Nápoles discursos inovadores que integraram ideologias em dissidência com a coroa, tendo os seus autores pago com a vida a sua publicação. Em 1620 Summonte retractou na obra *Dell'istoria della citta, e regno di Napoli* o equilíbrio do governo contra o poder feudal, a favor de letrados, profissionais e grupos médios e fez um prestigiado estudo sobre o papel do *Eletto del 'popolo*<sup>150</sup>. Nesta reflexão, utilizamos por diversas vezes os fundamentos de Summonte, Tommaso Campanella e Pietro Gianone, sendo estas as personalidades que

---

<sup>147</sup> Alonso-Muñumer, Isabel Enciso - Revolts and Riots in Naples. The Historiography about the 1647-1648 Crises. *Studia Historica: Historia Moderna*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 26, (2004), p. 132

<sup>148</sup> D E ROSA, L.: «Motines y rebeliones en el reino de Ñapóles en el siglo XVI», en ENCISO RECIO, L. M. (din): *Revueeltas y alzamientos en la España de Felipe II*, colección Síntesis, vill, Valladolid, 1992, p. 101.

<sup>149</sup> Tutini, Camillo; Verde, Marino; Messina, Pietro- *Racconto della sollevazione di Napoli accaduta nell'anno 1647*. Roma: Istituto storico italiano per l'età modernae contemporanea, 1997

<sup>150</sup> Summonte, Giovanni Antonio - *Dell'Historia Della Citta, e Regno di Napoli, T. IV*. Napoli: A spse di Antonio Bulifon, 1675, p. 120

mais contribuíram para a promoção das ideologias desta revolução, a começar pelas ideias republicanas que nela se incluíram<sup>151</sup>.

Assim, a agenda historiográfica da revolução napolitana foi transformada consoante os objectivos políticos que a manipulavam e os protagonistas acompanharam estas mudanças. Os historiadores ao longo desta revisão tentaram detectar as forças centrífugas que actuaram na revolução e aquelas que permitiram o seu fracasso. Musi trabalhou as conjunturas da cidade e do campo, além de estabelecer relações entre Monarquia/capital; Estado/Igreja; Economia/Administração; Aristocracia/Letrados<sup>152</sup>. Ainda os jogos de interesses manipulados por entidades como a Autoridade Vice-reinal, Conselho Colateral, Parlamento Goral e Governo Municipal. Muitos destes organismos têm vindo a ser negligenciados por outras agendas historiográficas, mas damos ênfase ao esquecimento que a autoridade vice-reinal sofreu em muitos estudos, até ser recuperada nos últimos anos<sup>153</sup>.

Essa recuperação foi feita por Coniglio, que reconsidera o vice-reinado como forma de compreender melhor os contextos administrativo, financeiro, económico e social do século XVII napolitano. Esta recuperação do vice-reinado foi resultado dos estudos de Hamilton, Vicens Vives, Braudel e Elliott, que recuperaram as ideias da decadência espanhola<sup>154</sup>. Braudel retractou o caso napolitano como «(...) um Estado em hasta pública.», devido à desorganização estatal que deu origem aos processos da refeudalização<sup>155</sup>. Foi uma revolução falhada que deixou aos seus contemporâneos uma herança de luta, ruínas e medo que acentuou os rasgos negativos da sociedade napolitana do século XVII.

Outra das alterações foi a justificação do acontecimento napolitano através da fiscalidade. A utilização desta mono-causalidade para os diversos historiadores levou a que Ribot se afastasse desta prática, «(...) os historiadores ao darem muita importância

---

<sup>151</sup> “El programa preveía la paridad entre nobles y pueblo en la representación y en las funciones de gobierno, una relación más equilibrada entre capital y provincias, la confiscación de los bienes de los nobles rebeldes y la supresión de los derechos y de la jurisdicción señorial, la incautación de los bienes de los jesuitas y su expulsión del reino.” Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)*, Madrid, 1981, p. 82

<sup>152</sup> Alonso-Muñumer, Isabel Enciso - *Revolts and Riots in Naples. The Historiography about the 1647-1648 Crises. Studia Historica: Historia Moderna*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 26, (2004), p. 136

<sup>153</sup> A. Musí, *Vitalia Dei Viceré. Integrazione e resistenza nel sistema imperiale spagnolo*, Salerno, 2000; G. GALASSO, *Napoli capitale: identità politica e identità cittadina, Studi e ricerche 1266-1860*, Napoli, 1998

<sup>154</sup> Villari, R. - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)*. Madrid, 1981, p. 98

<sup>155</sup> Braudel, Fernand - *O modelo Italiano*. Lisboa: Teorema, 1997, p. 173

perdem o foco da riqueza e profundidade do movimento (...)», em que aparecem outros elementos como a situação interna da política do reino, os diferentes projectos dos grupos sociais e a relação com a coroa<sup>156</sup>.

Esta reformulação historiográfica expõe, assim, dispersos olhares para a génese da revolução de 1647, que envolve o desenvolvimento das relações sociais, a natureza ideológica do movimento, a crise económica e a linha de orientação do estado com o seu resultado final, o fracasso.

Alertamos que a escassa exploração de fontes foi resultado da dificuldade de acesso à documentação italiana, os meios não o permitiram. Mas com uma demorada pesquisa acedemos a obras como: *Napoles Consolada en Su Alvoroto, y Sosiego, dos Tvmuvltos de La Ciudad Y reyno de Napoles, En el Año de 1647; Insurreccion de Naples en 1647; Mémoires du comte de Modène, sur la Révolution de Naples de 1647; Opere Postume di Pietro Gianone in difesa Della Sua Storia Civile Del Regno de Napoli; la città del sole*.

### **2.1 Um Estado em Hasta Pública: Vice-reinado e Administração**

A frase de Braudel, utilizada como título deste capítulo, demonstra um dos principais factores para o desenvolvimento revolucionário no reino de Nápoles. Para aprofundarmos esta ideia, é necessário conhecer as forças sociais que levaram à venda de um reino e afastar a excepção justificativa nacionalista. As linhas governativas europeias que corriam em direcção ao absolutismo régio em Nápoles eram impedidas pela fisionomia governativa napolitana, mais propriamente a forte presença aristocrática na elaboração de leis, «(...) subraya este equilibrio entre el *absolutismo* monárquico y la *autonomía* nobiliaria, que tendría sus efectos en el resto del cuerpo social y en la realidad socio-política de la capital y las provincias.»<sup>157</sup>.

Começamos por caracterizar o poder exercido pela monarquia em parceria com a acção do vice-rei, para esse cargo encontramos relevo nos nomes de Conde De Monterrey, Duque de Medina, Almirante de Castela e o Duque de Arcos. O vice-rei

---

<sup>156</sup> Alonso-Muñumer, Isabel Enciso - Revolts and Riots in Naples. The Historiography about the 1647-1648 Crises. *Studia Historica: Historia Moderna*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 26, (2004), p. 136

<sup>157</sup> Alonso-Muñumer, Isabel Enciso - Revolts and Riots in Naples. The Historiography about the 1647-1648 Crises. *Studia Historica: Historia Moderna*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 26, (2004), p. 137

tinha autoridade sobre os tribunais de justiça (Sacro Regio Consiglio; Gran corte de la Vicaria) e administração fiscal (Tesouraria Geral; regia corte de la Summaria).<sup>158</sup>

Como já referimos, a união das coroas de Aragão e Castela proporcionou ao domínio espanhol a anexação do reino de Nápoles, o qual incluía uma das capitais mais povoadas da Europa<sup>159</sup>. O governo espanhol, formado em 1503, não alterou as raízes governativas, inovou-as e reformulou-as em função da nova situação política. Também Carlos V, quando herdou os territórios italianos, não promoveu nenhuma reformulação da organização política e as inovações idealizadas por Filipe II não iriam contra os aspectos Constitucionais do reino. Os dois monarcas procuraram o fortalecimento do Estado e uma inserção mais orgânica do reino no organismo imperial, respeitando as linhas constitucionais estabelecidas por D. Fernando de Aragão <sup>160</sup>.

O governo do reino de Nápoles equilibrou-se, com base no respeito pelas Constituições do reino, entre o poder do rei com a participação limitada do vice-rei. Estes eram acompanhados pelos órgãos consultivos, tais como o Conselho de Estado e o Conselho de Itália. Uma das inovações impostas aos vice-reis napolitanos foi a delimitação do seu poder através da criação do Conselho Colateral, presidido pelo vice-rei e composto por 5 regentes, 1 secretário e 42 funcionários subalternos. O poder do vice-rei era submetido ao julgamento e controlo do Conselho Colateral, este assegurava que o vice-rei não iria contra as leis do reino.

No caso napolitano podemos apreciar a limitação de poderes do vice-rei. Por um lado, estava submetido às ordens de Madrid, mais concretamente do Conselho de Itália e por outro era pressionado pela nação política com sede de poder. Esta limitação deixava ao vice-rei pouco espaço para exercer autoridade e controlo no poder central. Este descontrolo da autoridade real levou a constantes exigências das elites locais na procura de concessões e liberdades através de mecanismos disponibilizados pela monarquia, com o objectivo de controlar ou de comprar a lealdade destas elites<sup>161</sup>.

---

<sup>158</sup> Anexo XIV - Esquema Governamental Napolitano

<sup>159</sup> Elliott, John - *España en Europa: Estudio de historia comparada*. Universitat de València: València, 2002, p. 186

<sup>160</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 30

<sup>161</sup> “La administración de la justicia- a cuya esfera correspondían, además de la defensa, las funciones fundamentales de la Corona respecto a los súbditos- no fue capaz de limitar y someter a control la autoridad feudal(...) Grandes señores feudales pudieron cometer delitos sin que nadie los persiguiera(...) Los municipios no podían confiar en la protección del soberano, y sus representantes

Assim, aparentava-se que o único objectivo do vice-rei e a justificação da sua existência consistia em manipular órgãos para arrecadar receitas para auxiliar a Monarquia.

Como nos restantes territórios anexados com autonomia governativa, o vice-rei de Nápoles era limitado pelo controlo do soberano e do Conselho de Itália em dimensões como a venda de cargos, a nomeação de funcionários, a concepção de benefícios eclesiásticos e na gestão de bens feudais<sup>162</sup>. Em 1599 a relevância governamental do vice-rei diminuí devido à possibilidade de comunicação do Conselho Colateral directamente com o soberano, arrasando um dos privilégios do vice-rei<sup>163</sup>. Como é possível deduzir, o poder do vice-rei era cada vez mais fraco e vão, este tinha tendência para ceder às pressões de órgãos representativos e até certo ponto era um mero representante/interlocutor entre a Coroa e os vassallos.

O simulacro da decadência do vice-rei deu-se com o Duque de Medina que foi destituído por um conflito entre os interesses pessoais e os da nobreza, «(...) las especulaciones financieras realizadas por Bartolomeo d'Aquino, las ventajas personales que el virrey habia sacado de ellas y la despropocion entre la utilidad que de ellas se habrian derivado para el rey y el daño sufrido por el Reino.»<sup>164</sup>.

A relevância do vice-rei para este estudo deriva de dois pontos: da exploração que este praticava nos cofres do reino e no papel impotente que resultou no descontrolo do poder estatal. Estando o último ponto exposto, passaremos a explicar a exploração financeira. Como foi referido, o papel do vice-rei tinha um objectivo principal, recolher receitas e mantimentos para suportar as agendas militares espanholas. As exigências financeiras foram esgotantes ao ponto de falir os cofres reais, estando esta hipótese de financiamento excluída, deixou os vice-reis com uma solução a venda de «*capital real*».

Entre 1620-1629 as exigências de Madrid foram satisfeitas através da venda de: cargos fiscais, propriedade das jurisdições, direitos régios desfalcados, taxas alfandegárias, títulos nobiliárquicos, cargos públicos e os próprios camponeses

---

pagaron frecuentemente com la vida su legítima oposición al señor feudal(...)" Rosario Villari, *La revuelta antiespañola en Ñapóles. Los orígenes (1585-1647)*, Alianza editorial, Madrid, 1979 p.19

<sup>162</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Ñapóles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 27

<sup>163</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Ñapóles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 27

<sup>164</sup>Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Ñapóles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 202

(comunas do domínio real)<sup>165</sup>. A prática de venalidade sempre existiu no reino de Nápoles, mas desde o início do século XVII os cargos públicos eram vendidos em grande número. Os cargos vendidos eram secundários o que não dava direito decisivo aos novos elementos, desta forma a nobreza não se hostilizou sobre esta prática desde que os altos cargos fossem reservados para os nobres<sup>166</sup>.

A venda do património da Coroa trouxe mais malefícios que benefícios. A venalidade era uma prática vista como um acto corrompível do governo vice-reinal que recebia acusações de corrupção e mau governo. Estas críticas eram dirigidas aos especuladores financeiros que adquiriam títulos de dívida e beneficiavam com a inflação de impostos<sup>167</sup>. Entre 1610 e 1640, 215 comunidades foram objecto de comércio privado em oito províncias, sem contar as que a corte lançou para venda, a maioria dos municípios opôs-se a este projecto de feudalização e tentou negociar com a capital<sup>168</sup>. Devido ao desespero para corresponder aos pedidos de Madrid, os especuladores e financeiros adquiriam terras, direitos, jurisdições, prerrogativas feudais a baixos preços<sup>169</sup>.

O período mais autoritário do vice-reinado decorreu entre 1620 a 1647, que correspondem às datas em que Olivares ocupou o poder, as medidas do valido desrespeitavam a constituição que era usual nos vários domínios dos Habsburgo nestes anos. O monarca decretara que o governo do reino deveria ser entregue ao vice-rei sem a actuação de magistrados locais e propusera o projecto da *União de Armas*, estes dois factores acabaram por criar hostilidades comuns nos vários grupos<sup>170</sup>.

Em suma, a venda destas prerrogativas e bens da coroa levou os nobres a praticar abusos de índole feudal, ao empobrecimento em massa, à prática de especulação financeira devido à posse de diferentes monopólios e à construção de uma

---

<sup>165</sup> Braudel, Fernand - *O modelo Italiano*. Lisboa: Teorema, 1997, p. 172

<sup>166</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 38

<sup>167</sup> Os compradores destes “bens” eram regularmente banqueiros, senhores com antigas origens ou os novos senhores e mercadores que ainda superavam as crises como os massari. Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 68

<sup>168</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 163

<sup>169</sup> Elliott, John - *España en Europa: Estudio de historia comparada*. Universitat de València: València, 2002, p. 184

<sup>170</sup> Olivares planeou retirar a Nápoles 16 mil homens, tal como tinha optado para Portugal e Catalunha. Elliott, John; Peña, José; Negro, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 181

imagem estatal tirana e corrompida. A ascensão de indivíduos titulares foi um aspecto catastrófico e injustificável, que abalava a ordem social e empobrecia as ideais<sup>171</sup>.

Relativamente aos órgãos que rodeavam o vice-rei, o Conselho Colateral tinha como uma das suas esferas decisivas os assuntos militares. Muitos dos seus membros compunham o Conselho de Estado e era controlado pela nobreza napolitana que insistia em ter opinião em matérias de foro civil. O Conselho era composto por Ministros de toga e nobres de espada<sup>172</sup>. Um dos sectores governamentais mais problemáticos era o Conselho Municipal que era composto por 6 famílias nobres, os *seggi*, cada família tinha um representante. Este conselho ainda tinha um representante do povo (*Eletto del popolo*) apesar do seu papel político ser meramente ilusório<sup>173</sup>. A fracção popular na cidade reivindicava uma maior representatividade política para os sectores médios que estavam afastados do governo municipal<sup>174</sup>.

A representação do parlamento começou a ser um caso notório da venda de posses reais porque reunia a cada 2/3 anos para aprovar os impostos que iriam ser aplicados. Este parlamento passou a ser dominado por nobres, devido ao domínio de diversas cidades, sobrando ao monarca somente 10 cidades<sup>175</sup>. O primeiro campo onde o poder parlamentar exercia a sua influência era o da defesa das mesmas instituições representativas, com todas as suas prerrogativas e liberdades.

O parlamento e os *seggi* defendiam, com eficácia, através da ampla difusão das posições, o constitucionalismo no seio da cultura jurídica napolitana, e a fundamental proximidade de ideias entre organismos políticos da nobreza e os principais representantes da alta magistratura do reino.

Na organização das províncias, deparamo-nos com uma autêntica guerra de forças sociais. Os municípios não podiam recorrer à protecção do soberano e pagavam com a vida a oposição aos senhores feudais. Os funcionários da *Summaria* tiveram de

---

<sup>171</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 181

<sup>172</sup> “O conselho Colateral, com conselheiros de toga e de espada, espanhóis e napolitano, é, evidentemente um órgão que dispõe junto do vice-rei mais para controlá-lo do que para apoiá-lo.” Pag 173 Galapasso

<sup>173</sup> “O eleito do povo era escolhido por uma lista de nomes feita pelos nobres que o vice-rei escolhia o de maior interesse.” Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 718

<sup>174</sup> “El Reino de Nápoles muy vecino a sediciones populares. Y com la moneda totalmente depravada.” Elliott, John; Peña, José; Negro, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 213

<sup>175</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 719



chegar a acordo com os senhores devido à recolha de impostos e repressão do contrabando, a recolha de imposto era um negócio privado e a administração central deixava lentamente de ter o controlo e o equilíbrio entre os privilégios e autonomia local. As direcções políticas e militares permaneceram fundidas e concentradas nas mãos dos governadores. Aos Governadores das Audiências provinciais correspondia a tarefa de exercer controlo directo sobre as jurisdições nobiliárquicas. As composições destes organismos estavam em grande parte para venda.

Resumidamente, no campo e na cidade o principal objectivo da revolta era a limitação do poder feudal e a criação de uma nova ordem social mais equilibrada e justa, sendo as províncias a principal origem destas contestações nas comunidades rurais. A junção de todas estas causas resultou a que, em 1647, a «(...) máquina estoira por dentro.»<sup>176</sup>.

Quais as transformações sociais que culminaram na revolta de 1647? Estas podem ser entendidas com base na oposição entre a capital e o campo. No século XVII, a capital afectou o campo em diversos aspectos: o efeito corte; a localização da administração central; os privilégios e imunidades cidadinas; na representação política e social; o enorme mercado de consumo; a auto-consciência cidadina; o acesso privilegiado aos membros da monarquia espanhola; o sentimento pátria-nação napolitano<sup>177</sup>.

O sistema administrativo estava afastado e sem controlo nas províncias do reino, através da compra de jurisdições e bens da coroa, grande parte dos municípios foram impostos a senhores feudais. As novas coesões feudais não diferiam substancialmente das antigas, dado que a aquisição do feudo comportava a aquisição da jurisdição feudal. Desta forma, houve uma «(...) reafirmação dos poderes feudais, das prerrogativas e direitos administrativos, jurisdicionais, fiscais, políticos (...)» que os nobres exploravam sem terem repercussões das autoridades da coroa<sup>178</sup>. Este processo foi intitulado de refeudalização.

Este processo começou entre 1610 a 1640, deixando a maioria das comunidades sujeitas ao poder senhorial, facto que implicava uma constante opressão económica e

---

<sup>176</sup> Braudel, Fernand - *O modelo Italiano*. Lisboa: Teorema, 1997, p. 175

<sup>177</sup> Musi, Aurelio - *Capitale e Città Nel Regno di Napoli (sec XVI- XVII) integrazione e resistenza*, p. 40

<sup>178</sup> Villari, Rosario - *Rebeldes y reformadores del siglo XVI al XVIII*. Barcelona: Serbal, 1981, p. 109

política nas províncias. O aumento das rendas e violência dos exércitos senhoriais levou ao desequilíbrio económico e social da sociedade provincial que chegava a afectar as “fronteiras “da capital. Esta nova nobreza erguia-se com o apoio do vice-rei e colocava em causa, cada vez mais, a nobreza de espada que se via sem fundo financeiro e era obrigada a oprimir os seus vassallos<sup>179</sup>.

Com a falta de auxílio e sendo deixados ao abandono, deu-se a ruptura entre o poder estatal e os habitantes dos municípios. As zonas rurais não sentiam qualquer justiça ou administração por parte do poder central, o que levantou grande parte das hostilidades provenientes do campo. Houve diversas sublevações em 1647 como por exemplo «(...) Castiglione contra o príncipe de SantoBuono, estalou um motim encabeçado pelo doctor Giulio Casorati; os vassallos do príncipe Satriano também se sublevaram.»<sup>180</sup>.

## 2.2 Pressão fiscal e assistências

Neste ponto discutiremos, os valores-chave que deram origem à crise financeira napolitana que mais tarde seria um dos principais catalisadores da revolução de Masaniello com a famosa revolta contra o imposto da fruta. Além de quantias existem outras dimensões que afectavam indirectamente as finanças que discutiremos no próximo ponto<sup>181</sup>. No período da Guerra dos Trinta Anos, as despesas começaram a colapsar<sup>182</sup>. O excessivo aumento dos tributos napolitanos e o estado a que chegou a economia assustava e espalhava o medo nos diversos territórios<sup>183</sup>.

A crise financeira desde o início do vice-reinado tinha tendências a agravar devido aos gastos bélicos e ao aumento da dívida pública. Para termos consciência das quantias, a dívida pública do reino em 1612 alcançava os 10.216.548 ducados, esta crise e respetiva dívida era impulsionada pelo descontrolo governativo, pela corrupção dos grupos que ocupavam os altos cargos e pela especulação financeira<sup>184</sup>.

---

<sup>179</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 166

<sup>180</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 221

<sup>181</sup> Outras dimensões como: o bandoleirismo; a asfixia comercial dos portos adriáticos devido ao monopólio de Veneza; o ataque otomano às costas.

<sup>182</sup> Villari, Rosario - *Rebeldes y reformadores del siglo XVI al XVIII*. Barcelona: Serbal, 1981, p. 103

<sup>183</sup> Fraga, Joana - *Three Revolts in Images: Catalonia, Portugal and Naples (1640-1647)*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia I Història, 2013, p. 51

<sup>184</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 123

A crise tinha tendência a tornar-se mais crítica devido aos aspectos que vimos no ponto anterior, ou seja, a desordem administrativa, a corrupção burocrática e a especulação financeira. As mudanças em Madrid também eram sentidas nas exigências<sup>185</sup>. Com o sistema governativo impulsionado por Lerma existiam possibilidades de melhorar a situação económica do reino, devido à política pacifista que o valido adoptava, mas não foi o suficiente para ultrapassar a dívida. A opressão fiscal difundiu-se rapidamente do campo para a cidade. Devido ao aumento da população havia escassez de alimentos e emprego.

Apesar da debilidade financeira napolitana, Espanha continuava a enviar pedidos de assistência militar e financeira mais generosas. Por exemplo a 31 de Janeiro de 1636 pediu: 6 a 8.000 soldados, 100.000 ducados anuais para Génova, 300.000 ducados para forças navais e 6.000 quintais de pólvora, trigo e cevada<sup>186</sup>. Estes exagerados pedidos eram justificados em todos os territórios espanhóis com o mesmo argumento que se tratava de defender o Estado e a Religião.

A população ficava cada vez mais hostil aos pedidos espanhóis quando os recrutamentos eram uma razia demográfica que afectava todos os aspectos do reino. Em 1639 foram enviadas forças para a Alemanha, Génova e Milão. A 12 de Setembro chegaram novos pedidos para o ano de 1640 que correspondia a 200.000 ducados mensais para Milão, 6.000 infantes, víveres e munições<sup>187</sup>. O reino estava na bancarrota e totalmente destruído e era impossível satisfazer estes pedidos e o vice-rei estava de acordo com esta opinião do Conselho Colateral. Os governadores militares descreviam as fortificações mandadas levantar por Monterrey que estavam em ruínas e abandonadas e os barcos, careciam de tripulação e eram escassos<sup>188</sup>.

Entre os senhores começava-se a criar uma grande oposição às exigências espanholas. Em 1641 chegavam mais pedidos espanhóis com a urgência de travar as

---

<sup>185</sup> La reina y a los que la assistirem no han de poder socorrer a V.Majd com hacienda quando el reino está totalmente exhausto. Si aprietan los vassalos para sacar hacienda nueva es imposible moralmente que no haya comunidades; y si no le aprietan no pueden socorrer Nápoles, Milán y Sicilia estando exhaustos totalmente y impossibilitados de acudir como convendría para suplir lo de España.” Elliott, John; Peña, José; Negro, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 253

<sup>186</sup>Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, pp. 128/129

<sup>187</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 131

<sup>188</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 135

revoltas da Catalunha, pediam 9.000.000 ducados, 12.000 soldados e 2500 cavalos, no total a estimativa de gasto era de 12.000.000 ducados em despesa<sup>189</sup>.

Em paralelo com os pedidos espanhóis, o monopólio financeiro e a desvalorização de títulos de dívida levavam à emergência de grupos financeiros que mantinham o controlo sobre as dívidas da coroa. O protagonista deste grupo era Bartolomeu D'Aquino. À medida que este grupo emergia, o poder financeiro dos titulares ia desaparecendo e muitos declaravam falência<sup>190</sup>. O grupo de D'Aquino tinha como receita principal os impostos directos e os arrendamentos, todos os municípios eram taxados consoante o número de fogos.

Muitos elementos deste grupo que controlavam o monopólio de determinados produtos ficavam a ganhar com a nova subida de impostos. Quanto mais o imposto inflacionava mais lucros obtinham, ou seja, D'Aquino controlava o trigo e adquiria uma percentagem da gabela do trigo. O corte na sua produção levava a que o preço do trigo inflacionasse, libertando mais dinheiro sobre um produto que poderia ser avaliado a baixo preço. Em 1636, impuseram-se novas gabelas sobre os grandes produtos de exportação napolitana (azeite e seda) e o consumo do sal e azeite.

A tentativa de impor igualdade nos pagamentos e eliminar o elemento da corrupção e desordem foi impossível devido aos grandes consignatários e arrendadores que fomentavam a especulação e participavam nela. A paragem da “máquina financeira” controlada por D'Aquino, por ter sido preso, resultou na procura de receitas através da procura de capitais e vendas de ingressos. A assistência regular a Génova tinha os seguintes valores: 1641 - 2.620.000 ducados, 1642 - 2.446.002 ducados, 1644 - 2.460.000 ducados<sup>191</sup>.

A queda de D'Aquino foi alarmante para o mundo financeiro napolitano. O Duque de Medina foi obrigado a retirar-se, sendo este um dos grandes apoios de D'Aquino. A isto juntou-se a dificuldade em vender os impostos, a pressão vinda de Milão e Madrid e a diminuição dos capitais privados. Este foi o acumular de factos que

---

<sup>189</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 139

<sup>190</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 183

<sup>191</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 152

resultou em crise, de que muitos queriam culpar Medina, mas, na realidade, este quadro financeiro assustador foi resultado das largas assistências pedidas por Madrid e um sistema financeiro corrompido.

Neste ponto, a miséria abrangia toda a população, emergiu diversos grupos de jovens que eram apelidados de *lazzari*, assim Capaccio considerava-os «(...) prontos à revolução, às revoluções, a infringir as leis e costumes e a desobedecer aos superiores.»<sup>192</sup>.

Em 1641, para sufocar as lutas com França, as revoltas da Catalunha e de Portugal foram pedidos os 9.000.000 ducados e 14.500 soldados. Para recolher esta quantia os vice-reis eram obrigados a triplicar as receitas com novos e velhos tributos. O auxílio banqueiro que aumentava o endividamento público rondava os 120 a 150 milhões de ducados, os oitos bancos de Nápoles entregaram os seus depósitos de metal por divisas em papel. Estes em 1647 já estavam em bancarrota, os financeiros privados impunham taxas cada vez mais altas quando era para enviar recursos para Espanha ou para a Lombardia. As taxas subiam 8% para 1630, 40% para 1641, 55% para 1642, 70% para 1643<sup>193</sup>. Quanto mais a crise avançava, maior era a quantidade de empréstimos pedidos e as resistências aos pagamentos <sup>194</sup>.

A queda demográfica veio piorar a crise financeira, porque diminuiu as receitas fiscais, em 1595 existiam 550.000 fogos e em 1645 existiam 500.00 fogos, devido à forte emigração e aos recrutamentos espanhóis<sup>195</sup>.

Para combater a diminuição fiscal, procuraram-se novas fontes de rendimento. Em 1642, o parlamento acordou a medida de impor sobre todos os fogos um novo imposto, que arrecadaria mais 11.000.000 ducados, mas na condição que fosse excepcional à capital e que não se votariam no parlamento novos agravamentos de impostos. Assim, só os regedores poderiam aprovar novos tributos, e, quando o fizeram, agravaram as taxas de importação sobre o tabaco e a fruta. A situação de 1647 era alarmante, os impostos sobre certos produtos triplicaram e a gabela da fruta era

---

<sup>192</sup> Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 718

<sup>193</sup> Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 720

<sup>194</sup> Fraga, Joana - *Three Revolts in Images: Catalonia, Portugal and Naples (1640-1647)*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia I Història, 2013, p. 54

<sup>195</sup> Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 720

direccionada aos ricos. Esta criou distúrbios, tendo mais tarde passado a ser visto como o imposto mais injusto e opressivo.

Os seggi ofereceram-se para adiantar 1.000.000 ducados à conta das receitas que geraria um novo imposto sobre a fruta. Apareceram, então, revoltosos inspirados pela revolta de Palermo e queimaram o edifício do fisco que ficava na Praça do Mercado<sup>196</sup>.

Em Junho de 1647, a caminho da Missa em Santa Carmine, o vice-rei desde 1646, Duque de Arcos, propôs aos seggi um imposto sobre os proprietários das carroças para retirar o imposto sobre a fruta. Caso eles tivessem permitido, a revolução de Masaniello teria sido adiada<sup>197</sup>. Mas os seggi protestaram contra a decisão do vice-rei, tendo em conta que eram a maioria dos proprietários das carroças, o que fez com que o vice-rei recuperasse o tributo sobre a fruta.

Os excessivos impostos da fruta e nos outros produtos levaram ao suicídio financeiro e político do Conde de Arcos. Na manhã de 7 de Julho, deu-se a disputa de quem pagaria o imposto da fruta, se eram os tendeiros e os camponeses locais. Um dos fruteiros gritou «(...) Deus dá muito e o mau governo causa escassez. A fruta não importa. Colhe a que queres.», este manifesto deu início ao período de revolução<sup>198</sup>.

### 2.3 Pensamentos e atitudes de Crise

A sociedade napolitana foi protagonista de comportamentos e pensamentos regulares da Itália do século XVII, era característico a grande dinâmica de pensamentos filosóficos políticos e religiosos. Assim estava Nápoles, com ilustres nomes que levariam as suas obras para legitimar e fomentar a actividade política dos diversos grupos sociais. O protagonista da linha de pensamento revolucionário, ao contrário do que era suposto, não era Masaniello<sup>199</sup>. A mente que planeou a revolta napolitana foi Giulio Genoino que utilizou a figura de Masaniello pela sua condição de pescador humilde<sup>200</sup>. Genoino, que tentava contrariar o sistema estatal, sendo *Elleto del'popolo*, propôs ao governo uma representação política equilibrada entre os nobres e o povo, traçando um projecto com fundamentos próximos das linhas democráticas e

---

<sup>196</sup> Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 721

<sup>197</sup> Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 721

<sup>198</sup> Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 722

<sup>199</sup> Musi, Aurelio - *La rivolta di Masaniello nella scena politica barocca*. Napoli: Guida Editori, 2002

<sup>200</sup> Consultar "Lettera di Giulio Genoino Agli Accademici Oziosi Intorno Alle Pretensioni del Popolo di Napoli" na obra Capasso, Bartolomeu- Masaniello, Napoles: Arturo Berisio Editore, 1980, pp.183-186

republicanas. Este projecto não era de todo injustificado, Genoino argumentou que a coroa espanhola estava a corromper e manipular as antigas constituições do reino.

A construção de discursos político-jurídicos e históricos foi outro dos instrumentos do governo e de grupos revolucionários. Através de autores como Summonte, um dos principais historiadores, utilizava-se o mito e a história para reconstruir a História de Nápoles, sendo este o primeiro historiador napolitano que subtraiu a tradição aristocrática e a poderosa sugestão que exercia o autonomismo tradicional sobre a cultura napolitana. Após a prisão de Summonte, o início do século XVII foi marcado pelas novas construções discursivas em defesa da tradição aristocrática. Reconhecemos autores como Novario, os Tassone e os Tapia, que elaboraram novas posições a favor do Estado<sup>201</sup>. O novo planeamento ideológico popular não queria confrontar a coroa, mas sim colaborar com ela e reforçá-la.

Outras personagens secundárias em momentos distintos foram Gian Girolamo Acquaviva (conde de Conversano) e o Cardeal Filomarino. O conde iniciou as negociações para uma aliança entre os franceses e napolitanos, no ano de 1639. O Cardeal foi o mediador entre as exigências de Masaniello e a Coroa, esta figura foi o reflexo da influência que o clero tinha junto do povo. Realçamos estes dois exemplos para demonstrar que nem todos os grupos se opunham às revoltas. Neste caso, a Igreja tornou-se neutra.

A sociedade napolitana idealizava a mudança da ordem social e retirava destas revoluções e tumultos ideias democráticas, independentistas, monarcómacas, filofrancesas e republicanas<sup>202</sup>. Estas ideias internacionais agrupavam-se aos sentimentos enraizados em Nápoles como o bandoleirismo, campanellismo, libertinagem, messianismo e inconstância religiosa. Para o historiador Camilo Tuttini, a resposta ao caos administrativo era a recuperação da organização política após a saída romana, que consistia na repartição do poder político entre nobres e o povo<sup>203</sup>.

---

<sup>201</sup> Villari, Rosario - *Rebeldes y reformadores del siglo XVI al XVIII*. Barcelona: Serbal, 1981, p.106

<sup>202</sup> Alonso-Muñumer, Isabel Enciso - *Revolts and Riots in Naples. The Historiography about the 1647-1648 Crises. *Studia Historica: Historia Moderna**, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 26, (2004), p. 145

<sup>203</sup> Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 718

A utilização da figura de Masaniello proporcionou o mínimo de sentimento comunitário, conduzindo à nomeação do pescador para Capitão Geral<sup>204</sup>. A ascensão simbólica foi transformada em triunfo para o povo contra os opressores e permitiu recuperar o antigo equilíbrio político entre a nobreza e o povo. A principal reivindicação era a de Justiça Social já muito utilizada pelo Bandoleirismo. Relativamente ao bandoleirismo, não o podemos retratar como um mero pacto entre bandidos. Esta prática era observada como um pacto demoníaco, mas consistia no assalto de casas ricas sem danificar as restantes, os altos dignatários eclesiásticos eram o principal alvo. Protegiam-se os pobres e distribuía-se a riqueza dos assaltos entre todos, honravam-se as mulheres com o sentimento de justiça social, mas as autoridades eclesiásticas e civis tentaram reprimir estes bandos<sup>205</sup>.

Marco Sciarra foi o ilustre bandido reconhecido e tinha bandos com 1000 homens. Era descrito como um mito de força, prestígio e resistência entre os grupos populares. Villari propôs a ligação deste bandido às linhas anti-espanholas, após a revisão de crónicas que o observavam nesse contexto<sup>206</sup>. Esta acção vinha em tempos de crise e fome, que os camponeses procuravam a esperança no meio da miséria. Estes indivíduos não podem ser confundidos com bandidos regulares tendo em conta a sua missão, fazer justiça social. Existiam membros do clero marginalizados e explorados pelas ideias de ajuste financeiro da Contra-Reforma que levavam à falência certas paróquias que acabavam por proteger estes heróis, apesar de estarem à margem da lei.

Paralelamente, emergiam novos grupos sociais. O que levou o pensamento humanista a seguir uma linha oposta à ascensão social comprada, defendendo-se a nobreza de espírito, a renovação civil e política, além de se oporem aos valores hierárquicos. Todos estes princípios contrariavam as condições de ascensão de indivíduos através da venalidade, que utilizavam as genealogias para justificar a sua posição. O efeito desta transformação aristocrática resultou na larga difusão de

---

<sup>204</sup> Elliott, John - *España en Europa: Estudio de historia comparada*. Universitat de València: València, 2002, p. 186

<sup>205</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, pp. 74-99

<sup>206</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 99



genealogias para justificar a ascensão dos novos indivíduos, que queriam «(...) adquirir a antiguidade e esplendor das linhas nobres.»<sup>207</sup>.

As genealogias serviram como instrumento de validade e justificação ética para a ascensão de diversos indivíduos na aristocracia. O melhor exemplo desta utilização das genealogias é o de Bartolomeu d'Aquino, que pela referência genealógica afirmou a sua descendência de S. Tomás d'Aquino<sup>208</sup>. Estas genealogias forjadas eram adquiridas com intuítos de ascensão aos mais altos cargos administrativos que eram reservados aos seggi.

Outro dos ideais que expomos à reflexão é o campanellismo. Esta corrente filosófica protagonizada por Tommaso Campanella tratava os impulsos revolucionários provenientes da crise social, espiritual e política como manifestações de oposição a um ponto comum, o domínio espanhol<sup>209</sup>. Campanella era o reflexo das conjunturas culturais e sociais napolitanas, muitos dos seus pensamentos eram reivindicados pela população, que pretendiam a desarticulação dos instrumentos repressivos de âmbito cultural e religioso. O filósofo direcionou o seu discurso para a reforma dos princípios religiosos, políticos e filosóficos.<sup>210</sup>

Como principal inimigo destas linhas independentistas estava Enrique de Gúzman, que durante a sua estadia em Nápoles conseguiu reduzir as influências campanellianas e revolucionárias<sup>211</sup>. Mas na revolução de 1647 estes pensamentos ergueram-se com uma densa difusão e efeito nos ambientes populares. Estes comportamentos revolucionários provocaram o aumento da produção de discursos históricos para demonstrar ao povo o seu lugar. A ignorância era supostamente a causa de desobediência, como argumentava a cultura burguesa contra os movimentos

---

<sup>207</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 182

<sup>208</sup> Procacci, Giuliano - *Histoire des Italiens*. Paris: Fayard, 1998, p. 184

<sup>209</sup> “L'épisode le plus célèbre a pour animateur Tommaso Campanella. En 1559, il se met en Calabre à la tête d'une bande hétérogène de forces sociales et politiques, qu'unissent ses prophéties annonçant le «siècle nouveau» et un «changement d'Etat». La tentative échoue. Pour Campanella commencent les longues années dans les prisons napolitaines.” Procacci, Giuliano - *Histoire des Italiens*. Paris: Fayard, 1998, p. 184

<sup>210</sup> Ganho, Maria de Lourdes Sirgado - Tomás Campanella e a Cidade do Sol. *THEOLOGICA*, Lisboa, 2.<sup>a</sup> Série, nº45, (2010), p. 593

<sup>211</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 109

populares<sup>212</sup>. As limitações ideológicas e a unidade política inerentes à burguesia impediam o desencadear de uma polémica eficaz e limitavam a construção de uma linha de oposição coerente. Qualquer mudança no ponto de vista precisava de justificação histórica ou de criar mitos históricos adequados às novas exigências.

Paralelamente a estes pensamentos, a revolução de 1647 teve uma densa presença de impulsos revolucionários provenientes das inúmeras convulsões que sucederam nessa época. Os vestígios ideológicos catalães, portugueses, sicilianos e principalmente da Flandres, alimentavam as esperanças de sucesso revolucionário. A revolução flamenga foi o ponto de partida para os ideais napolitanos, tendo em conta que os seus rasgos revolucionários eram idênticos e o ambiente de censura aos pensamentos políticos e religiosos eram idênticos. Assim, em 1630 uma comuna calabresa levantou-se aos gritos «*Faremos como Flandre*», e não se pode subestimar a poderosa corrente republicana popular que entrou em cena em 1647, inspirando-se abertamente na experiência flamenga e tendo como protagonista Vincenzo D'Andrea<sup>213</sup>.

A literatura que difundia os pareceres desta revolta dividia-se, não temos conhecimento de qualquer estudo feito sobre as obras deste tipo, mas deixamos alguns exemplos de discursos que relembram a história de Nápoles e de Masaniello:

### Masaniello

*Mmiez 'a piazza d' 'o Mercato*<sup>214</sup>

*I'me sperdo addirittura:*

*Veco ll'ombre d' 'o ppassato,*

*Sento 'o ggelo d' 'a paura*

*Chiamma 'a folla a Massaniello*

*E ghiastemma 'o vicerrè.*

*Llà se nchiure nu canciello*

*Ca zerréa comm'a che.*

*Massaniello sta a cavallo*

*cu na sciarpa e 'a spata a llato:*

*n'imponenza 'e Maresciallo*

---

<sup>212</sup> Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 120

<sup>213</sup> Villari, Rosario - *Rebeldes y reformadores del siglo XVI al XVIII*. Barcelona: Serbal, 1981, p. 106

<sup>214</sup> Anexo XV- La rivolta di Masaniello del 1647 a Piazza del Mercato

*tene chistu scammesato.*<sup>215</sup>

---

<sup>215</sup> Caro, Giovanni de - *Masanié!..Masaniéee!!*. Napoli: Arti Grafiche A. Velardi, 1981, p. 7

### Capítulo III

#### **La Guerra dels Segadors- Catalunya**

Ainda na dinastia dos Áustrias reflectiremos sobre uma revolta que foi uma das maiores preocupações da monarquia espanhola, conhecida como a Revolta da Catalunya ou Revolta dos Ceifeiros (Segadors)<sup>216</sup>. Ainda hoje, a população catalã, particularmente a barcelonesa, luta pela sua independência e autonomia. A durabilidade desta revolta fundamenta-se em pilares erguidos na época medieval e em diversas facções independentistas que continuam a defender os seus foros, a sua constituição e a sua autonomia<sup>217</sup>.

A anexação do principado da Catalunya ao império espanhol provém da união das coroas de Aragão e Castela com o casamento de D. Fernando com D. Isabel. Tal como explicámos no capítulo napolitano estes territórios ficaram com autonomia constitucional, anexados, mas mantinham as mesmas leis, costumes e foros. D. Fernando, ao subir ao trono de Aragão, readaptou algumas das velhas instituições e realidades sociais. Ao contrário do que seria de esperar, o sistema administrativo catalão foi definido como modelo a seguir nos domínios espanhóis. Em 1479, a Catalunya era um país estagnado em termos económicos e exausto de conflitos políticos, o rei «(...) empreendeu a tarefa de ressuscitar e revigorar o velho Estado contractual e as instituições que protegiam o súbdito contra o poder real.»<sup>218</sup>.

Na Catalunya, o formato administrativo foi modernizado, mas muitos pilares que defendiam a sociedade foram destruídos por diversos monarcas. Ao longo desta análise observaremos diversos episódios e reivindicações que ainda são contestadas.

A revolta da Catalunya foi um fenómeno de constante interesse ao longo dos séculos, possivelmente pelo insaciável desejo de independência que até aos dias de hoje

---

<sup>216</sup> “En Cataluña, según un testigo presencial, la mayoría de los segadors eran «hombres disolutos y atrevidos que lo más del año viven desordenadamente, sin casa, oficio o habitación cierta. Causan de ordinario movimientos e inquietude en los lugares donde los reciben; pero la necesidad precisa de su trato parece no consiente que se les prohíba. Temían las personas de buen ánimo sul legada, juzgando que las materias presentes podrían dar ocasión a su atrevimiento en perjuicio del sosiego público.” Parker, Geoffrey - *El Siglo Maldito*. Barcelona: Planeta, 2013, pp. 195-196

<sup>217</sup> Anexo XVI - *Constitutions y altres drets de Catalunya*

<sup>218</sup> Elliott, J. H. - *La Rebelión de los Catalanes (1598-1640)*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1982, p. 11

é conhecido<sup>219</sup>. Ao longo do século XIX esse sentimento foi protelado pela corrente romântica encabeçada por Victor Balaguer que publicou a obra *História de Cataluna y de la Corona de Aragón*<sup>220</sup>. Para a maioria dos autores deste século a justificação para o estudo da revolução era «(...) con el propósito de recordar una historia de libertad injustamente olvidada.»<sup>221</sup>. Outra das mentes que segue este pensamento é Antoni de Bofarull i Brocà, ambos os autores davam foco à actuação das grandes personagens, ignorando os factores que proporcionavam o seu aparecimento.

Outro autor que alterou a visibilidade da revolução foi Rubió i Lluch, sendo este um dos fundadores do Instituto de Estudos Catalãs, que teve uma agenda historiográfica renovada sem interferência romântica, mas científica. Este autor criou uma linha de pensamento que foi seguida por Ferran de Sagarra, Joaquim Miret i Sans, Francesco Carreras i Candi, entre outros, e acabam por investigar de forma aprofundada os factores que originaram a revolta. Os estudos sobre este evento difundiram-se devido ao acrescido interesse com a composição e fragmentação do Império dos Áustrias, a atitude pró-catalã de diversos autores influenciou muitas das interpretações feitas, como podemos avaliar na obra de Ferran Soldevila i Zubiburu <sup>222</sup>.

A grande ruptura das linhas analíticas foi feita por Vicens Vives, herdeiro da escola francesa dos Annales, que marcou uma influência na historiografia espanhola, com a predominância da história social e económica, “Con a l'Anglaterra de Cromwell, a la Holanda dels Witt i a la França de la Fronda, les corporacions privilegiades catalanes, recollint els darrers batecs de l'aristocràcia i el clero feudal i de la burguesia de cossos honrats, s'oposaren al Minotaure en una gran onada revolucionària”<sup>223</sup>. Na década de 50/60 do século XX, a linha de investigação mais procurada foi a político-institucional e ideológica que «(...) estudou em profundidade a confrontação ideológica

---

<sup>219</sup> Espada, Arcadi - *Contra Catalunya*. Madrid: Ariel, 1997) / Elliott, - *Catalanes & escoceses. Unión y discordia*. Madrid: Taurus, 2018/ Ucelay-Da Cal, Enric - *Breve historia del separatismo catalán*. Barcelona: Ediciones B, 2018

<sup>220</sup> *Historia de Cataluna y de la Corona de Aragón*. Barcelona: Librería de Salvador Manero, 1850-1863, t. IV, p. 404

<sup>221</sup> Tarrés, A. Simón - La revuelta catalana de 1640. Notas para un estado historiográfico. *Analys d'Estudis Gironins*. Vol. XXV, Nº 2, (1980 – 1981), p. 114

<sup>222</sup> Ferran Soldevila i Zubiburu, *Història de Catalunya*, 3vol., Barcelona, 1962/3

<sup>223</sup> J. Vicens Vives, *Notícia de Catalunya*, Barcelona, Ed. Destino, 1969, p. 198.

Catalunha-Castela através da análise da polémica literária que acompanhou a beligerância político-militar.»<sup>224</sup>.

Paralelamente, as biografias do Conde-Duque ganharam espaço nas agendas historiográficas devido ao papel relevante na fomentação de causalidades que levaram à resistência dos oprimidos e a curiosa concorrência política que Richelieu estimulou<sup>225</sup>. Por fim, seria impossível abdicar do nome e obras de John Elliott que traça uma visão de conjunto do evento e do Conde-Duque com as obras *The revolt of the Catalans* e *Richelieu and Olivares*. Segundo Ricardo Cárcel, o autor teve três interpretações da revolução da Catalunha: não sair de 1640 e analisar os receios, desencantos e afastamento mútuo; o planeamento da revolução como luta entre antigos e modernos, resistência legalista e o fatalismo do progresso; mostrar o interior da oligarquia social barcelonesa<sup>226</sup>.

Nos anos 90 a historiografia revisitou a revolta catalã e impulsionou uma biografia mais rigorosa e imparcial, um dos estudos mais aprofundados foi realizado por Eva Serra, que interliga as diversas dimensões que afectaram a sociedade com os grupos sociais correspondentes<sup>227</sup>. Pensamos ser de interesse uma reflexão sobre a ideias nacionalistas na historiografia. O pensamento espontâneo é baseado na busca da independência catalã que domina a região em pleno século XXI.

A autenticidade regional da Catalunha foi conservada e os pensamentos autonomistas também, ao contrário do que se viu nos outros casos. A tendência a responder a muitas destas questões resultou na procura do conceito de Espanha, segundo Cárcel o conceito incidia para Castela. Os instrumentos da castelhanização como a língua, a escrita, a publicação de obras, leis e governo, resulta na urgência «(...)

---

<sup>224</sup> Cárcel, Ricardo García - La revolución catalana: algunos problemas historiográficos. *Manuscrits: Revista d'història moderna*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, Nº 9, (1991), p. 116

<sup>225</sup> “A partir da década de 1630 o cardeal Richelieu, primeiro-ministro do monarca francês Luís XIII, optou por uma nova estratégia para dividir as forças espanholas, abrindo-lhes novas frentes de guerra. Foi neste contexto que a França incentivou as revoltas no seio da monarquia hispânica.” Fraga, Joana - Revoltas da monarquia hispânica (1640-1647) no contexto europeu: ecos e contágios. *Revista 7 Mares*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, nº5, (2014), p. 128

<sup>226</sup> Cárcel, Ricardo García - La revolución catalana: algunos problemas historiográficos. *Manuscrits: Revista d'història moderna*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, Nº 9, (1991), p. 115

<sup>227</sup> Puig, Eva Serra i - *La Revolucio Catalana de 1640*. Barcelona: Crítica, 1991

da unidade e conformidade de língua para dominar os povos bárbaros e nações de línguas primitiva e naturalmente essa língua era o castelhano.»<sup>228</sup>.

Para esta análise, iremos reconstruir as mesmas dimensões utilizadas nos casos anteriores de forma a compreender os propulsores desta revolução, acrescentamos neste ponto uma caracterização geográfica sendo este caso condicionado pelo ambiente que o rodeava<sup>229</sup>. A Catalunha localizava-se na fronteira com França, Aragão e Valencia. Cada uma destas fronteiras tinha uma característica diferente. Por um lado (França) encontramos os Pirenéus, que é uma região montanhosa com neve, gelo e propícia a tempestades, este ambiente dificultava a passagem para França e não permitia grandes áreas de cultivo porque a maioria dos solos não eram férteis.

A zona costeira onde se encontrava Barcelona era composta por terras inférteis, ásperas, com densos bosques e pequenas populações sem meios<sup>230</sup>. Como podemos perceber, a Catalunha tem uma extensão de 100.000 km<sup>2</sup>, mas sem possibilidades para uma agricultura variada e rica devido aos terrenos montanhosos. A proximidade com França provocaria uma forte emigração francesa, chegando a compor uma larga percentagem da população<sup>231</sup>. Esta fronteira também fornece vantagens estratégicas a Castela para confrontar o inimigo. A Catalunha era composta 8 cidades que ao todo somavam aproximadamente 40.000 habitantes, sem incluir Barcelona que contava com 20 % da população<sup>232</sup>:

Perpiñán 7755	Tortosa 4.940	Vich 2.990
Gerona 6.620	Tarragona 4.270	Reus 2.700
Lérida 5.545	Valls 3.325	

De forma, a contextualizar alguns pontos que se serão abordados, relembramos que os confrontos entre França e os Habsburgo recomeçaram em 1635, o que irá influenciar a província da fronteira. Na década de 1630 foram feitos esforços financeiros

---

<sup>228</sup> Cárcel, Ricardo García - La revolución catalana: algunos problemas historiográficos. *Manuscrits: Revista d'història moderna*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, N° 9, (1991), p. 133

<sup>229</sup> Anexo XVII – Esquema Governamental Catalão

<sup>230</sup> Elliott, J. H. - *La Rebelión de los Catalanes (1598-1640)*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1982, p. 26

<sup>231</sup> Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Urgoiti Editores, 2012, pp. 52-55

<sup>232</sup> Vives, J. Vicens I - *Història de Catalunya*, vol. V. Barcelona: Cups Editorial, 1979, p. 94

e de recrutamento em todos os reinos anexados e na própria Castela para conseguir suportar as frentes de guerra.

### 3.1. Vice-rei e administração

*«yo me hallo de manera que no será mucho que digo locuras, pero bien digo que en la hora de mi muerte diré y en la vida también, que si las Cosntituciones embarazan esto, que lleve el diablo las Constituciones, y a quien las guardare también.»*<sup>233</sup>

O governo da Catalunha encontrava-se em crise quando D. Fernando subiu ao trono, restabelecidas as esperanças pelas medidas revitalizadoras do rei, mas com a inserção do principado na monarquia espanhola. A anexação levou a que Barcelona perdesse a importância que outrora tivera, provocou a eliminação da Corte barcelonesa e o domínio por órgãos castelhanos nomeadamente o Conselho de Estado e o Conselho de Aragão que tornava os barceloneses subservientes das ordens de Madrid. Segundo Elliott, as mentes catalãs afastavam-se cada vez mais do princípio universal devido à justificação da invalidez do único documento que os mantinha sob a égide castelhana (união matrimonial de D. Fernando e D. Isabel), que era notória com o passar dos anos.

A Catalunha tinha um forte cariz autonomista, distanciando-se de todas medidas de castelhanização avançadas pelos vice-reis (*lloctinent general*)<sup>234</sup>. Existia uma forte distinção entre os territórios anexados e Castela era constantemente beneficiada pelos monarcas que fixaram residência em Madrid e negligenciavam uma população insatisfeita pela supremacia da Corte madrilena. Como factores de alienação do território catalão podemos encontrar a preferência na atribuição dos altos cargos e no controlo comercial da América.<sup>235</sup>

As constituições catalãs impunham explícitos limites à acção do vice-rei, proibiam a criação de novos cargos governamentais sem consentimento das Cortes, proibiam a criação de tropa real e exigiam que todos os cargos fossem atribuídos a naturais da Catalunha. O governo de cada vice-rei tinha um período de 3 anos e era

---

<sup>233</sup> Parker, Geoffrey - El Siglo Maldito. Barcelona: Planeta, 2013, p. 117

<sup>234</sup> Para aprofundar os vice-reinados consultar Vives, J. Vicens I - *Història de Catalunya*, vol. V. Barcelona: Cups Editorial, 1979, pp. 158-214

<sup>235</sup> “Ao reservar América para Castela, Fernando e Isabel não só inclinaram, todavia mais a balança a favor desta, além de impedirem uma oportunidade única de implicar os seus diferentes povos em uma aventura imperial comum.” Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p.13



prorrogado com a autorização castelhana. Os vice-reis ocuparam um cargo que apesar de conter todo o domínio militar e administrativo não detinha qualquer autonomia decisiva, quando estes ultrapassavam o seu limite em casos de abuso das constituições ou mesmo da sua influência social eram sancionados. A missão do vice-rei era promover a justiça e o bom governo, além de ter de equilibrar as exigências de Madrid com as catalãs, era auxiliado por diversos funcionários que controlavam o funcionamento judicial no território<sup>236</sup>.

As constituições foram o instrumento que prevaleceu como obstáculo para a Coroa aplicar ideais absolutistas e anexar o principado sem dificuldades. A instituição que garantia o respeito pelos foros e leis do principado intitulava-se de *Disputacio del General*, este órgão era eleito a cada 3 anos e era composto por 2 clérigos, 2 nobres e 2 cidadãos<sup>237</sup>. Eram eleitos pelo modelo de *insaculació*, este modelo resultava em uma criança junto de uma urna de prata e retirava os nomes dos respectivos cargos. Substituía as funções das Cortes na imposição de imposto e tinha um forte controlo sobre as atitudes provenientes de Madrid.<sup>238</sup>

O sistema político de uma monarquia compósita levava a que os estados criassem um ambiente competitivo para garantir a atenção do monarca. Os territórios estavam sujeitos à ausência do rei e à injustiça na atribuição de mercês e serviços devido à monopolização da nobreza castelhana, esta atitude governativa trazia repercussões graves a nível psicológico e financeiro à sociedade catalã.

Os *disputats*, em diversos momentos, entraram em confronto de interesses porque o vice-rei defendia as medidas que garantiam o sucesso da monarquia e os *disputats* defendiam os princípios que proporcionavam o bem-estar do principado. A figura do vice-rei, em comum com as outras situações, foi um dos protagonistas das inquietações populares devido à extrema submissão a Madrid e mais tarde a Olivares, posição descrita pelo seu desejo de desfalar os cofres do Principado e garantir a aprovação de novos impostos em Cortes.

---

<sup>236</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 75-78

<sup>237</sup> Elliott, John - *España en Europa: Estudio de historia comparada*. Universitat de València: València, 2002, p. 464

<sup>238</sup> Para uma compreensão mais aprofundada da temática consultar: Puig, Eva Serra i (coord.) - *Els llibres de l'ànima de la Disputació del General de Catalunya (1493-1714)*, vol. I. Barcelona: Institut d' Estudis Catalans, 2015, pp. 7-57

A existência de outras esferas administrativas «(...) dividiam o Principado num arquipélago de ilhas privadas.», para este exercício destaques a Inquisição que mais incentivou as tensões populares<sup>239</sup>. A influência inquisitorial era infiltrada nos diversos grupos sociais, mesmo as Cortes sofriam de forte imposição das vontades inquisitoriais. Repleta de privilégios e com um vasto número de *familiares*, entraram em conflito com as agendas governativas tanto do vice-reinado como dos *disputats*<sup>240</sup>.

A ausência do monarca nesta província nunca foi aceite apesar se ser um costume antigo. Com o monarca ausente o mau governo e a tirania dos funcionários reais tinham tendência a aumentar infiltrando-se em várias camadas da sociedade. De rei para rei, este abuso de poder e a crise económica reuniu condições para as hostilidades começarem a surgir, a estas condições ainda se acumulou o factor de contágio da revolução dos Países Baixos. O factor de contágio é, aliás, um acontecimento comum a todas as revoluções referidas neste estudo. No caso da Catalunha, agravou substancialmente o clima de tensão e começou a incitar a consciência política e ideológica da população<sup>241</sup>.

O primeiro confronto que gerou controvérsia entre as instituições catalãs e a coroa decorreu na primeira visita de Filipe III ao Principado. A reunião de Cortes resultou na exigência do rei a nível financeiro e os membros catalães corresponderam através do suborno e oferta de títulos. *As Cortes Catalãs eram compostas por três braços: eclesiásticas, militares e real, que deliberavam separadamente. O estabelecimento eclesiástico, presidido pelo arcebispo de Tarragona, era composto por bispos, abades e priores, juntamente com as síndicas do capítulo da catedral; o braço militar por todos os nobres e cavallers que queriam participar (cerca de 500 desta vez); e o braço real por quarenta e um sindicalistas representando as trinta e uma cidades autorizadas a ter representação nas Cortes: Perpignan com três curadores, Lérida, Gerona, Tortosa e Balaguer com dois, e Barcelona com cinco, todos chefiados pelo*

---

<sup>239</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 91

<sup>240</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 93

<sup>241</sup> “(...) Filipe II tuvo plena conciencia de la expansión de los focos hugonotes por el *Midi francés* (...) encargó la más estrecha vigilancia a los inquisidores de Cataluña. (...) el rey estaba convencido de que los inmigrantes podían representar un peligro de contagio ideológico.” Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Urgoiti Editores, 2012, p.53

*conseller en cap, que era o presidente deste braço*<sup>242</sup>. Na Catalunha, nenhuma lei poderia ser elaborada fora das Cortes.

Nesta ocasião podemos detectar que a sociedade catalã não foi diferente de todas as que tratámos até ao momento, mas em oposição a esta exposta venalidade estavam os *disputats* que recusaram a publicação das leis decididas em Corte. Esta atitude resultou no primeiro ataque da coroa ao órgão central do principado com o mandato de prisão de um ouvidor e um dos *disputats*<sup>243</sup>.

O reinado de Filipe III foi considerado por muitos como o início da queda do Império dos Áustrias, o monarca subiu ao trono quando a sociedade catalã agrupou inúmeros factores de recessão: a economia estava estagnada; a sociedade desorganizada; a população aumentava sem alimentos para subsistir; o bandoleirismo difundia-se; o comércio marítimo reduzido à prática de cabotagem; a balança comercial estava desequilibrada<sup>244</sup>. O vice-reinado sob o governo de Filipe III era marcado pela falência dos cofres reais em 1607 e à inactividade de Lerma, que pouco respondeu aos pedidos dos vice-reis. O desequilíbrio das forças sociais e o desrespeito pela estrutura administrativa foi uma das causas fundamentais para a criação de hipóteses de revolta.

A transformação de maior interesse no papel do vice-rei deu-se com o governo de Olivares, sendo este mais atento e austero que Lerma. Os abusos dos poderes do vice-rei foram ressentidos no reinado de Filipe IV, quando o Duque de Alcalá invadiu as jurisdições dos *disputats* em 1621<sup>245</sup>. O rei, a somar às avultadas exigências financeiras, pressionou a Catalunha a participar na União de Armas<sup>246</sup>. Como já foi tratado em outros capítulos deste exercício, a União de Armas consistiu na criação de uma força de acção rápida de 140.000 homens provenientes de todos os territórios espanhóis, para garantir a defesa de toda a monarquia espanhola.

---

<sup>242</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p.196

<sup>243</sup> J Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 49

<sup>244</sup> “Aos quinze anos da sua visita (1614), a lei e a autoridade haviam desaparecido, a justiça não existia e os seus ministros eram menosprezados por todos. (...) a crise catalã reflectia o fracasso do seu governo.” Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 73

<sup>245</sup> Fraga, Joana - *Three Revolts in Images: Catalonia, Portugal and Naples (1640-1647)*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia I Història, 2013, p. 45

<sup>246</sup> “Parece que para su distribución entre los procuradores se buscó un momento adecuado , y así en Barceña, por ejemplo, fue precedida de un dramático discurso del rey, leído por Jeónimo Villanueva el 18 de abril , que empezaba com estas palabras :«Catalanes míos,vuestro conde llega a vuestras puertas acometido e irritado de susu enemigos.»” Elliott, John; Peña, José; Negro, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 173

A resistência ao projecto levou Olivares a invocar o princípio de *Princeps Nanque*, para obrigar a sociedade catalã a participar nas investidas militares espanholas<sup>247</sup>. A força institucional catalã fez com que Olivares proferisse a célebre frase «(...) *que si las Cosntituciones embarazan esto, que lleve el diablo las Constituciones, y a quien las guardare también.*», esta frase desrespeitava os *Disputats* e toda a Catalunha<sup>248</sup>. O rei absolveu os juízes de respeitarem as constituições do Principado caso estas fossem contra o bem da Monarquia ou do exército<sup>249</sup>.

A somar à resistência institucional, deu-se também a resistência na disponibilidade de meios financeiros. Mesmo com o principado em profunda recessão, o Conde-Duque acreditava que existia dinheiro suficiente, mas estava a ser monopolizado pela vontade dos *disputats*. Com as inúmeras tentativas de recolher dinheiro, todas em vão, Olivares passou a actuar de forma mais violenta. Uma das justificações encontradas para o incumprimento de pagamentos e recrutamento foi levantada por Geoffrey Parker. Sugerindo que Olivares se serviu de dados pouco fiáveis, o Conde-Duque calculou que a Catalunha teria 1 milhão de habitantes, que proporcionava 16.000 soldados e na realidade tinha 500.000 habitantes<sup>250</sup>.

A luta entre Olivares e as instituições catalãs percorreu 18 anos do reinado de Filipe IV. O Conde-Duque e o respectivo governo madrileno decidiram desrespeitar a promessa feita pelo soberano, ao que Filipe IV justificou «*Esta província (Catalunha) é a mais aliviada de tributos de todas quantas possuo na minha monarquia e hoje tem a obrigação de assistir-me por ser a mais estendida, poupada e com maior população.*»<sup>251</sup>. A posição do Conde-Duque na Catalunha, de início, era vista como a renovação de um governo que tinha provocado controvérsias pelas falhas de gestão do vice-rei (Duque de Alcalá) e pela inactividade do Duque de Lerma. Mas com a realização das Cortes de 1626 o governo de Filipe IV apresentava sinais de desequilíbrio e fracasso governamental. As Cortes foram consideradas cansativas e intermináveis, sendo que os três objectivos principais ficaram longe de serem alcançados: impedir abusos dos poderes reais; a supervisão dos *quints*; redução da

---

<sup>247</sup> Elliott, John - *España en Europa: Estudio de historia comparada*. Universitat de València: València, 2002, p. 458

<sup>248</sup> Parker, Geoffrey - *El Siglo Maldito*. Barcelona: Planeta, 2013, p. 117

<sup>249</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 334

<sup>250</sup> Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 445

<sup>251</sup> J Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 246

jurisdição da inquisição nas cidades. Mas o plano do Conde-Duque para esta visita era diferente.

Com a sua entrada triunfal em Barcelona, realizada a 26 de março de 1626 no qual jurou no dia seguinte as constituições catalãs. Nesta cerimónia foi lido o seguinte discurso:

«*Catalanes míos, vuestro conde llega a vuestras puertas acometido e irritado de sus enemigos, no a proponeros que le deis hacienda para gastar en dádivas vanas [...] Hijos, una y mil veces os digo y os repito que no sólo [no] quiero quitaros vuestros fueros, favores e inmunidades [...] os propongo el resucitar la gloria de vuestra nación y el nombre que tantos años ha está en olvido y que tanto fue el terror y la opinión común de Europa.*»<sup>252</sup>.

Mesmo com o discurso do rei, as propostas feitas por Olivares para iniciação da União de Armas não foram ouvidas e os três braços dos Estado estavam mais interessados nas mudanças constitucionais e no atendimento das suas queixas contra o abuso dos oficiais reais. Assim, o rei abandonou rapidamente Barcelona a 4 de maio de 1626. Os pontos principais do confronto com a *Generalitat* foram: a tentativa de cobrar os *quints*; a captura, em 1623, pelos corsários argelinos das duas galeras catalãs.

Olivares tentou novamente reunir as Cortes, em 1632, para que aprovassem o seu projecto ou que dispusessem dinheiro para empresas militares castelhanas, sendo este pedido negado e ainda acrescentado a um conflito protocolar devido aos representantes de Barcelona estarem com a cabeça coberta na presença do rei e a uma constante<sup>253</sup>. Foi assim oficializado o início de um longo conflito entre o rei e o Principado<sup>254</sup>.

---

<sup>252</sup> Elliott, J. H. - *La Rebelión de los Catalanes (1598-1640)*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1982, p. 206

<sup>253</sup> “En Cataluña, la ciudad de Barcelona, com hemos dicho, daba muestras de insubordinación a juicio del valido; como Olivares escribía, el 5 de junio de 1632, «esa gente de allí es sin duda dura y terrible, porque el gobierno dista tan poco de república que no sé si dista algoa.» Elliott, John; Peña, José; Negro, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 268

<sup>254</sup> O conflito entre as instituições da Catalunha e madrilenas sempre foram constantes. “Cualquier petición o decisión de contenido político del Consejo de Aragón o del virrey era examinada como si pudiera ser una contravención de las constituciones catalanas y cualquier actuación de los diputados parecia susceptible de constituir una usurpación de la jurisdicción real.” Terricabras, Ignasi Fernández - *El virrey en la procesión*, in Cardim, Pedro; Palos, Joan-Lluís - *El mundo de los virreyes en las monarquias de España y Portugal*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2012, p. 460

O problema de Madrid consistia em considerar que a maioria dos ministros eram “criaturas” de Olivares, o ódio pessoal que o Conde-Duque sentia pelo principado era manifestado também nos diversos conselhos compostos por membros influenciados. Os indivíduos tinham mais medo da actuação de Olivares ou mesmo das Juntas do que do próprio rei. O rei optou em dar notícias ao principado quando foi anunciada a morte do Vice-rei Santa Coloma, ao que redigiu o seguinte texto:

*«Este caso no se ha visto en ninguna provincia ni reino del mundo en ningún tiempo, con que he dicho el grado de mi sentimiento y de mi obligación. El conde de Santa Coloma murió con el mérito mayor que es posible, pues murió por mí expresamente, y yo haré merced a sus hijos que me desempeñe. Luego al punto se ordene me traigan estos muchachos y a la hija del marqués de Aytona que está concertada de casar con el mayor, y encárguese mucho la seguridad en el traerlos y la brevedad porque no se dilate mi justicia en este parte tan debida. Las prevenciones que se dicen por todos... se hagan con toda celeridad., y lo que se ha de hacer a todos expresamente es que hagan más de lo que les ha mandado, porque si no asiste Nuestro Señor con brevísimo acomodamiento de estas cosas o con una paz el aprieto será naturalmente el mayor que se ha visto en España muchos siglos há.»<sup>255</sup>.*

### **3.2 Cofres vazios e uma guerra para pagar**

*“Más valle que se quejen ellos que lloremos todos”<sup>256</sup>*

O Principado encontrava-se constantemente em sérias dificuldades financeiras desde que foi anexado a Castela. As cargas fiscais e dívidas dos castelhanos passaram a ser dívidas do Principado que não tinha qualquer meio para as pagar. A escassez de recursos e a perda da importância do porto de Barcelona, foram o culminar de vários factores que levariam à debilidade financeira que analisaremos no decorrer do século XVI e XVII. Como nos locais já abordados anteriormente, a Catalunha não foge à regra, existia constantemente um abuso dos poderes senhoriais e dos oficiais reais que se agravaram em 1593.

A política financeira exercida pela Corte madrilenha entre 1620 e 1640 resultou no descontentamento do clero catalão, submetidos aos impostos mais altos e ressentidos pela preferência dada ao clero castelhano para a atribuição das abadias e bispados; ou na atribuição de títulos religiosos. Os nobres e cavaleiros sofriam violentos golpes financeiros e eram esquecidos nas distribuições de mercês e regalias. As oligarquias

---

<sup>255</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 400

<sup>256</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 323

municipais eram exploradas todos os anos por funcionários reais e alienavam cada vez mais a população<sup>257</sup>. Apesar da Catalunha manter algumas das suas estruturas originais, as taxas e impostos eram executados sem qualquer acordo, devido ao desrespeito do rei pelas constituições e pelas instituições reguladoras<sup>258</sup>.

Os cofres do Principado estavam vazios e os vice-reis governavam um local com poucos recursos agrícolas, senhores conflituosos, cidades tempestuosas e uma igreja descontrolada. Um dos grandes conflitos entre o poder real e o Principado era o imposto municipal que deveriam pagar. Alcalá entra em diversos conflitos com o Disputacio porque exigia o pagamento dos *quints* atrasados de várias cidades como Barcelona<sup>259</sup>.

Com a entrada em guerras, o pouco que os cofres continham foi utilizado para pagamentos de soldos e compra de recursos, além de que na guerra contra França, a ocupação por parte dos exércitos castelhanos levava a uma sobrecarga financeira das zonas rurais, que já se encontravam na miséria<sup>260</sup>. Mesmo nas campanhas bem-sucedidas, como a de Salces, a moral da população era elevada, mas os cofres continuavam vazios, a população na miséria e a noção de unidade longe de ser alcançada<sup>261/262</sup>.

---

<sup>257</sup> “Esta disociación progresiva entre oligarquía y población condiciona que a lo largo del siglo XVII el mismo concepto del municipio cambie con mayor rapidez que durante la centuria anterior hasta transformarse en una institución más independiente en sus funciones de la misma existencia del común. Ante el declive de la órbita de lo público, la gestión municipal se liga cada vez más esferas de influencia privada. Esta situación originará entre los vecinos três actitudes principales: La primeira es la preocupación de menestrales y labradores por mantener su representación política en el Concejo para defender sus intereses(...)En segundo lugar (...)Las transacciones se sustraen cada vez mas la regulación municipal y proliferan los intercambios fraudulentos(...) Por último, el desprestigio del municipio como institución entre el vecindario robusteo de vinculaciones personales, los lazos clientelares.” Royo, José Antonio Mateos - Poderes municipales y contribuciones de guerra el Concejo de Daroca y la secesión de Cataluña (1640-1652)” in Albadalejo, Pablo Fernández - *Monarquía, Imperio y Pueblos en la España Moderna*. Alicante: Universidad de Alicante- Servicio de publicaciones, 1998, p. 511

<sup>258</sup> “Dicen los enemigos del Conde que procuro derribar los fueros de Cataluña, no há sido sólo pensamiento suyo, que su abuela de V.Majd., doña Isabel, tuvo por mejor conquistarlos.” Elliott, John; Peña, José; Negredo, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 405

<sup>259</sup> Fraga, Joana - *Three Revolts in Images: Catalonia, Portugal and Naples (1640-1647)*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia I Història, 2013, pp. 51-56

<sup>260</sup> “En 1568 y 1569 Barcelona se vio obligada a importar cantidades considerables de trigo de las islas de Sicilia y Cerdeña. En próprio virrey, para afrontar las necesidades, envío un aguacil a Tortosa com órdenes de confiscar todo el de Aragón que bajaba por el curso del Ebro (...)” Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Urgoiti Editores, 2012, p.20

<sup>261</sup> “El 19 de julio cayó Salces y el ejército español emprendió una costosa campaña de seis meses para desalojar al enemigo. (...) El rey de España había recuperado su castillo, pero había perdido en la empresa su Principado.” Pidal, Ramón Menéndez - *Historia de España-La España de Felipe IV*, Madrid: Espasa-Calpe, 1982, vol. XXV, p. 464

A isto somava-se as contribuições de guerra (1626-1652) e o pagamento de serviços da monarquia, pedidos de dinheiro e homens para a União de Armas. Exemplo do município de Daroca<sup>263</sup>:

Tabela 3- Exigências financeiras ao município de Daroca

<b>Ano de contribuição para a guerra com França</b>	<b>Soldos</b>
<b>1635</b>	<b>484</b>
<b>1636</b>	<b>5.572</b>
<b>1637</b>	<b>2099</b>
<b>1638</b>	<b>11.160</b>
<b>1639</b>	<b>13.580</b>
<b>1640</b>	<b>4491</b>

Com a nova ofensiva de Olivares em 1639 a Catalunha tinha de pagar, alojar e alimentar os exércitos espanhóis, Santa Coloma chegou a escrever para Madrid «(...) más valle que se quejen ellos que lloremos todos»<sup>264</sup>. Nunca esquecendo a posição geográfica em que o exército estava alojado, era obrigado a passar em zonas que produziam pouco ou nenhum alimento devido às áreas montanhosas.

Assim, o quadro económico de Castela começava a piorar arrastando consigo o principado catalão. O comércio com França fora proibido desde 1630, ao qual o principado foi afectado por falta de diversos produtos, como por exemplo a carne, além de que o contrabando aumentou exponencialmente<sup>265</sup>. As zonas dos Pirenéus, Rosellon e Sardenha dependiam do comércio directo com França e esperavam apoio defensivo dos *disputats*<sup>266</sup>.

<sup>262</sup> “Cuando en el ejército real acampado ante las murallas de Salces se originó una violenta discusión entre el virrey de Cataluña, Conde de Santa Coloma, catalán de nacimiento, y el maestro de campo, marqués de Torrecuso, napolitano, no fue capaz de ocultar su indignación. «Malditas sean las naciones, y malditos son los hombres nacionales!... Amo a todos los vasallos del Rey nuestro señor(...)».” Elliott, John H. - *El Conde-Duque de Olivares*. Barcelona: Editorial Planeta, 2016, p. 617

<sup>263</sup> Royo, José Antonio Mateos - Poderes municipales y contribuciones de guerra el Concejo de Daroca y la secesión de Cataluña (1640-1652)” in Albadalejo, Pablo Fernández - *Monarquía, Imperio y Pueblos en la España Moderna*. Alicante: Universidad de Alicante- Servicio de publicaciones, 1998, p. 515

<sup>264</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 323

<sup>265</sup> Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Urgoiti Editores, 2012, pp. 56-60

<sup>266</sup> Vives, J. Vicens I - *Història de Catalunya*, vol. V. Barcelona: Cups Editorial, 1979, p. 119



O quadro comercial não estava equilibrado, considerando que os contractos comerciais com o Império e o porto de paragem comercial barcelonês fora substituído por Sevilha e Cartagena, os tratados comerciais foram perdidos e diversos privilégios seguiram com a mudança<sup>267</sup>. Apesar de existir uma tentativa de recuperação agrícola no século XVI, não existiu qualquer mudança a nível comercial. No movimento comercial, Barcelona previa descida do tráfego a 1603, que resultou na descida nos direitos de atracar para 500 libras e ter sido já 600 ou mesmo 700. Os impostos aduaneiros também demonstraram este problema, a taxa sob produtos de intercâmbios.

Seria improvável que o comércio barcelonês conseguisse competir com outros locais que apresentavam taxas muito inferiores. Isso foi notório com o caso do têxtil barcelonês, reconhecido pela sua qualidade, tendo sido substituídos por panos estrangeiros de baixa qualidade<sup>268</sup>. O comércio têxtil não teve nenhuma medida proteccionista que impedisse os produtos desvalorizados de invadir as lojas. Os tratados comerciais inquebráveis com Génova, Sicília e Sardenha foram substituídos e esquecidos<sup>269</sup>.

Relativamente à situação agrícola, existiu uma contínua recuperação no século XVI e XVII como foi descrito em diversas fontes<sup>270</sup>. Com a chegada da seca em 1627, anos frios a 1638 e 1642, excessos de chuva 1635, 1636 e 1641, existiu uma crise cíclica que levou todo o principado a passar fome e submeter-se à importação de produtos que outrora tinha exportado, com principal foco no cereal. A escassez de água incapacitava a rega e a manutenção dos campos, que resultou numa preocupante queda de produção em 1640. Os ceifeiros (*segadors*) que trabalhavam em sistema de jorna eram o grupo mais afectado com a queda de produção agrícola. As enfermidades, as pestes e a fome assombravam constantemente a vida do campesinato, com a queda da produção e escassez alimentar, a população estava desesperada<sup>271</sup>. O resultado destas

---

<sup>267</sup> J Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 390

<sup>268</sup> “Perpiñán pasó de 300 telares a 30, Gerona de 500 a 100. No se precisam las cantidades referentes a Barcelona, pero entre 1600 y 1630 su actividad textil fue disminuyendo.” Vilar, Pierre - *Cataluña en la España Moderna: El medio natural y el medio histórico*. Barcelona: Editorial Crítica, 2018, Vol. I, p. 381

<sup>269</sup> Vilar, Pierre - *Cataluña en la España Moderna: El medio natural y el medio histórico*. Barcelona: Editorial Crítica, 2018, Vol. I, pp. 381-383

<sup>270</sup> A forte emigração francesa foi um factor fundamental para a criação de redes de contrabando e de grupos marginais alojados nas montanhas. Foram emitidas 5 mil «matriculas francesas» durante o ano 1637. Vives, J. Vicens I - *Història de Catalunya*, vol. V. Barcelona: Cups Editorial, 1979, pp. 94-95

<sup>271</sup> “Pel que fa referència a l'època que estudiem, les pestes més greus que va sofrir Catalunya van ésser les de 1591-1592, 1629-1631, 1652-1654 i 1694.” Vives, J. Vicens I - *Història de Catalunya*, vol. V. Barcelona: Cups Editorial, 1979, p. 95

conjunturas foi a queda demográfica acentuada, agravada também pela onda de emigração. As pessoas optavam por fugir para França ou outros territórios espanhóis devido à falta de terra e de rendas inflacionadas.

Em termos financeiros, observemos novamente o caso de Barcelona. A cidade estava a pagar diversos impostos que foram inflacionados por Santa Coloma para satisfazer as ordens madrilenas<sup>272</sup>. A Fazenda Municipal alertava o progressivo desajuste do montante dos ingressos. A solução que a Fazenda Municipal encontrou foi o recurso ao crédito, o aumento de impostos e a criação de monopólios<sup>273</sup>.

Para recolher receitas foram reforçadas as visitas para a revisão de contas para apurar quem contribuía, o que tinham ou se escondiam posses. Estas visitas causaram desconfiança, preocupações e revoltas contra os funcionários da administração real<sup>274</sup>.

*«No hi ha diputats», escribía el agente de Cervera en Barcelona, añadiendo que el diputat militar «fa tot lo que el virrei vol per a què no tregui son fill de la presó a desterro ara o a les illes... Miren pobra Catalunya com està»<sup>275</sup>*

Foi devido a estas visitas às aldeias e às perseguições para a recolha de impostos que a população e mesmo as entidades representativas estavam a ficar inquietas. Com esta medida, o clero, que já estava a pagar diversos impostos e a sua décima correspondente estava cada vez menor e ainda teria de pagar taxas ao monarca. Foi acordada uma reunião de emergência com ajuda dos *disputats* e sucedeu-se a resistência da colecta nas cidades de Vich, Girona e Urgel.

---

<sup>272</sup> “En una carta del 7 de febrero de 1640 escribió a Santa Coloma (el Conde-Duque): « No puede ser platicable ni cabe en razón diuivina ni humana que provincia ni reino del mundo haya de ser defendido de un ejército sin que padezca el alojamiento, ni que ningún rey , no teniendo rentas propias en aquella provincia, haya de acudir a esto sin que ella misma lastre lo uno y lo outro.»(...) Pero la reacción de Santa Coloma al torrente de órdenes de Madrid, sobre el alojamiento del ejército,fue(...)«escribir, consultar,dudar y obedecer.»” Pidal, Ramón Menéndez - *Historia de España-La España de Felipe IV*, Madrid: Espasa-Calpe, 1982, vol. XXV, p. 467

<sup>273</sup> “El Concejo implanta monopólios sobre artículos como el hierro, el carbón, el aguardente , el jabón , el tabaco o los naipes. Com el fin de aliviar el pago de intereses, intenta luir los créditos contraídos mediante nuevos y más constantes impuestos.” José Antonio Mateos Royo, “ Royo, José Antonio Mateos - Poderes municipales y contribuciones de guerra el Concejo de Daroca y la secesión de Cataluña (1640-1652)” in Albadalejo, Pablo Fernández - *Monarquía, Imperio y Pueblos en la España Moderna*. Alicante: Universidad de Alicante- Servicio de publicaciones, 1998, pp. 513-514

<sup>274</sup> “Sin embargo, los gastos que suponía la persecución de los bandoleros hicieron imposible ignorar cualquier fuente potencial de ingresos, y en 1612 los funcionarios reales comenzaron de nuevo a buscar en los archivos y a visitar las villas para examinar sus cuentas. Sus visitas causaron la más profunda preocupación en todo el Principado, y contribuyeron mucho a acrecentar la impopularidad de la administración virreinal. Los funcionarios encontraron por todas partes el recibimiento más hostil. Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 132

<sup>275</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p.133

Além de todos estes factores, somam-se como consequência da crise económica, o bandoleirismo, a expulsão dos mouriscos, a pirataria berberisca, os corsários turcos, os rebeldes holandeses e a cunhagem de moedas falsas<sup>276</sup>. O bandoleirismo surge através de indivíduos alienados regularmente sem sustento e teve expansão entre de 1600 a 1615<sup>277</sup>.

Entre 1598 e 1617 a desordem monetária foi dominada. Iam buscar a prata e deixavam moedas estrangeiras fracas, moedas de ouro e prata gastas, além do vellon misturado com prata ou cobre<sup>278</sup>. Houve uma refundição geral da moeda e uma luta contra as especulações dos banqueiros privados. O banco da cidade, fundado em 1609, pôs fim à competição ilegal entre a banca de depósito pública e dos bancos privados.

A especulação monetária e especulação comercial, resultante do envolvimento da Catalunha no fenómeno espanhol (afluência da prata castelhana), levou ao esgotamento da economia do Principado<sup>279/280</sup>. Os preços só ficaram estáveis de 1611 a 1620, mas a grande cunhagem de moedas de cobre alterado (vellon) em 1621-1625, resultou numa acentuada quebra do valor da moeda.

### 3.3 Aldeias a arder e um exército para alojar

*«La revuelta de Portugal es asunto de la monarquia; La de cataluna es asunto mio.»*

Esta célebre frase provém da acção governativa do Conde-Duque, a perseguição era notória com as quantias monetárias e esforços exigidos ao principado<sup>281</sup>. Foram

---

<sup>276</sup> Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Ugoiti Editores, 2012, pp. 25-51

<sup>277</sup> “Durante el Barroco, la nobleza catalana, con muy pocos cargos políticos y militares a su disposición, gastó sus energías alimentando el bandoleirismo.” Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Ugoiti Editores, 2012, p. 13

<sup>278</sup> Vives, J. Vicens I - *Història de Catalunya*, vol. V. Barcelona: Cups Editorial, 1979, pp. 126-129

<sup>279</sup> Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Ugoiti Editores, 2012, p. 23

<sup>280</sup> Vilar, Pierre - *Cataluña en la España Moderna: El medio natural y el medio histórico*. Barcelona: Editorial Crítica, 2018, Vol. I, p.390-391

<sup>281</sup> “Con gran sorpresa por parte de Madrid, se las arregló para obtener de Barcelona no un préstamo, sino una donación pura y simple. El 14 de febrero de 1631 el Consejo de Ciento votó 12.000 lliures en favor del rey, para ayudarlo en sus necesidades presentes. Era cierto que esta suma era pequeña comparada con la que Olivares había pensado y que los catalanes se habían negado taxativamente a proporcionar tropas para Italia. Pero esta era la primera vez en los diez años del reinado de Felipe IV que Barcelona daba realmente dinero al rey, aunque le había prestado 50.000 ducados cuando dejó el Principado en 1626, y otros 12.000 el 11 de junio de 1630, para contribuir al pago del viaje a Barcelona de la hermana del rey, que marchaba a Austria para contraer matrimonio. La donación fue especialmente bien recibida, porque las otras ciudades de Cataluña se sintieron también obligadas a seguir el ejemplo de Barcelona. Tortosa y Tarragona ofrecieron cada una 40.000 reales (4.000 lliures), Gerona 30.000, Vich 20.000 y Perpignan 12.000, de tal forma que el rey había recibido en el otoño de 1632 una suma total de 316.000 reales, o lo que es igual, 31.600 lliures.” Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p.240

recrutados homens por todo o principado ao qual Barcelona negou e foi ameaçada através do aumento de impostos e perda de direitos comerciais. Olivares calculava 12.000 homens em campo por parte da Catalunha, mas poucos compareceram em comparação ao que era esperado<sup>282/283</sup>. A maioria da população estava descontente com os recrutamentos, com os impostos e com as batalhas que tinham de travar.

Os esforços financeiros e militares dos catalães não eram recompensados na atribuição de mercês, o monarca justificava-se acusando o principado de estar sempre receoso de participar para a causa real. Esta atitude era vista como injusta e resultou no abandono da busca das boas graças do monarca.

A Catalunha sustentou com os seus campos a querela entre Richelieu e Olivares e as guerras entre Castela e França<sup>284</sup>. O principado era um espaço fronteiriço, entre reinos, que podia alojar os exércitos antes de procederem ao ataque contra França, além da posição estratégica para uma próxima campanha em território europeu, a sua utilização como ponto estratégico obrigou o principado a participar no sustento e composição das unidades de combate<sup>285</sup>.

A realidade financeira da Catalunha não permitia que o exército fosse alojado de bom grado pelas populações, desde o início que existia insatisfação de norte a sul do principado em todas as camadas sociais. A batalha de Salces já tinha deixado uma mazela demográfica e económica nas populações fronteiriças, nomeadamente na zona de Perpignan. No início de 1640, todos os recursos da Catalunha estavam reservados para o exército e as vilas que os apoiavam na fronteira do principado.

Os aumentos de impostos negociados na reunião de Cortes afectavam fortemente a população catalã. O Clero estava mais exposto porque o grupo social já pagava diversos impostos directamente à Coroa, os benefícios que o clero catalão retirava da

---

<sup>282</sup> “Este Principado de Cataluña se há de obligar a servir a su Majd. con diez y seis mil hombres, pagados en la parte donde su Majd. fuere servido y llamare la necesidad de invasión o conquista de su Real Corona.” Elliott, John; Peña, José; Negro, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 180

<sup>283</sup> “(...) quedaban apenas 3.000 catalanes en el campo.” Pidal, Ramón Menéndez - *Historia de España-La España de Felipe IV*, Madrid: Espasa-Calpe, 1982, vol. XXV, p. 465

<sup>284</sup> Para aprofundar consultar Elliott, J. H. - *Richelieu y Olivares*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002

<sup>285</sup> “(...) de lo que trato por ahora es de la jornada de Cataluña para el año que viene placiendo a Dios, que mi reputación lo pide precisamente y juntamente la tengo por necesaria para la quietude de la Cristiandad. Ésta se há de ejecutar entrando yo en persona en Francia con un ejército de hasta 30 mil hombres y 4 o 5 mil caballos (...)” Elliott, John; Peña, José; Negro, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013, p. 254

coroa eram quase nulos. Em 1632, Filipe IV recebeu uma bula Papal para o estabelecimento de uma décima parte das receitas da Igreja Espanhola<sup>286</sup>. Quando a recolha foi iniciada as maiores dificuldades foram na diocese de Vich com uma resistência da parte do cânones. Diversos conselhos, como Gerona e Urgel, seguiram o mesmo exemplo. Estas dificuldades de recolha de impostos foi o início da longa instabilidade social, do incentivo do desejo de independência e das acusações de tirania e mau governo<sup>287</sup>.

Existiram diversas disputas legais relativas à acomodação de exércitos, apelou-se ao direito de *Nous Vectigals*, mas o monarca defendia que o sacrifício não seria para o rei, mas para uma unidade que assegurava a segurança do Principado<sup>288</sup>.

Apesar de diversos alertas dos Disputats e do vice-rei, Conde de Santa Coloma, foi acordado que o exército ficaria alojado na zona de Roussillon (Leste da Catalunha), as ordens chegaram de Madrid e o vice-rei limitou-se a cumprir apesar do principado já estar na miséria<sup>289</sup>. Durante a Primavera de 1640, bandos errantes de catalães desceram das montanhas à noite e atacaram os soldados nos seus alojamentos<sup>290/291</sup>.

---

<sup>286</sup> Durante o século XVI e XVII existiu diversos confrontos entre o poder da Coroa e o poder da Igreja. A Coroa por diversas vezes tentou ocupar os mosteiros e os altos cargos religiosos com membros castelhanos. Existiram confrontos em Ripoll e Montserrat contra os enviados castelhanos que vinham com um propósito de “unificar” a Igreja espanhola e fortalecer o poder do rei. Kamen, Henry – Cambio cultural en la sociedad del Siglo de Oro: Cataluña y Castilla, siglos XVI-XVI, Siglo XXI, Madrid, 1998, pp.61-74

<sup>287</sup> La situación parecía grave, especialmente porque en aquel momento daba la casualidad de que una compañía de 250 soldados extranjeros y mal disciplinados estaba pasando por la región de Vich, camino del Rosellón, y por el trayecto tenía enfrentamientos con los habitantes de las villas. Alrededor de un millar de habitantes de la región de Vich salieron a atacar a esta compañía: «Estava tota la terra previnguda i unida, sense conèixer-se ànims diversos de nyerros ni cadells, plaga vella de bàndols catalans, tots eren amics en aquella ocasió». La compañía no sobrevivió a la matanza, y los párrocos de Vich, consiguientemente, no daban abasto para confesar. La mezcla de agitación religiosa en la ciudad de Vich y de intranquilidad en el campo hizo parecer en un momento, en junio de 1634, que Cardona se enfrentaba a una rebelión organizada. Pero la orden de embargo y el arresto de tres clérigos sirvió para apaciguar los ánimos de los más ardorosos, y Alemany llegó a un acuerdo en Barcelona el 22 de julio, mediante el cual el papa sería informado de sus quejas, serían liberados los prisioneros, y el pago de la décima sería demorado hasta mediados de noviembre. Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, pp. 258-259

<sup>288</sup> En el punto del alojamiento difícilmente podré omitir ni dejar de repetir cuán inexcusable es el disponerle con toda comodidad, pues no puede ser platicable ni cabe en razón divina ni humana que provincia ni reino del mundo haya de ser defendido de un ejército sin que padezca el alojamiento, ni que ningún Rey, no teniendo rentas propias en aquella provincia, haya de acudir a esto, sin que ella misma lastre lo uno y lo otro. Y con licencia de V. S., sr. mío, no puedo persuadirme fácilmente a que una provincia que no ha contribuido ni contribuye nada, deje de tener más sustancia que las que continuamente están experimentando graveza y tributos. Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 347

<sup>289</sup> ««No habiendo concierto o regla», escribió [el marqués de los Balbases] a Madrid, «los desordenados destruirán la provincia, y los que fueren más concertados y compuestos se morirán de hambre o se irán».

Estas ordens, impressas e distribuídas por todo o Principado, especificam que o alojamento devia ser realizado de acordo com o chamado estilo "Lombardy"<sup>292</sup>. O Conselho de Aragão ordenou que Tamarit fosse preso em Perpignan, que um juiz eclesiástico começasse a reunir informações sobre Pau Claris e que os direitos da Diputación fossem suspensos.

Uma onda de revolução popular avançou rapidamente em junho de 1640. Este avanço representou uma ameaça para a aristocracia urbana catalã. A nobreza catalã estava igualmente assustada. O possível início desta revolta poderá ter sido constituído pelos acontecimentos de Manresa e Vich, que eram revoltas municipais, originadas nos bairros mais pobres e inspiradas por antagonismos sociais e hostilidades municipais endémicas, a que se somaram incursões às cidades de gangues armados provenientes do campo, que recrutavam entre trabalhadores rurais e aqueles que não tinham trabalho.

Com a chegada dos terços espanhóis a requererem abertura das portas de diversas cidades, as quais pilhavam e queimavam, as tropas de Juan de Arce esperaram pacientemente fora dos muros de San Feliu, os homens sob o comando de Don Felipe de Guevara fizeram o mesmo fora dos muros de Santa Coloma de Farners. Os conselhos municipais não tomavam a iniciativa de abrir as portas por já saber o que iria acontecer

---

Para impedirlo creía que «verdaderamente, si se hubiese podido ajustar una cosa moderada con acuerdo de la provincia y obligar a los soldados que no pasasen de allí, hubiera sido de más conveniencia para la misma provincia y reparo de las tropas de V. M. El invierno está muy adelante, los soldados muy fatigados y trabajados, el reposo que les queda no mucho, y así necesitan de un poco de más comodidad que cuando entraron en octubre en los cuarteles de invierno». Por tanto, propuso un arreglo moderado mediante el cual los habitantes darían a las tropas una cantidad de alimentos razonable. Los ministros de Madrid se mostraron de acuerdo, pero pensaron que el gasto de alimentar a las tropas fuese repartido entre las ciudades, en lugar de recaer sobre los habitantes de cada casa.” Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 348

<sup>290</sup> Possivelmente estes bandos eram compostos pelas facções que eram conhecidas como *sindicatos* de combate, Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 374

<sup>291</sup> Anexo XVIII- Mapa do Principado da Catalunha (revoltas urbanas e rurais)

<sup>292</sup> “1) Se dará a cada uno de los soldados cama, leña, aceite, vinagre, sal, escudilla, platos y trastes de cocina.

2) Cada uno recibirá de la población su paga ordinaria de un real diario. El pan de munición correrá a cuenta del rey.

3) Podrán aceptar de los vecinos tantas provisiones como se les pueda dar razonablemente sin pagarlas, y comerán junto con los vecinos. Todas las faltas serán castigadas.

4) Un capitán tendrá derecho a la ración de 5 personas; alférez a la de 4; sargento a la de 3; y cabo a la de 2. El maestre de campo recibirá la de 16.

5) A todo soldado de caballería un cuarto de cebada o avena diario para su cabalgadura y paja suficiente.” Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 360

às pequenas vilas caso os tercios passassem os portões. O vice-rei apelou a Monródon uma atitude, mas todos os seus esforços foram em vão<sup>293</sup>.

O Principado tinha uma longa tradição de acção colectiva, considerando que a prioridade após a família era o bem-estar da comunidade. Nas guerras civis do século XV, os camponeses formaram várias "uniões" eficazes. Durante os séculos XVI e XVII, as disputas entre nyerros e cadells e os bandoleiros ajudaram a manter uma rede que se estendia por todo o principado e que fornecia informações rápidas ou ajuda àqueles que precisavam. Esses homens parecem ter sido camponeses irritados, habitantes das aldeias das regiões vizinhas e membros dessa população rural flutuante, que sempre se podiam encontrar rapidamente na Catalunha quando um distúrbio era planeado. Alguns voltaram para suas casas; outros continuaram, ao norte de Santa Coloma de Farners, onde sitiaram parte do terço das tropas espanholas comandadas por Juan de Arce. Toda a parte ocidental das regiões de Gerona e La Selva tinha sido acesa, e os pequenos grupos de camponeses descontentes constituíram um exército de três ou quatro mil homens, aparentemente bem organizados e bem armados<sup>294</sup>.

O Conde de Santa Coloma, como reacção à morte de Monrodón, ordenou a destruição de um conjunto de casas em Santa Coloma de Farners e escreveu a Madrid solicitando permissão para arrasar com toda a aldeia<sup>295</sup>. Assim sucedeu. As tropas saquearam e incendiaram toda a aldeia, mas ainda acrescentaram a cidade de Riudarenes ao seu rasto de destruição. Um movimento localizado tornou-se numa insurreição geral, com os insurgentes a atacar os terços estacionados em Vallés, Vich, Camprodón, Ripoll, Besalú e Ampurias.

---

<sup>293</sup> “Monrodón era una figura notable en todo el Principado. Personaje violento y arrogante, propenso a las iras del alcohólico, había ejecutado personalmente casi todas las órdenes impopulares de la administración virreinal, incluyendo el arresto de Tamarit. (...) lo cierto es que el pueblo [Montagut] se levantó, y Monrodón se retiró con sus sirvientes a la posada, que fue rodeada e incendiada por una multitud furiosa. Monrodón y todos sus sirvientes menos uno perecieron en el incendio.” Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, pp. 372-373

<sup>294</sup> “La villa de Santa Coloma había lanzado llamadas de socorro, y numerosas bandas de hombres armados habían acudido en respuesta desde las montañas. Los cálculos sobre su número variaban «a causa de haber de ir a sus casas por comida, pero el día que fueron más llegaron a 4.000 y el que menos a 800»” Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 373

<sup>295</sup> Pidal, Ramón Menéndez - *Historia de España-La España de Felipe IV*, Madrid: Espasa-Calpe, 1982, vol. XXV, p. 469

### 3.4 Mitos e conjunturas sociais

A sociedade catalã, no decorrer dos séculos XVI e XVII, foi protagonista de diversos fenómenos sociais que eram comuns a outros locais que continham alterações populares, mas o que diferencia a sociedade catalã é a sua reacção a estes fenómenos.

Um dos fenómenos em causa é o bandoleirismo (fenómeno que aconteceu na situação de Nápoles e Inglaterra). Os vice-reis que tinham a responsabilidade de garantir a segurança das estradas não o conseguiam fazer e as rotas comerciais que dependiam dessa mobilidade eram afectadas <sup>296</sup>. Estes “bandidos” estavam regularmente ao serviço de clãs ou facções nobres que controlavam ou estimulavam a actividade de gangues contra os grandes senhores. Eles eram uma versão possível do Robin Hood. A pequena nobreza e aristocracia apoiavam os bandoleiros «(...) para conservar as parcialidades y quizá por otros respetos peores.»<sup>297</sup>.

A agressividade dos ataques praticados pelos bandoleiros variava consoante a actividade governamental, o objectivo era destabilizar o sistema governamental através dos ataques à colecta de impostos e à interrupção das rotas comerciais<sup>298</sup>. Além do bandoleirismo ainda existia uma convulsão social paralela, o conflito entre duas facções, os nyerros e os cadells, que se confrontaram muitas vezes.

*“En este tiempo se iban encadenando nuevas y mayores desdichas fulminadas de las cabezas de los amotinados, que eran muchas... apostaban sin duda a elegir el mayor indigno, pues entre otras lo es (el) de la Galera Capitana de España, que salió de la cárcel cuando libraron de ella al diputado; hombre de baja estirpe, de infames costumbres y que fue elegido a título de más depravado, y así con desenfrenado imperio enviaba órdenes a los lugares en forma de provisión Real para que le acudiesen con lo necesario, así de gente como de vituallas... y firmandose el Gobernador de las armas de Christo: mas como todos ardían en el mismo fuego, era socorrido*

---

<sup>296</sup> “Guicciardini , después de observar atentamente el país y las costumbres de sus habitantes, escribió en su Diario de viaje: *Abundan los bandidos por aquellos parajes (...) Aproximadamente a una légua de Hostalrich pasamos por un sitio llamado Trenta pasos ; es un bosque muy peligroso y lleno de salteadores, en el que cada lugar es más peligroso que el outro, pero de una manera muy general puede decirse que toda la región, desde Perpiñán hasta Barcelona, e incluso algunas léguas más allá, son lugares peligrosos.*” Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Urgoiti Editores, 2012, pp. 78-79

<sup>297</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 108

<sup>298</sup> Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Urgoiti Editores, 2012, pp. 111-129



*sin escasez y con prontitud, aunque se reconocía que afligía con más tiranía por la enemistad de sus bandos, a los pueblos que se llaman Caderes, por seguir el de los Narros... ”<sup>299</sup>.*

A insatisfação da população, no caso da cidade de Manresa, como deve ter sucedido em muitas outras cidades, pela política municipal tradicional e pelos condicionalismos impostos por Madrid era cada vez mais presente. A população observava estas actividades inerte, sem qualquer actuação, porque não os afectava e muitas vezes protegiam os bandidos contra os funcionários reais. Esta atitude de inércia provém de diversas conjunturas que despertaram o descontentamento popular que obrigou as autoridades municipais a nomear membros pertencentes a grupos (cadell ou nyerro).

Como já foi referido, a população camponesa tinha sido atingida por enfermidades, pestes e miséria. A miséria resultava no desespero popular que recorria à superstição para solucionar e justificar estes acontecimentos. Eram realizadas procissões e pedidos de milagres para chover e mudar os problemas agrícolas, as igrejas veneravam as relíquias a pedir chuva e os agricultores culpavam o diabo e os pecados provenientes de Madrid. Neste aspecto o pároco de cada vila poderia manipular através do púlpito as populações mais desesperadas, este membro da sociedade era de extrema importância espiritual e cultural.

Um ponto diferencial que vemos na sociedade catalã é referente à importância da comunidade e de família. A comunidade era valorizada e imposta a todos os membros da família todos deveriam trabalhar para o bem da comunidade. Os interesses individuais eram esquecidos e substituídos pelos interesses familiares e comunitários<sup>300</sup>. A sociedade catalã era constituída por muitas famílias entrelaçadas, que se elevavam de forma de pirâmide, no cume da qual se falava de um rei patriarcal<sup>301</sup>.

Os escritores da época retratavam um reino pobre com os campos despovoados e uma cidade cada vez mais composta por mendigos e meliantes, nomeadamente nas

---

<sup>299</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 463-464

<sup>300</sup> “La característica más importante de la mentalidad del Pueblo catalán(...) en los siglos XVI y XVII, es la exacerbación de las pasiones. La gente actuaba con el corazón, casi nunca con la cabeza, lo cual produjo una psicología colectiva enfermiza, llena de susceptibilidades y recelos, donde se consumen las energías del país.” Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Ugoiti Editores, 2012, p. 16

<sup>301</sup> “«Hijos míos» fue la frase con que Felipe IV se dirigió a los catalanes en las Cortes de 1626.” Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 409

obras de Cervantes, Quevedo e Vélez de Guevara<sup>302</sup>. A revolta social da Catalunha não foi um processo rápido e claro, iniciou-se claramente no campo e alastrou para a cidade, todas as camadas sociais foram envolvidas contra um mal comum: a monarquia e a tirania do valido<sup>303</sup>.

Embora a principal causa do movimento geral no campo tenha sido o saque de Santa Coloma de Farners, foi aumentado por outras duas circunstâncias de considerável importância. A perspectiva de que a colheita pudesse ser perdida aumentou muito o desespero de um campesinato que já havia sido ameaçado de destruição das suas reservas pelas tropas. Nessa atmosfera carregada, os rumores de eventos estranhos e milagrosos espalharam-se com uma extraordinária rapidez. Quando as tropas queimaram a igreja de Riudarenes viram lágrimas nos olhos da Virgem<sup>304</sup>.

Da excomunhão do bispo havia apenas um passo para os rebeldes proclamarem que estavam a lutar pela causa de Deus e protegiam os seus templos. O carácter do movimento estava a ser incitado como uma Guerra Santa, a ideia já sugerida pelas lágrimas miraculosas da Virgem e apoiada pelo clero e ordens religiosas. Do púlpito incitavam o povo contra os usurpadores e pediam justiça divina contra os soldados. Fortalecidos pela sanção da Igreja, os grupos rebeldes que se reuniram em Gerona iniciaram a perseguição das tropas em retirada «Socorro contra os inimigos da Santa Fé Católica e da Igreja»<sup>305</sup>.

Panfletos começaram a circular pelas cidades, na qual treze ou catorze cidadãos foram nomeados como ricos e traidores de sua pátria «Visca la terra i loi muiren traïdors i mal cristians»<sup>306</sup>. Eles tentaram queimar as casas de dois cidadãos, mas sem sucesso. Os acontecimentos de Vich, Gerona e outros lugares, mostraram que o primeiro passo

---

<sup>302</sup> Valdeón, Julio; Pérez, Joseph; Juliá, Santos - *História de Espanha*. Lisboa: Edições 70, 2016, pp. 227/228

<sup>303</sup> “Se produjo una revolución social, que comenzó en el campo y se extendió a los elementos más descontentos de las ciudades. Parecía como si todas las tensiones que podían haberse detectado en la vida social del Principado durante los últimos cuarenta años hubiesen castigado tanto la estructura de la sociedad catalana que, finalmente, esta había tenido que ceder. El odio del bajo campesinado y de los desheredados hacia los ricos campesinos y los nobles; la amargura de los que no encontraban trabajo en el campo; el deseo de venganza de los elementos de bandidaje contra los que los habían reprimido; las antiguas enemistades entre la ciudad y el campo, entre los ciudadanos más pobres y las oligarquías municipales, e incluso la enemistad tradicional entre nyerros y cadells: todo eso estalló de repente y de forma explosiva en Cataluña cuando desapareció el gobierno y las fuerzas tradicionales del orden se mostraron demasiado confusas y vacilantes para actuar.” Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 409

<sup>304</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 378

<sup>305</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 379

<sup>306</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 382

da revolução foi a chegada de um grupo de estranhos armados às portas das cidades, que geralmente coincidiam com distúrbios no interior da cidade<sup>307</sup>. As portas foram abertas a estranhos em virtude de algum acordo prévio; os mesmos foram para as casas onde esperavam encontrar funcionários reais ou figuras proeminentes que eram consideradas "traidoras"<sup>308</sup>.

O incessante repicar dos sinos da igreja, os terríveis rumores sobre a chegada das tropas, a queima de igrejas e o saque das aldeias, as longas procissões pelas ruas de pessoas que rezavam por chuva, as chamas ardentes que dos púlpitos encorajaram os fiéis a lutar pela salvaguarda de suas liberdades, as histórias estranhas que passavam de cidade em cidade em imagens da Virgem e de Cristo que empalideceram e derramaram lágrimas, tudo isto levou a população rural a um ponto de ebulição.

Um grupo de quatrocentos/quinhentos homens vestidos de ceifeiros entraram em Barcelona na madrugada de quinta-feira, 7 de junho. Misturados entre os verdadeiros ceifeiros (segadors), havia insurgentes que lutavam contra as tropas ao norte de Barcelona. Quando chegaram ao palácio, começaram a empilhar lenha nas portas para incendiar os edifícios das instituições governativas<sup>309/310</sup>.

Sem dúvida, muitos dos habitantes da cidade juntaram-se aos rebeldes ou os apoiaram tacitamente<sup>311</sup>. Só é possível descobrir os nomes de dois dos segadors que desempenharam um papel importante nos eventos de Corpus Christi<sup>312</sup>. Um deles era Sebastián Estrabau, líder dos rebeldes de Ampurdán; o outro, que parece ter sido

---

<sup>307</sup> Pidal, Ramón Menéndez - *Historia de España-La España de Felipe IV*, Madrid: Espasa-Calpe, 1982, vol. XXV p. 470

<sup>308</sup> Pidal, Ramón Menéndez - *Historia de España-La España de Felipe IV*, Madrid: Espasa-Calpe, 1982, vol. XXV p. 470

<sup>309</sup> "Al llegar al palacio comenzaron a amontonar leña ante sus puertas para incendiar el edificio. Afortunadamente para Santa Coloma, los minoritas, cuyo convento se hallaba en frente del palacio, salieron con una imagen de Cristo que colocaron en uno de los montones de leña, y luego sacaron al Santísimo. Su acción distrajo la atención de los segadors lo suficiente para dar tiempo a que llegasen los consellers, los diputats y los obispos de Barcelona, Vich y Urgel.(...) Otro amotinado, un marinero de unos veinte años, llegó en ese momento, vio a Santa Coloma en tierra, lo reconoció y hundió una daga en su estómago. Un compañero le dio tres o cuatro puñaladas más, y entonces el grupo se fue, dejando al virrey de Cataluña muerto en la playa." Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, pp. 396-397

<sup>310</sup> Anexo XIX - Edificio da Generalitat, Barcelona

<sup>311</sup> "Un testigo, no necesariamente fidedigno, dice que la cuarta parte de la población, toda la escoria de la ciudad, intervino activamente en los desórdenes; otra cuarta parte, compuesta de nobles y caballeros, mercaderes, comerciantes y artesanos, intentó frenarla; y la otra mitad de la ciudad fue neutral, aunque no del todo. Algunos testigos que estuvieron presentes informaron de que los segadors contaron con la colaboración activa de una gran parte de la población, y al parecer las mujeres especialmente mostraron una gran ferocidad. Sin embargo, lo que permitió a los segadors actuar con tal libertad fue quizá no tanto la activa ayuda de parte de la población, como la aquiescencia de esta." Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982, p. 398

<sup>312</sup> Anexo XX- *Els segadors*

responsável por uma grande parte da organização, era Rafael Goday, líder dos rebeldes de Prat<sup>313</sup>. É possível apontar alguns nomes fundamentais no processo de revolta catalã, mas o principal causador da mesma foi o Conde-Duque<sup>314</sup>.

A rebelião moveu-se através de todo o norte da Catalunha, de uma maneira agressiva e sem encontrar resistência. No dia 11 de junho de 1640, no momento chave das discussões sobre a política correcta a ser adoptada em relação aos catalães, Olivares proferiu um discurso apaixonado sobre a questão da unidade perante a Junta de Execução. Era o momento de Madrid agir<sup>315</sup>.

A rebelião, que a princípio parecia prometer uma libertação providencial para o Principado dos seus opressores, já se tornara uma dificuldade para aqueles que, no início, a haviam recebido com entusiasmo. Primeiro voltaram-se contra as tropas; depois contra os ministros da administração central; e finalmente contra todos aqueles que tinham alguma autoridade: funcionários locais e conselheiros municipais, todos eles indiscriminadamente qualificados como traidores. Todos os nobres, grandes e pequenos, temiam que fossem marcados como traidores<sup>316</sup>.

Era como se as atrocidades perpetradas pelas tropas tivessem levantado a tampa de um caldeirão, descobrindo uma aldeia fervente lá em baixo. Toda a raiva reprimida e amargura da população catalã, acumulada durante tantas décadas, de repente explodiu no Verão de 1640 como consequência da intrusão de um estranho elemento – os tércios castelhanos - na vida do Principado.

Parecia que todas as tensões que poderiam ter sido detectadas na vida social do Principado durante os últimos quarenta anos castigavam a estrutura da sociedade catalã. O ódio dos camponeses pobres e deserdados pelos ricos camponeses e nobres; a

---

<sup>313</sup> “El dirigente rebelde, pues, sería un esclavo de galeras que se había fugado, y un nyerro. En su carta sobre los acontecimientos del Corpus, el Dr. Vinyes hace referencia a un preso escapado, Rafael Goday, y a un amigo suyo, Sebastià Estrabau, «cabeza de los amotinados del Ampurdán», Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982 p. 408

<sup>314</sup> “Pau Claris (diputats) / Francesc de Tamarit (diputats) / Dr. Joan Pere Fontanella (conselheiro do Conselho Provincial) e seu filho Josep Fontanella / Francesc Joan de Vergós / Dr. Pere Joan Rossell / Francesc de Vilaplana / Don Ramon de Guimerà / Don Felip de Sorribes / Jeroni e Rafael Matali (irmãos, mercadores de Barcelona) / Miquel Puigventós (comerciante de Barcelona) / Don Jacint Vilanova (barão da fronteira) / Don Aleix de Senmenat (barão de la frontera) / Dr. Francesc Puig (cânone de Tortosa) / Don Josep Margarit i Biure / Dom Josep d’Ardena. Algunos de estos nombres habían tratado, sin éxito, de obtener cargos y honores; otros pudieron haberlo intentado y, por lo que fuese, no tuvieron ninguna oportunidad de conseguirlo; y otros habían caído completamente en desgracia, después de chocar, en un momento de sus carreras, con los representantes de la Corona.”, Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982 p. 418

<sup>315</sup> Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1982 pp.393-394

<sup>316</sup> “«a tots els rics ens diuen que som traidors» era la frase de l’època” Vives, J. Vicens I - *Història de Catalunya*, vol. V. Barcelona: Cups Editorial, 1979, p. 94

amargura daqueles que não encontravam trabalho no campo; o desejo de vingar os elementos do banditismo contra aqueles que os haviam reprimido; a velha inimizade entre a cidade e o campo, entre os cidadãos mais pobres e as ws municipais, e até a inimizade tradicional entre os nyerros e os cadells: tudo, de repente, explodiu na Catalunha quando o governo e as forças tradicionais da ordem se revelaram muito confusas e hesitantes em agir.

## Capítulo IV

### **Gunpowder, Traison and Plot- Revolução Inglesa**

No nosso último capítulo refletiremos sobre a Revolução Inglesa do século XVII, a única manifestação social no nosso estudo fora do domínio dos Habsburgo. Esta revolução é considerada por diversos estudiosos a primeira manifestação de crise do sistema da época moderna, de forma directa foi praticado um plano parlamentar para delimitar os poderes reais e condicionar a ascensão absolutista em Inglaterra. Este capítulo será o único desta análise que laborará uma revolução que contém todas as etapas de um processo revolucionário e os seus respetivos factores causais, sejam estruturais ou não-estruturais<sup>317</sup>.

Balizamos este capítulo entre a ascensão de James I e o início da Guerra Civil que resultou na ascensão de Oliver Cromwell<sup>318</sup>. Ainda acrescentamos que apesar das diversas referências relativas à Escócia e à Irlanda, as causalidades e situações revolucionárias tratadas neste estudo focam essencialmente Inglaterra, não por algum objectivo tendencioso ou de relevância, somente por questões logísticas.

***Tabela 4- História política dos três Estados britânicos<sup>319</sup>***

<b>Anos</b>	<b>Inglaterra e País de Gales</b>	<b>Escócia</b>	<b>Irlanda</b>
<i>1492-1603</i>	Expansão agressiva e turbulenta do Estado.	Luta contra a Inglaterra, modesta expansão do Estado.	Território de conquista fragmentada.
<i>1603-1714</i>	Luta revolucionária e consolidação.	Consolidação, luta, incorporação na Grã-Bretanha.	Colónia resistente, mas cada vez mais controlada.

A Guerra Civil Inglesa de 1642 foi o início de um período de beligerância social, disputas religiosas e instabilidade na Inglaterra, Escócia e Irlanda<sup>320</sup>. No entanto, há um

<sup>317</sup> Gaunt, Peter - The causes and origins of the English civil wars. In *The English Civil Wars, 1642-1651*. Oxford: Osprey Publishing, 2003, p. 16

<sup>318</sup> Anexo XXI- Medalhão Cromwel e Masaniello

<sup>319</sup> Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 177

grande debate sobre as causas deste conflito (*Whigs e Tory*). Alguns historiadores concentraram-se na sociedade e nas massas, outros nas elites, outros em aspectos socioeconómicos e a maioria dos estudiosos foca-se na administração da Igreja e do Estado<sup>321</sup>.

Alguns historiadores reclamam as abordagens ideológicas ou de grupo social, focam-se na Escócia e na Irlanda, e ainda existem algumas interpretações erradas de documentos tendenciosos deixados por monárquicos e parlamentares<sup>322</sup>. O século XVI e XVII inglês foi repleto de acontecimentos, revoltas escocesas e irlandesas devido a tensões religiosas, discussões religiosas entre monárquicos e parlamentares, e zelo religioso que produziu uma inesperada e indesejada Guerra Civil. Embora as queixas políticas e constitucionais parecessem ter desencadeado os conflitos e aumentado a tensão, a religião era o principal fator subjacente.

O poder monárquico, severamente limitado, cedeu a maior parte das suas prerrogativas ao Parlamento e instaurou-se um regime parlamentarista que permaneceu até hoje. O processo começou com a Revolução Puritana de 1640 e terminou com a Revolução Gloriosa de 1688. As estruturas reconhecidas como feudais, provenientes da herança medieval, caíam por terra enquanto novas forças políticas emergiam paralelamente aos novos grupos de comerciantes que enriqueciam através da falência da alta nobreza<sup>323</sup>. As duas revoluções fazem parte de um mesmo processo revolucionário, daí a denominação de Revolução Inglesa do século XVII e não Revoluções Inglesas<sup>324</sup>.

---

<sup>320</sup> “(...) a partir do século XIV há diversos sinais que indicam a crescente importância do comércio, tanto na área rural como nas cidades, o dismantlar do feudalismo e a sua substituição pela versão inglesa relativamente fraca do absolutismo real, ambos os processos ocorridos no contexto de uma luta religiosa cada vez mais violenta, que era em parte reflexo e, em parte, causa das ansiedades e amarguras que necessariamente acompanham o declínio de um tipo de civilização e o nascimento de uma nova.” Moore Jr, Barrington - *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975, pp.14-15

<sup>321</sup> “A explicação de revolução do século XVII mais comum, é a que foi apresentada pelos leaders do Parlamento em 1640, nas suas declarações de propaganda e apelos ao povo. E tem sido repetida desde aí, com pormenores adicionais, pelos historiadores Whigs e Liberais. Esta explicação diz que os exércitos parlamentares lutavam pela liberdade do indivíduo e pelos seus direitos, consagrados na lei, contra um Governo tirânico que o lançava para a prisão sem processo jurídico, o tributava sem o seu consentimento, aquartelava na sua casa, lhe saqueava os bens e procurava destruir as suas estimadas instituições parlamentares.” Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 13

<sup>322</sup> “Entre 1492 e 1603, sobrepuseram-se nas Ilhas Britânicas três tipos de situações revolucionárias: (1) lutas de sucessão na Inglaterra, Irlanda e Escócia; (2) resistência directa aos desejos de maiores poderes e rendimentos por parte dos governantes ingleses; (3) tentativas de travar as alterações religiosas de iniciativa régia.” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 150

<sup>323</sup> Parker, Geoffrey - *El Siglo Maldito*. Barcelona: Planeta, 2013, p. 555-556

<sup>324</sup> Anexo XXII- Situações Revolucionárias nas Ilhas Britânicas

Este movimento revolucionário criou as condições indispensáveis para a Revolução Industrial do século XVIII, com a ascensão desta classe de comerciantes podemos identificar um possível pré-capitalismo que reconhecemos no século XVIII<sup>325</sup>. Deve ser considerada a primeira revolução burguesa da história da Europa, a qual antecipou em 150 anos a Revolução Francesa<sup>326</sup>. Regularmente os historiadores abordam esta revolução num conjunto de três acontecimentos: 1) Preparação da Revolução e vai desse 1640, data da convocação do Parlamento até 1642, em que começa a Guerra Civil Inglesa; 2) Guerra civil, ponto culminante da luta de classes, abrange os anos de 1642 a 1649, terminando com a proclamação da República de Inglaterra e a execução pública do rei; 3) Última fase ocorre de 1649 a 1658, engloba a época da república e protetorado (ditadura militar da burguesia), seguida pouco depois da restauração do poder real, que perdura em Inglaterra até aos nossos dias<sup>327</sup>. Nesta pesquisa investigaremos a origem da Guerra Civil e as causalidades que levaram à mutação do mundo feudal para um mundo capitalista.

Abordaremos as diversas escolas de estudo, Whigs e Thorys, com as suas respetivas divergências teóricas, em que reconhecemos nomes como Christopher Hill, G.M. Trevelyan, Jacobson, Lawrence Stone, Thomas Babington Macaulay, Eric Hobsbawm, Barrington Moore, entre outros<sup>328</sup>.

De forma a contextualizar os próximos capítulos, reflectiremos sobre uma Inglaterra no final da dinastia Tudor, abandonada a um rei escocês James I. Esta

---

<sup>325</sup> “Agora, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista dentro da estrutura do feudalismo, muitos dos proprietários de terras começaram, quer a colocar no mercado essa porção os produtos que não era consumida pelas famílias, quer a arrendar as suas terras a um agricultor, que produzia para o mercado. Assim, os proprietários encaravam os seus domínios segundo uma nova perspectiva: como uma fonte de ganhar dinheiro, de lucros que eram elásticos e podiam ser aumentados.” Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 30

<sup>326</sup> “A Revolução burguesa de Inglaterra consiste na tomada de poder pela burguesia que, unida à nova nobreza, se pusera à cabeça da insurreição popular contra a nobreza feudal e a autocracia. Depois de destronado o rei e vencidos os senhores feudais, a burguesia tomou o poder e, uma vez criadas as condições necessárias para o rápido desenvolvimento do comércio, da indústria e da agricultura capitalista, reforçou ainda mais o jugo que pesava sobre o povo.” Efimov; Galkin; Zubok; - *As Revoluções Burguesas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974, p. 17

<sup>327</sup> Efimov; Galkin; Zubok; - *As Revoluções Burguesas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974, pp. 16-17

<sup>328</sup> “Os Whigs sublinham a natureza progressiva da revolução, e ignoram o facto de que a classe que se colocou à cabeça e mais aproveitou das suas realizações, foi a burguesia. A sua interpretação perpetua a fábula de que os interesses da burguesia se identificam com os da nação, fábula essa tão conveniente nos nossos dias, se bem que muito menos verdadeira do que no século XVII. Os Tories, por outro lado, sublinham a natureza de classe da revolução, numa tentativa de negar o seu carácter progressivo e o seu valor para a época, de reabilitar o feudalismo e de sugerir que as revoluções nunca beneficiam mais do que uma *clique* restrita.” Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 18



alteração dinástica foi um golpe ao orgulho inglês, Elizabeth I faleceu com um reino de vitórias e conquistas<sup>329</sup>. Com os Tudor, a Inglaterra começou a caminhar para um futuro próspero tanto a nível cultural como religioso, mas os cofres do reino não acompanhavam a mesma prosperidade. Estes trouxeram a união de uma nação fragmentada e afastaram-se das influências papistas<sup>330</sup>.

Outro dos feitos que marcaram o governo dos Tudor foi a criação do anglicanismo, a destruição da Invencível Armada e o início de disputas coloniais com outras potências europeias<sup>331</sup>. Foi com esses monarcas que também ocorreu a formação de monopólios comerciais, como a Companhia das Índias Orientais e dos Mercadores Aventureiros<sup>332</sup>. Isso serviu para impedir a livre concorrência, embora a acção tenha sufocado alguns sectores da burguesia. A consequência deste acto resultou na divisão da burguesia, de um lado, os grandes comerciantes que gostavam da política de monopólio, e, do outro lado, a pequena burguesia, que queria a livre concorrência.

Durante grande parte do século XVI, a burguesia inglesa esteve bem articulada, com os nobres e os reis pertencentes à dinastia Tudor, que consolidaram a Reforma Anglicana. A reforma religiosa de Henry VIII proporcionou grandes benefícios financeiros tanto para nobres como para burgueses. Isto porque foi o início do processo de conversão das antigas terras feudais, de domínio da Igreja Católica, em propriedades privadas, o que possibilitou a formação dos *enclosures* e dos arrendamentos que foram vendidos aos burgueses que pretendiam explorar minas de carvão ou expandiram a sua actividade agrícola.

---

<sup>329</sup> “Porque perderam os Stuart, Jaime I e Carlos I, este apoio? Não foi apenas porque Jaime, que sucedeu a Isabel em 1603, era um homem particularmente estúpido, um Escocês que não compreendia a Inglaterra, se bem que alguns historiadores tenham usado estes argumentos muito a sério.” Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 15

<sup>330</sup> “Henrique VIII separou a Igreja Inglesa de Roma, apropriou-se dos seus rendimentos e expropriou os mosteiros, acções que simultaneamente aumentaram os seus réditos e colocaram o clero sob controlo estatal. Desde Henrique VII até Isabel I, os Tudors foram capazes de controlar os magnatas ingleses e expandir o Estado, processo que provocou uma série de rebeliões, mas acabou por dilatar os poderes governamentais.” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 139

<sup>331</sup> “(...) a partir da destruição da Invencível Armada (1588), todas as potências europeias, incluindo o império Otomano, tiveram de enfrentar as armas britânicas. A partir do princípio do século XVII encontramos frotas inglesas em combate contra rivais europeus e corsário no Norte de África, ao mesmo tempo competiam com Portugal, a Espanha e a Holanda nas Caraíbas, no Atlântico e no Pacífico.” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 139

<sup>332</sup> “(...) os mercadores ainda consideravam vantajoso reunirem-se em companhias, o que lhes permitia a auto-defesa nos países distantes e nos mares, onde não existiam patrulhas (...) O Estado Tudor, por sua vez, pôde controlar essas companhias vendendo-lhes a sua protecção e generosos títulos de privilégios.” Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 47

A Igreja era controlada de perto por Henry VIII e por Elizabeth I, sendo que se tratava de um forte agente de propaganda e publicidade. Com a mudança de dinastia, o poder do estado foi enfraquecendo e sendo descentralizado, a igreja dizia às massas como se comportar ou agir. Na Inglaterra no século XVII, tínhamos em paralelo vários grupos religiosos que incluía os Puritanos, Presbiterianos, Católicos e Anglicanos. Um dos grupos mais problemáticos que emergiram eram os Puritanos. Estes eram compostos por todos os que se opunham aos pontos de vista dos Cortesãos indigentes, dos sacerdotes orgulhosos e usurpadores, dos visionários desonestos, da alta e da pequena nobreza corrupta.

Uma outra situação problemática sucedia em zonas rurais. Com a inflação dos produtos agrícolas, as terras seguiram o mesmo efeito, inflacionaram até que o camponês já não conseguia suportar as rendas. Isso gerou incremento dos *enclosures*, isto é, os grandes proprietários rurais queriam aumentar suas terras expropriando as terras colectivas, transformando-as em particulares<sup>333</sup>. O resultado foi a expulsão de camponeses do campo e a criação de grandes propriedades para a criação de ovelhas e para a produção de lã, condições imprescindíveis para a Revolução Industrial. Para não deixar o conflito entre camponeses e grandes proprietários aumentar (nova nobreza rural), a Coroa tentou impedir os *enclosures*, esta estratégia foi adoptada tanto pelo governo dos Tudor como pelos Stuart<sup>334</sup>.

Claro que, a essa acção, a nobreza progressista rural (Gentry) e a burguesia mercantil foram fortes oponentes. Como se vê, as principais acções políticas dos Tudor acabaram por proporcionar uma grande ascensão da burguesia. De modo que no fim do século, na década de 1590, os burgueses já dispunham de uma grande força representativa na Câmara dos Comuns. O problema é que essa força adquirida pela burguesia estava associada ao puritanismo (o calvinismo inglês), que era a religião que mais atraía a burguesia e que dava suporte ideológico para o radicalismo político anti-absolutista.

---

<sup>333</sup> Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias*. 1492-1992. Lisboa: Presença, 1996, p.150

<sup>334</sup> “No século XVI, inúmeros destes pequenos proprietários e aristocratas rurais procediam à consolidação de faixas de terra dispersas, convertendo terra arável e não demarcada em pastagens ou aumentando a sua produção de cereais, frutas e vegetais, produtos diários destinados ao mercado da cidade. Modificavam domínios estabelecidos de há muito- transformando os aforamentos em arrendamentos e alugando as suas terras por períodos mais curtos-, e expulsavam impiedosamente os foreiros impossibilitados de pagar as novas rendas económicas pedidas.” Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, pp. 33-34

«por enquanto, não diferem de nós em questões de religião, mas na sua confusa forma de política e de igualdade, estando sempre descontentes com o actual governo e impacientes por atingirem alguma superioridade o que torna as suas seitas insuportáveis em qualquer comunidade bem governada.»<sup>335</sup>

Como explicar o processo revolucionário no século XVII? Será utilizada a expressão Revolução Inglesa para tratar um dos momentos revolucionários da Inglaterra, o de 1640, muito conhecido como Revolução Puritana apesar de fazer parte de um grande conjunto de acontecimentos. Relembramos que o intervalo de tempo escolhido foi entre 1603-1642 com a subida ao trono de James I e o início da Guerra Civil. Com a Revolução Inglesa estava iniciado o ciclo de Revoluções Burguesas<sup>336</sup>. Pela primeira vez a burguesia assumiu o poder e implantou o seu projecto político, apoiada nas massas rurais e urbanas, úteis nos momentos mais intensos do processo de ruptura.

#### **4.1 Confrontos Político-religiosos**

Antes de iniciarmos o levantamento das causas envolvidas nesta área, é necessário contextualizarmos o funcionamento político inglês durante o século XVII. O poder político inglês estava dividido entre o Rei e o Parlamento, considerando que esta conjuntura fora herdada através da Magna Carta. O Parlamento era composto por duas Câmaras, a câmara dos comuns (*House of Commons*) e a Câmara dos Lordes (*House of Lords*). A Câmara dos Comuns era composta por ilustres membros da burguesia que incluía grandes proprietários e comerciantes. A Câmara dos Lordes era composta pela Nobreza e alto Clero, grandes proprietários e receptores de enormes rendas. O sustento financeiro do Estado era o ponto mais importante da relação existente entre rei e o Parlamento.

---

<sup>335</sup> Afirmação de James I no Parlamento em 1603. Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 23

<sup>336</sup> “Uma grande parte dos cavaleiros e gentil homens de Inglaterra... aderira ao Rei... E a maior parte dos arrendatários destes homens e também dos mais pobres do povo, a quem os outros chamam a plebe, seguiram a pequena nobreza e eram pelo Rei. Do lado do Parlamento estavam (além deles próprios) uma pequena parte (segundo alguns pensavam) da pequena nobreza de muitos dos condados e a maior parte dos comerciantes e proprietários e de classe média de homens, especialmente nas corporações e condados dependentes do fabrico de tecidos e de manufacturas desse tipo” / “Os proprietários e comerciantes são a força da religião e do civismo no país; e os gentil homens, os pedintes e os arrendatários servis são a força da iniquidade” Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 24-25

James Stuart, rei da Escócia, assumiu o trono inglês no ano de 1603 substituindo Elizabeth I, última soberana da dinastia Tudor. James I herdou reinos distintos e incompatíveis entre si, com ódios seculares. A Inglaterra e a Escócia eram ambas protestantes, na Escócia os bispos nomeados pelo rei eram confrontados pelas assembleias regionais (presbitérios) que seguiam a teologia de João Calvino. Na Inglaterra o monarca, também chefe da Igreja, nomeava todos os bispos que defendiam uma teologia protestante hostil contra católicos e calvinistas<sup>337</sup>. Na Irlanda, as forças inglesas lutaram contra uma rebelião espanhola que estava a ser apoiada por Espanha, os bens destes rebeldes foram confiscados e entregues a cerca de 100.000 pessoas (ingleses, galeses e escoceses) que se fixaram em Ulster<sup>338</sup>. Quando James I subiu ao trono encontrou um reino falido, tanto James I como Charles I tentaram medidas impopulares para superar a falência inglesa como a elevação dos impostos alfandegários, novas taxas, criação de monopólios sobre produtos estratégicos e de largo consumo.

Com a subida de James I, novas imposições foram feitas e a Inglaterra, mais especificamente o Parlamento, não estavam preparados para obedecer a um governante escocês que exigia total controlo nas prerrogativas reais. As primeiras medidas do monarca foram: aumento de impostos e estabelecimentos de empréstimos forçados, muitas vezes os monarcas pediam empréstimos aos grandes comerciantes e às grandes cidades para patrocinar exércitos ou forças navais<sup>339/340</sup>.

*«Das 461 500 libras em que se avaliou o rendimento ordinário do Estado em 1610, 31 % provinha de rendas e tributos feudais, 54% das alfândegas e apenas 15% de outras fontes. Até ao Long Parliament e à Guerra civil do século XVII, a coroa colectava estes rendimentos «ordinários» por autoridade própria, mas dependia do Parlamento para cobrar os fundos extraordinários exigidos pela guerra.»<sup>341</sup>*

Outra das tentativas falhadas de James foi a união dos reinos, pretendia unir a Escócia e Inglaterra sob o mesmo Parlamento ao qual foi recusado pela Câmara dos

---

<sup>337</sup> Parker, Geoffrey - El Siglo Maldito. Barcelona: Planeta, 2013, p. 556-557

<sup>338</sup> Parker, Geoffrey - El Siglo Maldito. Barcelona: Planeta, 2013, p. 557

<sup>339</sup> “Os funcionários da corte obrigavam os cidadãos ricos e os nobres a dar «presentes» ao rei ou a pagarlhe «impostos voluntários»; caso se recusassem, eram metidos na prisão.” Efimov; Galkin; Zubok; - *As Revoluções Burguesas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974, p. 14

<sup>340</sup> 'Charles I, 1640 - An Act for a speedie contribuc[i]on and loan towards the releife of his Majesties distressed Subjects of the Kingdome of Ireland. *Statutes of the Realm*, ed. John Raithby, (s.l, 1819), Volume 5, (1628-80), pp. 141-143.

<sup>341</sup> Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p.138

Comuns apelando ao desrespeito de diversas cláusulas legais<sup>342</sup>. Mesmo com um início sem atribuições graves, o monarca começou a perder o respeito e a autoridade que tinha perante a Câmara dos Comuns. Com mais regularidade foram pedidos suprimientos para as causas reais e o Parlamento começou, aos poucos, a ficar irrequieto.

Além dos motivos financeiros, outras causas da oposição ao soberano por parte dos Comuns foram: o aumento das críticas à aliança com a Espanha; exigência de um maior rigor contra os católicos; a reafirmação do poder parlamentar de derrubar e processar ministros; e a insatisfação com os actos das Cortes reais. Em síntese, existia oposição em quase todas as instâncias domésticas ou externas de exercício das prerrogativas do rei.

Ordem	Reunião	Dissolução	Sessões
Blessed Parliament	19 de Março de 1604	9 de Fevereiro de 1611	5
Addled Parliament	5 de Abril de 1614	7 de Junho de 1614	1
3rd Parliament	30 de Janeiro de 1621	8 de Fevereiro de 1622	1
Happy Parliament	12 de Fevereiro de 1624	27 de Março de 1625	1

Como podemos observar através do quadro o início da relação entre o Rei e o Parlamento foi bem-sucedido, mas ao agravamento das condições do reino sucedeu-se o das relações entre o monarca e o Parlamento. O Parlamento, por diversas vezes, foi desrespeitado na sua própria casa através das entradas furtivas dos monarcas para prender algum dos deputados, este acontecimento ocorria regularmente nas sessões

<sup>342</sup> James I queria uniformizar todos os seus domínios sob o mesmo Deus, rei e legislação como forma de combater as rebeliões e manifestações civis entre as populações que governava.” En Irlanda sus representantes completaron el trabajo de sus predecesores para imponer la ley y las prácticas administrativas inglesas (...) también lutou por «anglicanizar» su Escocia natal. En los asuntos seculares actuaba a través del Consejo Privado, un cuerpo de nobles y funcionarios com base en Edimburgo cuyas proclamaciones tenían carácter de ley. A partir de 1612, un comité permanente del Parlamento escocés, conocido como los *Lords of the Articles*, encargado de elaborarla legislación que luego tenía que aprobar la asamblea al completo(...)” Parker, Geoffrey - *El Siglo Maldito*. Barcelona: Planeta, 2013, pp. 558-559

<sup>343</sup> House of Commons Journal Volume 1: 03 June 1614, in *Journal of the House of Commons: Volume 1, 1547-1629*, (London: His Majesty's Stationery Office, 1802)

<sup>344</sup> <https://www.historyofparliamentonline.org/research/parliaments/parliaments-1640-1660> [Consultado 12 de Junho de 2019]

parlamentares da Câmara dos Comuns<sup>345</sup>. Esta Câmara era a que adoptava estratégias mais agressivas contra as investidas absolutistas da Coroa.

Paralelamente, era notório que o Parlamento estava controlado pelo poder da Coroa porque tinha o poder de elaborar leis, mas não de criá-las efectivamente sem a sanção do rei, a autonomia que tinha sido estabelecida com a Magna Carta durante o reinado dos Tudor e Stuart fora esquecida. Com o reinado dos Stuart este controlo real no Parlamento subsistia, mas era cada vez menor devido ao aparecimento de novas forças políticas<sup>346</sup>. O Parlamento aos poucos deixou de ser uma peça subsidiária ao exercício da monarquia, para passar a ser um órgão que durante diversos anos foi conquistando a sua independência, quer na acção quer financeiramente<sup>347</sup>.

O Parlamento era criado e dissolvido por vontade real como sucedeu a 7 de Julho de 1604, quando o rei dissolveu o Parlamento depois de não conseguir apoio financeiro e a união total da Inglaterra e Escócia<sup>348</sup>. A sessão de 1604 (Conferência de Hampton Court) veio definir a relação entre o rei e o Parlamento para o resto do reinado, James I foi forçado a ceder perante as exigências puritanas porque os cofres do monarca estavam vazios.

Novamente em 1610 com a negociação do Grande Contrato a paciência do rei e a vontade de cooperação do Parlamento esgotaram-se, o que, conseqüentemente, levou o rei a dissolver o Parlamento a 31 de Dezembro<sup>349</sup>.

Um novo Parlamento foi convocado em 1614, e os Comuns criaram conflitos não apenas com o rei, mas também com a Câmara dos Lordes. Porque não aprovaram um único estatuto defendido pela Câmara dos Comuns, esta sessão foi intitulada de Parlamento *Addled*. James I compreendia mal a agitação popular e despertou uma

---

<sup>345</sup> House of Commons Journal Volume 2: 04 January 1642, in *Journal of the House of Commons: Volume 2, 1640-1643*, (London: His Majesty's Stationery Office, 1802), pp. 367-368.

<sup>346</sup> “(...) a burguesia deixou de depender da protecção da monarquia; ao mesmo tempo, a Coroa tornou-se progressivamente consciente do perigo que a crescente riqueza da burguesia significava, batendo-se por consolidar a sua posição, antes que fosse demasiado tarde. Os litígios de Jaime I e Carlos I com os respectivos Paramentos evidenciam este conflito.” Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 58

<sup>347</sup> “A guerra tornou-se muito mais cara à medida que o envolvimento da Inglaterra na política continental se expandiu após 1580. (...) decorreram daqui três consequência: (1) a coroa alienou gradualmente as suas propriedades; (2) os reis e rainhas recorreram cada vez mais ao parlamento com o objectivo de tributar a propriedade fundiária; (3) o Parlamento adquiriu um controlo progressivamente maior dos rendimentos régios.” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 138

<sup>348</sup> House of Commons Journal Volume 1: 07 July 1604, in *Journal of the House of Commons: Volume 1, 1547-1629*, (London: His Majesty's Stationery Office, 1802), pp. 253-256

<sup>349</sup> Definição do Grande Contrato

oposição mais profunda pelas irregulares imposições e pelas suas benevolências. A sua dependência de favoritos e o seu esquema de um casamento espanhol para Charles também contribuíra para suscitar modos de oposição. Em 1614, a Câmara dos Comuns entra em disputas directas com o governante sobre as acções de uma política anti-espanhola militante, assim o Parlamento foi dissolvido e tinha-se dado o início de uma longa querela entre os organismos de poder<sup>350</sup>.

James I reinou sem Parlamento até 1621, empregando oficiais, como o empresário Lionel Cranfield, que eram astutos para arrecadarem e economizarem dinheiro, vendendo títulos e outras honras, muitos criados para tal propósito, como fontes alternativas de renda que compensavam a ausência dos aumentos de impostos que teriam de ser aprovados em Parlamento. Enquanto isso, uma batalha legal estava a ser travada nos tribunais, com Sir Francis Bacon mantendo zelosamente a prerrogativa real e Sir Edward Coke defendendo a supremacia da unidade e do direito comum<sup>351</sup>. O rei demitiu Coke em 1616, mas o Parlamento de 1621 impugnou Bacon.

James I ainda reuniu uma última vez o Parlamento antes de falecer. O Parlamento foi reunido em 1624 nomeado como *Happy Parliament*, resultado de reuniões parlamentares sem conflitos e tentativas de acordo do rei com a Câmara dos Comuns. Foi este Parlamento que apoiou Charles I e Buckingham numa política anti-espanhola porque os cofres não conseguiam suportar mais despesas militares<sup>352</sup>. Com a morte do rei o Parlamento foi dissolvido a 27 de Março de 1625.

Com o reinado de James I iniciou-se a tentativa clara de implantação do absolutismo e com essa directriz sucedeu-se o abuso de poder<sup>353/354</sup>. O que distingue o

---

<sup>350</sup> “Sir Tho. Lake: - Fears, that proceed from Love, to be respected. - The Issue now short: To dissolve the Parliament, or supply the King.” 'House of Commons Journal Volume 1: 03 June 1614', in *Journal of the House of Commons: Volume 1, 1547-1629* (London, 1802), pp. 505-506.

<sup>351</sup> “Nuestra propiá unión dentro el país es lo que más nos importa- arguia el secretario Coke ante Carlos I de Inglaterra-, por tanto tenga a bien Su Majestad considerar si no será acaso necesario, teniendo en cuenta los mismos fundamentos de estado sobre los que lo han formado los españoles, unir sus três reinos en una estrecha unión y obligación de unos com otros, para defensa mutua sempre que cualquiera de ellos se vea atacado, cada uno com una proporción de caballería, infanteria y marina que resulte conveniente.”. John H. Elliott, *El Conde-Duque de Olivares*, Editorial Planeta, Barcelona, 2016 p.316.

<sup>352</sup> Geoffrey Parker, *El Siglo Maldito*, Planeta, 2013, p.561

<sup>353</sup> A esta tirania existiu diversos grupos extremistas que queriam acabar com o governo protestante e tirano. Como exemplo deste descontentamento temos o 5 de novembro de 1605 que ainda hoje é lembrado na Inglaterra. Geoffrey Parker, *El Siglo Maldito*, Planeta, 2013, p.557

<sup>354</sup> **The Fifth of November**

*Remember, remember!  
The fifth of November,  
The Gunpowder treason and plot;  
I know of no reason*

absolutismo inglês do restante absolutismo europeu é que tinha um órgão directo para fazer frente aos abusos do poder real. Apesar das atitudes governativas de James I serem tradicionais às praticadas pelos Tudor, as forças políticas do seu reinado eram de uma esfera mais independente e afastada dos governos despóticos outrora praticados.

Nos 11 anos que se seguiram, Charles I tentou governar sem um Parlamento, recorrendo a expedientes como Ship Money (imposto cobrado originalmente em portos marítimos, mas estendido a todo o país) para aumentar as receitas<sup>355</sup>. As represálias contra Eliot e o julgamento de William Prynne e John Hampden provocaram indignação generalizada. Os principais assessores de Charles, o arcebispo William Laud e Thomas Wentworth, mais tarde 1º Conde de Strafford, foram cordialmente detestados.

---

*Why the Gunpowder treason  
Should ever be forgot!  
Guy Fawkes and his companions  
Did the scheme contrive,  
To blow the King and Parliament  
All up alive.  
Threescore barrels, laid below,  
To prove old England's overthrow.  
But, by God's providence, him they catch,  
With a dark lantern, lighting a match!  
A stick and a stake  
For King James's sake!  
If you won't give me one,  
I'll take two,  
The better for me,  
And the worse for you.  
A rope, a rope, to hang the Pope,  
A penn'orth of cheese to choke him,  
A pint of beer to wash it down,  
And a jolly good fire to burn him.  
Holloa, boys! holloa, boys! make the bells ring!*

*Holloa, boys! holloa boys! God save the King!*

*Hip, hip, hoor-r-r-ray!*

Habing, B. (2006, November 3). The Fifth of November - English Folk Verse. Retrieved from <http://www.potw.org/archive/potw405.html>

<sup>355</sup> So these Judges enter themselves and harden their Hearts by more particular Trespasses upon the Law: By Impositions and Taxes upon the Merchants in Trade; By Burdens and Pressures upon the Gentry in Knighthood, before they could arrive at that universal Destruction of the Kingdom by Ship-money, which promised reward and security for all their former Services, by doing the Work of a Parliament to his Majesty in Supplies, and seemed to delude justice, and leaving none to judge them, by making the whole Kingdom party to their oppression." John Rushworth. "Concerning Ship-money," in Historical Collections of Private Passages of State: Volume 3, 1639-40, (London: D Browne, 1721), 219-265



Tabela 6-Parlamentos de Charles I <sup>356357</sup>			
Ordem	Reunião	Dissolução	Sessões
Useless Parliament	17 de Maio de 1625	16 de Agosto 1625	2
Short Parliament	13 de Abril de 1640	5 de Maio de 1640	1
Long Parliament	3 de Novembro de 1640	16 de Março de 1660	5

No dia 27 de março de 1625 ascendeu ao trono Charles I e houve uma nova tentativa de acordo entre a Coroa e o Parlamento para um novo aumento de impostos. A Câmara dos Lordes ficou a favor do rei, mas a Câmara dos Comuns novamente recusou. Gradualmente, forma-se uma oposição organizada ao governo real pelos líderes da Câmara dos Comuns, John Eliot (1592-1632), John Pym (1584-1643) e John Hampden (1595-1643).

Charles I, casado com uma princesa católica francesa, Henrietta Maria, mostrou-se mais intratável e até menos aceitável para o gosto puritano do que o seu pai, e o Parlamento tornou-se ainda mais intransigente no novo reinado<sup>358</sup>. Os líderes do partido parlamentar - Coke, John Pym, Sir John Eliot e John Selden - procuraram maneiras de limitar os poderes do rei. O Parlamento de 1625 concedeu-lhe o direito de recolher direitos aduaneiros apenas durante um ano e não, como era habitual, durante todo o seu reinado. O Parlamento de 1626 foi mais longe e impugnou o favorito do rei, George Villiers, 1º Duque de Buckingham<sup>359</sup>. Charles dissolveu o Parlamento abruptamente<sup>360</sup>.

<sup>356</sup> <https://www.historyofparliamentonline.org/research/parliaments/parliaments-1640-1660> [Consultado 12 de Junho de 2019]

<sup>357</sup> "House of Commons Journal Volume 1: 03 June 1614," in *Journal of the House of Commons: Volume 1, 1547-1629*, (London: His Majesty's Stationery Office, 1802)

<sup>358</sup> Parker, Geoffrey - *El Siglo Maldito*. Barcelona: Planeta, 2013, p. 561

<sup>359</sup> Olivares chega a tecer comentários sobre o favorito do Rei: «Buckingham y el diablo tiene su silla en Inglaterra...» após a visita de Charles I à Corte espanhola. Elliott, John H. - *El Conde-Duque de Olivares*. Barcelona: Editorial Planeta, 2016, p. 244.

<sup>360</sup> "For the speedy redress of great Evils and Mischiefs, and of the chief Cause of these Evils and Mischiess which this kingdom of England now grievously suffereth, and of late years hath suffered; and to the honour and safety of our Sovereign Lord the King, and of his Crown and Dignity:, and to the good and welfare of his People, The Commons in this present Parliament, by the Authority of our said Sovereign Lord the King, assembled, Do, by this their Bill, shew and declare against George, Duke, Marquis, and Earl of Buckingham, Earl of Coventry, Viscount Villers(...)The Misdemeanours, Misprisions, offences, Crimes, and other Matters, comprised in the Articles following; and him the said Duke do accuse and impeach of the said Misdemeanors, Misprisions, offences and Crimes." Rushworth, John - *Historical Collections: The impeachment of Buckingham (1626)*, in *Historical Collections of Private Passages of State: Volume 1, 1618-29*. London: D Browne, 1721, pp. 302-358.

Não conseguindo angariar dinheiro sem o Parlamento, foi forçado a convocar um novo Parlamento em 1628. O novo Parlamento elaborou a petição de direito e Charles aceitou-o para obter o seu subsídio<sup>361</sup>. Ele continuou a cobrar taxas aduaneiras, um acto que os parlamentares declararam ilegal sob a petição de direito. O Parlamento em 1629 protestou vigorosamente contra a coleção de tonelagem e libras de Charles e a perseguição de seus oponentes na *Star Chamber*<sup>362</sup>.

A questão religiosa também surgiu, e os Comuns resistiram à ordem do rei de adiar, forçando o orador a permanecer sentado na cadeira enquanto Eliot apresentava resoluções contra o "papado" e a taxação não autorizada. O governo de Charles I foi marcado pelo fechar e abrir do Parlamento. Logo que assumiu o trono, ao receber oposição pela proximidade com os católicos e pela postura contra os calvinistas resolveu dissolver o Parlamento. Em 1628 teve que mudar de estratégia governativa, já que estava em guerra contra a França e reabriu o Parlamento para fortalecer os cofres ingleses.

Em março de 1629, dissolveu novamente o Parlamento de uma forma repentina. Estava atingido o ponto para além do qual o rei não podia continuar a recuar, sem abdicar virtualmente perante o Parlamento e perder o respeito dos vários grupos sociais. O primeiro grande sinal de convulsão social foi a recusa de John Hampden de pagar a taxa marítima, em 1637. A recusa do pagamento das taxas generalizou-se entre 1639 e 1640. O Parlamento boicotava uma das principais receitas do rei.

A sua tentativa de tornar extensivo à Igreja escocesa o controlo real e a sua ameaça de recuperar ali as terras da Igreja deram origem a uma revolta nacional que encontrou forte simpatia em Inglaterra. A paz foi quebrada pelos problemas na Escócia, onde os esforços para impor a política episcopal anglicana levaram à violenta oposição dos *Covenanters* e à guerra em 1639, tendo obrigado Charles I a procurar a ajuda financeira do Parlamento. O *Short Parliament* resultante (1640) mais uma vez atendeu ao pedido de suprimento do rei por uma demanda por reparação de injustiça. Charles I ofereceu-se para abandonar as expropriações de dinheiro dos navios, mas a oposição

---

<sup>361</sup> Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 67

<sup>362</sup> "This was a tribunal immediately subject to the sovereign, the object of which was to decide urgent causes without the cumbrous procedure of the ordinary lawcourts. Under the absolutism of the Tudors and early Stuarts this Chamber made itself obnoxious to the people, and its jurisdiction was abolished shortly before the Revolution." " Matthews, John Hobson, ed. - *Star Chamber Proceedings: Introduction* in *Cardiff Records: Volume 1*. Cardiff: Cardiff Records Committee, 1898, pp. 307-310

quis discutir questões mais fundamentais, e o rei dissolveu o Parlamento em apenas três semanas. Na crise económica de 1640, o rei estava totalmente falido.

Os escoceses recusaram-se a abandonar a Inglaterra sem uma indemnização<sup>363</sup>. Em 1640, a maior parte das classes estava unida contra a Coroa. Os seus objectivos eram: a destruição da máquina burocrática que permitira governar transgredindo os desejos da grande maioria dos seus súbditos politicamente influentes; a proibição da existência de um exército permanente controlado pelo rei; a abolição dos expedientes financeiros mais recentes, cuja finalidade era tornar o rei independente do controlo do Parlamento, e que tivera como resultado a deslocação económica e o minar da confiança.

Os desastres da segunda guerra escocesa forçaram a rendição do rei à oposição, e o *Long Parliament* foi convocado (novembro de 1640)<sup>364</sup>. Os parlamentares promulgaram rapidamente uma série de medidas destinadas a eliminar o que consideravam invasões da monarquia despótica. Aqueles que tinham sido presos pela *Star Chamber* foram libertados. O *Triennial Act* previa que não deveriam passar mais de três anos entre as sessões do Parlamento, enquanto outra lei proibia a dissolução do Parlamento sem o seu próprio consentimento<sup>365</sup>. A crise continuou assolando a Inglaterra no governo de Charles I. A economia inglesa não ia bem e o rei apelou ao aumento de impostos<sup>366</sup>. A guerra religiosa da Inglaterra anglicana contra a Escócia calvinista também manchava a figura do rei. Num mar de dificuldades, caminhou-se até 1640 onde se reabriu o Parlamento mais duas vezes. A primeira fase do movimento revolucionário vai de 1640, com a primeira reunião do Parlamento, até 1642, com a eclosão da guerra civil.

---

<sup>363</sup> “A partir de 1637, os Escoceses mantiveram uma atitude pré-rebelião frente às tentativas inglesas de imporem a doutrina episcopal, formando a sua própria Igreja nacional, a Kirk escocesa, sem bispos. No entanto só em 1639 ocorreu uma insurreição armada durante a qual foi ocupado um bastião importante do poder civil, o Castelo de Edimburgo” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 158

<sup>364</sup> “(...) a primeira confrontação com Carlos terminou sem uma única batalha, mas a segunda Guerra dos Bispos (1640) conduziu à derrota dos Britânicos frente aos Escoceses, à ocupação escocesa do Norte de Inglaterra e ao compromisso régio de custear a força ocupante- um compromisso que conduziu à convocação do parlamento inglês pelo rei após onze anos de governo pessoal.” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 158

<sup>365</sup> O Ship Money, a tonelagem e a libra esterlina sem autorização parlamentar foram abolidas

<sup>366</sup> Peter Gaunt. “Charles I and the descent into war in three kingdoms, 1625-42”, 20; Parker, Geoffrey - *The Stuart Monarchy: The Path to Civil War, 1603-42*. In *Global Crisis: War, Climate and Catastrophe in the Seventeenth Century*. New Haven: Yale University Press, 2013, p. 329

Strafford foi impugnado, então atingido e executado (1641) por traição; Laud foi acusado e aprisionado<sup>367</sup>. A *Star Chamber* e outros tribunais das prerrogativas reais e episcopais foram extintos. No entanto, as discussões sobre a reforma da igreja ao longo das linhas puritanas produziram discordâncias consideráveis, especialmente entre os Comuns e os Lordes, além das diversas querelas entre escoceses, irlandeses e ingleses<sup>368</sup>.

Com as prerrogativas reais eliminadas e a liberdade do monarca acorrentada, a guerra civil é inevitável. Charles I deixa Londres, reuniu os seus partidários em Nottingham, reunião durante a qual o Parlamento levanta um exército<sup>369</sup>. Para se equiparar à força militar real, o Parlamento eleito em 1640, cada vez mais dominado por os puritanos, conclui uma aliança com os presbiterianos da Escócia.

Apesar da obediência do rei à vontade da oposição, ele não foi confiado pelo partido parlamentar. Essa desconfiança foi enfatizada pelo surto (outubro de 1641) de uma rebelião contra o domínio inglês na Irlanda; era necessário um exército para reprimir a rebelião, mas os parlamentares temiam que o rei pudesse usá-lo contra eles. Liderado por John Pym, o Parlamento adoptou a *Grand Remonstrance*, recitando os males do reinado de Charles e exigindo a reforma da igreja e o controlo parlamentar sobre o exército e sobre a nomeação de ministros reais<sup>370</sup>. Em novembro de 1641 John Pym expõem em sessão dos Comuns o estado social do Parlamento como justificação para continuarem a ter guarda:

***“Mr. Pym presents from the Committee, the Reasons of both Houses of Parliament for the Continuance of a Guard; viz.***

*The great Numbers of disorderly, suspicious, and desperate Persons, especially of the Irish Nation, lurking in obscure Allies, and Victualling-houses, in the Suburbs, and other Places, near London and Westminster.*

---

<sup>367</sup> Rushworth, John - The trial of Strafford: The first day, in *Historical Collections of Private Passages of State: Volume 8, 1640-41*. London: D Browne, 1721, pp. 101-102 / Rushworth, John - *Historical Collections: The trial of William Laud*, in *Historical Collections of Private Passages of State: Volume 3, 1639-40*. London, 1721, pp. 1365-1381

<sup>368</sup>“(…) os governantes ingleses tentaram geralmente arrastar uma população relutante contra as crenças e práticas havia muito estabelecidas, em nome de uma Igreja de Estado renovada.” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 153

<sup>369</sup> Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 160

<sup>370</sup> Knight, Oliver. The Grand Remonstrance. *The Public Opinion Quarterly*, 24, no. 1 (1960) pp. 77-84 <http://www.jstor.org/stable/2746667>.

*The Jealousy conceived upon Discovery of the Design in Scotland, for the Surprising of the Persons of divers of the Nobility, Members of the Parliament there, which had been spoken of here, some few Days before it broke out, not without some whispering Intimation, that the like was intended, against divers Persons of both Houses: Which found the more Credit, by reason of the former Attempts of bringing up the Army, to disturb and enforce this Parliament.*

*The Conspiracy in Ireland, managed with so much Secrecy, that, but for the happy Discovery at Dublin, it had been executed in all Parts of the Kingdom, upon one and the same Day, or soon after; and that some of the chief Conspirators did profess, that the like Course was intended in England and Scotland: Which being found, in some degree, true in Scotland, seemed the more probable to be likewise designed for England.*

*Divers Advertisements beyond the Sea which came over about the same time, "That there should be a great Alteration of Religion in England in a few Days; and that the Necks of both the Parliaments should be broken."*

*Divers Examinations, of dangerous Speeches of some of the Popish and discontented Party in this Kingdom.*

*The secret Meetings and Consultations of the Papists, in several Parts:- Their frequent Devotion, for the Prosperity of some great Design in hand.*<sup>371</sup>

Em 1642 Charles I exigiu a prisão de 5 revolucionários do Parlamento, mas estes, uma vez avisados, retiraram-se<sup>372/373</sup>. Não tendo conseguido prender os opositores, dissolveu o Parlamento e governou sozinho até ao começo da guerra civil.

#### **4.2 Transformações económicas: capitalismo primitivo e a propriedade**

*«Os inumeráveis rebanhos de carneiros que cobrem hoje toda a Inglaterra. Esses animais, por toda a parte tão meigos e tão sóbrios, mostram-se na vossa pátria de tal maneira vorazes e*

---

<sup>371</sup> House of Commons Journal Volume 2: 30 November 1641, in *Journal of the House of Commons: Volume 2, 1640-1643*, London: His Majesty's Stationery Office, 1802, pp. 327-328

<sup>372</sup> "Whereas his Majesty, in his Royal Person, Yesterday, being the Fourth Day of January, 1641, did come to the House of Commons, attended with a great Multitude of Men, armed in a warlike Manner with Halberds, Swords, and Pistols; who came up to the very Door of this House, and placed themselves there, and in other Places and Passages near to the House, to the great Terror and Disturbance of the Members thereof, then sitting, and, according to their Duty, in a peaceable and orderly Manner, treating of the great Affairs of both the Kingdoms of England and Ireland(...)" House of Commons Journal Volume 2: 05 January 1642', in *Journal of the House of Commons: Volume 2, 1640-1643* London, 1802, pp. 368-369

<sup>373</sup> Anexo XXIII - Entrada de Charles I para aprisionar dos 5 membros da Câmara dos Comuns.

*ferozes, que chegam, dir-se-ia, a comer os homens! E despovoam assim campos, casas e aldeias.»<sup>374</sup>*

A transformação económica inglesa no século XVII foi um dos factores principais para as mutações da Europa moderna, à qual faz parte a subida de grandes degraus em direcção à Revolução Industrial. Os grupos rurais começaram a ser inseridos no processo financeiro dos grandes proprietários. O início destas transformações foi no século XVI «quando uma sociedade Moderna e secular abria lentamente caminho através do crescimento vigoroso e muito emaranhado da ordem feudal e eclesiástica.»<sup>375</sup>.

No reinado de James I, após 1603, a Inglaterra encontrava-se numa posição insegura, os cofres estavam desfalcados e as dívidas estavam por saldar. A Espanha estava imóvel, mas a fronteira com a Escócia estava instável <sup>376</sup>. Com os diversos acontecimentos do século anterior relativos à propriedade, as terras passavam da Coroa para a Gentry<sup>377</sup>. No século XVII grande parte da Gentry estava em ascensão económica e política considerando que a maioria compunha o quórum da Casa dos Comuns<sup>378</sup>. Paralelamente, este foi o período de ascensão da Yeomanry<sup>379</sup>.

Outra modificação socioeconómica inglesa foi baseada no êxodo rural que era um fenómeno preocupante dos governos tanto dos Tudor como dos Stuart, deparando-

---

<sup>374</sup> Moore, Thomas - *A Utopia*. Lisboa: Guimarães Editores, 2016, P. 33

<sup>375</sup> Moore Jr, Barrington - *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975, p. 14

<sup>376</sup> “(...) A fim de enfrentar as suas necessidades financeiras, Isabel tinha hipotecado terras da coroa e tentado extorquir à população todo o rendimento possível, mas mesmo assim no final do seu reinado a Inglaterra devia 60 000 libras às Províncias Unidas e tinha grande dificuldade em pagar as suas guerras na Irlanda e nos Países Baixos. Jaime I herdou, portanto, um Estado sob grande pressão fiscal.” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 156

<sup>377</sup> Moore Jr, Barrington - *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975, p.20

<sup>378</sup> “In 1628 a peer observed, with disapproval at the way times were changing, that the Lower House could buy the Upper House three times over.” Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p.17

<sup>379</sup> “The gentry in this county are not only noted for their civility and hospitality to strangers, and their good neighbourhood and convivial intercourse with each other, but for their liberal and generous carriage to their inferiors; and as to their charities to the poor, there are few counties where there are greater instances than in this. They generally cultivate a large part of their estates themselves, as well for the profit and maintenance of their families as for the pleasure which the employment brings with it. They are fond of the country recreations of hunting, shooting, and fishing, and take much pains to preserve the game on their manors, but this seldom breeds quarrels among them, as it does in most other counties.” Hasted, Edward - *General history: The weald*. in *The History and Topographical Survey of the County of Kent: Volume 1*. Canterbury: W Bristow, 1797, pp. 293-303

se com uma queda alarmante nos níveis demográficos do campo, tentaram através de várias medidas impedir a fuga do campo como podemos observar em 1597 e 1619<sup>380</sup>.

A maioria da população vivia no campo e retirava o seu sustento da produção das lãs e restantes produções. Mas, gradualmente, entre os séculos XV e XVII, esta comunidade agrícola começou a sofrer modificações. O Parlamento, em 1621 aprovou mais uma lei que facilitava o *enclosure*, estas aprovações têm como objectivo o investimento e possível lucro<sup>381</sup>. O Parlamento não apoiava qualquer tipo de incentivos ao pequeno agricultor e retiraram os benefícios proteccionistas em 1624<sup>382</sup>. Assim a tipologia de investimentos modificou-se com o aumento da força do Parlamento que tentava remover o máximo de leis de protecção do campesinato<sup>383</sup>. Os grandes investidores pertencentes à Casa dos Comuns aproveitavam e expulsavam largas camadas populares das suas terras onde produziam livremente para serem os próprios a investir (criação do *enclosure*). Quando o rei dissolvia o Parlamento muitos destes investidores eram perseguidos por desertificar vastas áreas e criar grandes zonas de produção<sup>384</sup>. O *enclosure* foi um fenómeno que alterou totalmente a economia e a propriedade inglesa, mais do que o lucro que o investidor pudesse vir a ter, este método afectava toda a população devido ao excesso da sua utilização<sup>385</sup>.

---

<sup>380</sup> “The yeomanry, which in most other parts of the kingdom is confined to the common people only, as indeed the name shews, for it is so called from the Saxon word *gemen*, which signifies common, is extended much higher in Kent, for it here likewise comprehends the principal farmers and landholders, who either from their education or intercourse of life, are not esteemed by the gentry of equal rank with themselves, and yet, in point of wealth and possessions, they are frequently superior to many of them, who, though they write themselves yeomen, yet are usually and very properly stiled gentlemen farmers, for besides the largeness of their holdings, which are from four hundred to twelve hundred pounds per annum, they have in general good estates and freeholds of their own, and some even to the amount of what they hire. And as to their hospitality and expence of living, it is in general much superior to that of their landlords.

Below these are the common yeomanry, on whom those above-mentioned look down, as of a rank much inferior to themselves, though if there is any distinction between them, it must have been in the luxury of the times, and the accumulation of farms, that have given them this superiority.” Hasted, Edward - General history: The weald. in *The History and Topographical Survey of the County of Kent: Volume 1*. Canterbury: W Bristow, 1797, pp. 293-303

<sup>381</sup> Moore Jr, Barrington - *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975, pp. 28-29

<sup>382</sup> Moore Jr, Barrington - *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975, pp.36-39

<sup>383</sup>“A proclamation of 1619 admitted that the laws for the protection of corn-growing and hpeasant proprietorship hampered agricultural improvement.” Christopher Hill, *The Century of Revolution 1603–1714*, W. W. Norton & Company, Inc., Nova Iorque, 1966, p.17

<sup>384</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p.18

<sup>385</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 18

Quanto às indústrias no século XVI, poucas eram as existentes na Inglaterra, encontravam-se algumas têxteis, de extração mineral e de construção naval. As pequenas indústrias eram compostas apenas com base no trabalho de artesãos individuais. Somente no fim do século XVI e início do século XVII é que existe o aumento do número de indústrias, muitas delas deslocam-se para a zona rural e focam a sua prosperidade na lã. Em 1640 a Inglaterra produzia 3 vezes mais carvão que o resto da Europa, sendo esta uma das matérias primas mais utilizadas. A indústria inglesa organizava a sua produção de forma variada, tendo 3 estilos básicos: artesanato, mestre manufactureiro e comerciante manufactureiro.

Todos estes novos processos precisaram de impulso, o capital<sup>386</sup>. O capitalista londrino e o arrendatário foram os primeiros a lucrar com as novas indústrias, como o carvão e o algodão<sup>387</sup>. Os mercantes londrinos lentamente ascenderam e penetraram nas esferas de trocas monopolizadas pelas oligarquias locais<sup>388</sup>. Neste quadro económico é possível traçar duas transformações sociais que foram consequência da modificação económica: a ascensão financeira do comerciante e do mercador (alguns iram pertencer à Câmara dos Comuns) e uma Nobreza campestre conservadora, falida e desvalorizada. Os londrinos continuavam a fazer pouco da Coroa com a sua riqueza e já no reinado de Charles I, o monarca tentou desenvolver as exportações de Bristol e Exeter, mas sem qualquer sucesso. Resumidamente, as cidades tinham o domínio económico em paralelo com o domínio político (causa-efeito)<sup>389</sup>.

As atitudes dos governantes não eram uniformes relativamente aos novos desenvolvimentos da economia. Como muitas vezes precisavam de armamento, barcos, pólvora e da expansão de indústrias metalúrgicas para apoiar as campanhas militares, a

---

<sup>386</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 21

<sup>387</sup> Era o combustível doméstico mais utilizado e as cidades como Londres dependiam exageradamente desta matéria, as novas indústrias. Tal como o carvão o ferro teve um aumento da sua produção.

<sup>388</sup> “Jealousy of London and its trading companies was shown in the free-trade ' debate in Parliament in 1604 ; it may underlie the conflicts between 'Presbyterians' and 'Independents' in the sixteen-forties. The privateering industry, which earlier in Elizabeth's reign had been run advantageously for themselves by the gentlemen sea-dogs of Devon and Cornwall, was from the fifteen-nineties passing under the control of London capitalists who never went to sea at all.” Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 22

<sup>389</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 23



estratégia utilizada por diversas vezes protegia as indústrias que a nação mais dependia e utilizava os grandes empresários como receita<sup>390</sup>.

A política económica dos Stuart suportou as companhias de exportação que tinham o monopólio em Londres contra os intermediários que queriam negociar livremente. Os princípios defendidos pelos governos dos Stuart diminuíram o seu desenvolvimento e controlavam as suas Guildas e monopólios, mas simultaneamente suprimiam o avanço da classe média. Através destes apoio e oposições foram-se formando nas zonas campestres que depois sustentariam a guerra civil<sup>391</sup>. Consequentemente, intensificou-se as rivalidades com as companhias londrinas. Como um pequeno grupo de mercantes ascendia começavam a suprimir os pequenos mercantes, o trabalhador que recebia à jorna estava economicamente suprimido, que se tornaram um mero apêndice dos Yeomanry.

Charles I e o seu governo estava preparado para os apoiar por um preço, estas decisões governamentais estavam dependentes das necessidades financeiras, assim como já referimos o monarca vendia concessões de monopólios aos capitalistas com mais dinheiro, o que derrubaria o objectivo do governo ser a entidade que equilibra os monopólios e os preços praticados<sup>392</sup>.

A maioria do ressentimento contra Charles I surgiu da objecção a esta autocrática interferência ineficaz de Whitehall nos assuntos locais. A criação de monopólios pelo governo para sustentar as suas querelas com o Parlamento chegaram a ser cerca de 700 concessões<sup>393</sup>. O rei deixou de ter reino para governar e passou a governar o jogo de monopólios dos mercadores ingleses, os mercadores que não

---

<sup>390</sup> "Since all early seventeenth-century governments needed money, attempts were made to establish claims to royalties in the extractive industries, and to sell monopoly rights of new industrial processes." Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 28

<sup>391</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 29

<sup>392</sup> O próprio governo percebeu em 1616 que Londres não poderia ser alimentada se os distribuidores de lacticínios e dos produtos fossem processados como intermediários; e admitido em 1622 que os fabricantes estavam "perplexos e emaranhados" por a multidão e as contradições das leis em vigor. O direito de quebrar regulamentos foi colocado à venda como todos os outros. Em 1619, James I estabeleceu uma comissão para vender perdões para aqueles que haviam evitado as leis obsoletas de aprendizagem. Mesmo os selos do Alnager, que garantiam manutenção de padrões na produção de tecidos (selo de qualidade) foram vendidos publicamente em 1624. Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, pp. 31-33

<sup>393</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 33

estavam inseridos nestas redes estavam proibidos até mesmo de ancorar as suas cargas nos portos mais convenientes.

Em 1640, o lema dos panfletos era “No freeman of London”<sup>394</sup>. O benefício fiscal para a coroa de monopólios era considerável, mas não podia ser comparado com o prejuízo causado ao consumidor e à indústria pelo aumento dos preços. Todos os produtos são cobrados na alfândega e a receita trazida para o Tesouro; mas é o aumento do custo para os consumidores dos produtos monopolizados que afecta a população que deixa de adquirir produtos que outrora consumia.

Desde que os monopólios foram executados que deram origem a conflitos constitucionais. O Parlamento, a instituição representativa dos homens de propriedade, naturalmente favoreceu o livre comércio. Charles I desrespeitou os tribunais de direito comum, e transfere casos que afectam os monopólios para a Star Chamber, o que manipulava qualquer decisão tomada<sup>395</sup>. Na verdade, a venda dos monopólios foi um vício que as finanças reais rapidamente se habituaram. Havia, portanto, uma tripla objecção aos monopólios. Primeiro, eles limitavam a saída de produtos. Em segundo lugar, eles não alcançaram o objectivo social reivindicado: os padrões de produção não foram mantidos, os interesses dos consumidores e dos empregados não estavam protegidos, especuladores inseguros usavam privilégios políticos para enriquecer rapidamente. Em terceiro lugar, a economia ficou desequilibrada e a população perdeu poder de compra.

Tomemos por exemplo o projecto Cockayne<sup>396</sup>. Este parecia um esquema sensato, visando recapturar a posição dominante de Inglaterra como exportador de tecidos. No início do século XVII,  $\frac{3}{4}$  das exportações totais de Londres eram de tecido. Todas as grandes empresas, excepto a Companhia das Índias Orientais, exportavam

---

<sup>394</sup> “By the Statute Magna Charta it is enacted that no Freeman shall be taken, or imprisoned, or disseised of his Freehold, or of his Liberties or Free Customs or Outlawed, or Exiled, nor by any means destroyed; neither will we come upon him, or send him to Prison, but by lawful Judgment of his Peers, or by the Law of the Land.” Rushworth, John - The 'scire facias' against John Hampden, 1638. in *Historical Collections of Private Passages of State: Volume 3, 1639-40*. London: D Browne, 1721, pp. 159-218

<sup>395</sup> Alguns exemplos de julgamentos da Star Chamber estão indicados na obra de Rushworth, John - Historical Collections: 1632, in *Historical Collections of Private Passages of State: Volume 2, 1629-38* London: D Browne, 1721, pp. 139-188.

<sup>396</sup> “O «projecto de cockayne» para controlo das exportações de tecidos constitui uma tentativa de interferência do Estado nos processos de produção. O seu malogro produziu uma grave crise económica e provocou, em 1621, a primeira denúncia em grande escala de toda a política económica do Governo e a abdicação de Jaime I.” Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, p. 67

pano; mas de longe os maiores exportadores foram os Aventureiros Mercantes. Eles enviavam um pano inacabado para a Holanda, com vista a ser tingido e vestido para reexportação para a Alemanha e o Báltico. O tingimento foi o processo mais rentável na indústria. Parecia razoável insistir que todo o pano deve ser tingido e concluído na Inglaterra antes da exportação.

Em 1614 os privilégios dos “*Merchant Adventurers*” Aventureiros Mercantes foram retirados, e uma nova empresa, “*King’s Merchant Adventurers*” foi fundada e licenciada para exportar apenas panos vestidos<sup>397/398</sup>. Para James I, o objectivo era trazer todo o negócio de exportação de tecidos sob o controle real. Panos inacabados vieram principalmente das áreas rurais: as cidades preferiram comercializar seus tecidos já concluídos e tingidos. Então, o esquema tinha a vantagem adicional de enfraquecer as áreas do capitalismo mais livre e fortalecer as cidades. Mas o esquema foi um fracasso total. Cockayne estava mais interessado em ganhar uma parte de um monopólio rentável do que em estimular a indústria inglesa. Depois que as leis protecionistas holandesas entraram em vigor, além de se perder um comprador perdeu-se também o transporte para exportação directa para o Báltico.

Nem eles tinham o capital ou facilidades técnicas para realizar os processos de acabamento em casa em ou a escala necessária. Eles rapidamente tiveram que admitir a derrota e obter permissão para exportar pano não tingido. O fiasco de Cockayne foi uma das razões para críticas às políticas económica e externa do governo quando o Parlamento finalmente reuniu em 1621.

A agitação entre as classes mais baixas, levando às revoltas de 1628-31, responde em parte pela política mais activa do Estado e pela intervenção económica, o que intensificou o atrito entre governo e homens de propriedade. Mas um novo conflito viria a desenvolver-se, irremediavelmente, entre as duas últimas classes, uma vez que a expansão do capitalismo envolvia a dissolução das antigas relações agrárias e industriais e a transformação de pequenos patrões e de camponeses independentes em proletários.

A Revolução Inglesa antecipou em cerca de 150 anos o conjunto de movimentos históricos que costumam ser chamados de Revoluções Burguesas. Um grande número de

---

<sup>397</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, pp. 36-37

<sup>398</sup> House of Commons Journal Volume 1: 23 April 1624, in *Journal of the House of Commons: Volume 1, 1547-1629*. London: His Majesty's Stationery Office, 1802

camponeses expropriados começava a ameaçar a ordem estabelecida, a ponto de surgirem revoltas intermitentes. A política dos Stuart no sector rural foi um falhanço e ajudou a precipitar a Guerra Civil, conseqüentemente, aproximou os indivíduos voltados para o comércio de modo a formarem uma oposição coerente.

#### ***4.3 The war had begun in our streets before the King or Parliament had any armies<sup>399</sup>.***

Dois grupos emergiram da situação e incitaram o povo a uma Guerra Civil. Um dos grupos foi referido como os parlamentares ou *Roundheads*, e os outros como os monárquicos ou *Cavaliers*<sup>400/401</sup>. A população demonstrou-se receosa e o rei recusou todas as aberturas para negociação apresentadas pelo Parlamento.

Tanto o Parlamento quanto o rei procuraram assegurar fortalezas, arsenais e apoio popular. Em junho de 1642, o Parlamento enviou ao rei uma declaração reiterando as exigências da *Grand Remonstrance*, mas como as propostas representavam uma completa entrega da soberania da coroa ao Parlamento, o rei nem sequer as considerou como base para discussão. O Parlamento organizou o seu próprio exército e nomeou Robert Devereux, 3º conde de Essex, para liderá-lo. Em 22 de Agosto de 1642, Charles elevou as suas armas em Nottingham.

Além dos embates entre Rei e Parlamento, a situação da Inglaterra era agravada, porque o próprio Parlamento estava fragmentado. A unanimidade no seio do Parlamento tinha os seus dias contados. Para a maior parte da aristocracia e da pequena e média nobreza conservadora, a política dos Leaders na câmara dos comuns, e especialmente os seus apelos à opinião pública pareciam conduzir a um colapso da ordem social, o que fez com que gradualmente voltassem a apoiar o rei. A classe proprietária de terras

---

<sup>399</sup> Goldstone, Jack A. - *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. Berkeley: University of California Press, 1991, p. 136

<sup>400</sup> Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 85

<sup>401</sup> “And all and every Person and Persons, that shall be arrested, proceeded against, or otherwise molested or troubled, by Colour of the Commission of Array, or other Commission from His Majesty, for doing any Service to the Parliament, shall have Power, and are hereby authorized, to make Resistance, by Force or otherwise, as Cause shall require, and to call others, out of the said City or County, or elsewhere, to assist them. “ September 1642: Order for putting the City of Worcester in a Posture of Defence. in *Acts and Ordinances of the Interregnum, 1642-1660*. London: ed. C H Firth and R S Rait, 1911, pp. 30-31.

estava dividida, e muitos dos seus membros atemorizados pelos motins populares que os *enclosures* e as expropriações causavam no campo<sup>402</sup>.

As causas da Guerra Civil Inglesa e os motivos de lealdade das pessoas ainda são debatidas. Alguns estavam preocupados com a religião e as queixas constitucionais, enquanto outros com parentesco, nacionalismo e soberania. Embora os historiadores ainda discordem, um consenso entre muitos é que a religião era o principal factor e as queixas políticas e constitucionais secundárias. Vimos as reacções religiosas ao Regimento Pessoal de Charles I, às inovações de Laud, a reacção dos católicos na Irlanda a uma crescente retórica anticatólica no Parlamento e a divisão religiosa no Parlamento como os principais instigadores da inesperada e indesejada Guerra Civil. A questão de quem deveria ter o poder sobre a doutrina e a disciplina da Igreja era mais importante do que quem deveria ter controle sobre as forças armadas. Embora eventos legais e/ou políticos possam ter desencadeado a guerra, foram as motivações religiosas subjacentes produzidas durante décadas que causaram os conflitos.

Neste capítulo pretendemos reflectir sobre as contendas que se moveram para a guerra civil e explorar as razões para essa separação da população inglesa. A batalha eclode em 1642, mas os indícios da separação do reino começaram muito antes desta data como já demonstramos nos capítulos.

Em 1614 o mal-estar entre o Parlamento e o poder real era evidente, as forças políticas estavam estagnadas nas suas prerrogativas e nenhuma queria ceder. James I, no seu governo, consegue um feito diplomático relevante quando finda os confrontos com Espanha<sup>403</sup>. Esta paz e proximidade com Espanha foi vista de forma negativa pela população, quando foi posto em causa o casamento de Charles I com uma princesa católica a população condenou a união<sup>404</sup>. Além de todos estes percalços, Espanha

---

<sup>402</sup> Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p. 99-101

<sup>403</sup> “En virtud de este tratado, Inglaterra y España constituían una alianza ofensiva e defensiva frente a las Provincias Unidas, com la promesa de España de proporcionar a Inglaterra 100.000 escudos al mes mientras durara la guerra (...)” Elliott, John H. - *El Conde-Duque de Olivares*. Barcelona: Editorial Planeta, 2016, p. 453.

<sup>404</sup> “Entre tales tensiones, y com los tratados, poems y sermones ingleses sin dejar de clamar en contra del «enlace español», algunos embjadores extranjeros predijeron una rebelión en caso de que Carlos se trajera una noiva española.” Parker, Geoffrey - *El Siglo Maldito*. Barcelona: Planeta, 2013, p. 561

continuava a vigiar os movimentos ingleses através da imensa influência que tinha nos papistas<sup>405</sup>.

A oposição directa ao Parlamento era composta pelos Cavaliers e os Royalists. Tal como o nome prevê, eram os que apoiavam o rei devido à dependência das suas indústrias aos monopólios concedidos pela coroa. Houve Royalists e Roundheads que teriam preferido a neutralidade, e estavam mais preocupados em preservar seus próprios bens do que ser mártires por uma causa, seja a do rei ou a do Parlamento.

Dentro da Câmara dos Comuns existia um grupo de parlamentaristas que eram liderados por Pym e Hampden, que estavam determinados a exigir que o rei se rendesse ao domínio do Parlamento, a maioria das forças deste grupo não era no Parlamento, mas no exterior.

O poder que o rei continha nos seus territórios foi diminuindo, o apoio do Parlamento veio do sul e leste, zonas economicamente avançadas de Inglaterra, e o apoio do rei das áreas economicamente mais atrasadas do Norte e do Oeste. Em Yorkshire, Lancashire e Sussex, havia uma clara divisão entre as áreas industriais do Parlamento e as áreas agrícolas pertencentes aos *Royalists*.

Muitas cidades na área controlada pelo rei aliaram-se ao Parlamento: a defesa de Gloucester, Hull e Plymouth frustrou o avanço real de Londres em 1643. Mas apenas as cidades históricas como Oxford e Chester eram monárquicas. Fortalezas monárquicas eram casas aristocráticas como o Marquês de Winchester, Basing House, a Casa Lathom do Conde de Derby. O Castelo Raglan, do Conde de Worcester, foi a última fortaleza real a se render. Os portos eram principalmente para o Parlamento. Assim como a Marinha. A deserção da frota e dos portos significava que o rei não poderia terminar a guerra bloqueando o acesso a Londres ou através do auxílio estrangeiro apesar de ter tentado.

Para a Guerra Civil deparamo-nos com duas fracções os Cavalier/Royalists e os Roundhead, intitulados desta forma por não utilizarem o cabelo cumprido, que simbolizava as classes superiores, como podemos observar nos próprios líderes

---

<sup>405</sup> Durante toda a dinastia dos Stuart existiu sempre uma forte presença católica apesar de só representarem 5% da população, muitos eram figuras ilustres. Incluindo as esposas de James I e Charles I, diversos membros da Corte, como alguns extremistas. Parker, Geoffrey - El Siglo Maldito. Barcelona: Planeta, 2013, p. 557

parlamentares. As milícias dos bandos treinados em Londres foram as tropas parlamentares mais fiéis. Mais tarde, o cavaleiro da cavalaria voluntária passou a ser tão típico do lado parlamentar quanto o Marquês de "Whitecats" de Newcastle, seus inquilinos e empregados do outro, ou os dependentes católicos do conde de Worcester, que antes mesmo da guerra começar foi dito possuir armas para 2.000 homens. A duquesa de Newcastle escrevia "those parts of the kingdom which were populous, rich and rebellious"<sup>406</sup>.

As famílias mais antigas e com linhagens nobres (gentlemen) eram o partido mais afecto ao rei e na guerra tudo iriam fazer para o demonstrar. As pessoas sem qualquer título, roupa ilustre ou outras qualidades pertencentes às classes superiores, mas detentoras de grandes fortunas eram rapidamente aliadas ao lado parlamentar<sup>407</sup>.

Muitos dos relatos comportamentais entre as Câmaras servem para explicar porque tantos Cavaliers lutaram pelo rei, quando, mesmo em 1642, muitos, como o republicano Ludlow, esperavam que ele encontrasse pouco apoio.<sup>408</sup> A essa altura, muitas das classes proprietárias começavam a recuar em alarme. A ruptura não veio sobre questões religiosas, mas sobre a questão crucial do poder político e o controle das forças armadas. Um exército teve de ser levantado para suprimir a revolta irlandesa<sup>409</sup>.

Eles recusaram-se a confiar o comando do exército a Charles. Ele não iria entregá-lo ao Parlamento. Então eles lançaram um apelo à opinião pública através da *Grand Remonstrance*, uma declaração propagandista cuidadosamente preparada pela oposição contra Charles. Foi sobre a impressão causada pela da *Grand Remonstrance* que as espadas foram primeiramente desenhadas na Casa. Este apelo à opinião fora da nação política veio em um momento agourento. Em 1641-2 houve muitos tumultos

---

<sup>406</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 121

<sup>407</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 126

<sup>408</sup> Order for Habeas Corpus's to issue for Bastwick, Ludlow, and Rawlins, confined at York, for performing the Orders of both Houses."Whereas John Bastwicke, Robert Ludlowe, and Lieutenant Rawlins, have been lately employed in the Service of the Two Houses of Parliament, for the Execution and Performance of the Orders of those Houses, and, by Occasion thereof, have been arrested and imprisoned, and otherwise proceeded against as Malefactors; House of Lords Journal Volume 5: 11 August 1642', in *Journal of the House of Lords: Volume 5, 1642-1643*. London, 1767-1830, pp. 282-283.

<sup>409</sup> "O'Neill y otros rebeldes del Úlsterblandían «un pergamino o papel com un gran sello que, según él afirmaba, era una auutorización de Su Majestad el Rey para hacer lo que hizo» y esto convenció a muchos protestantes de que Carlos apoyaba a los católicos e incluso podría haber dado visto bueno a su rebelión." Parker, Geoffrey - *El Siglo Maldito*. Barcelona: Planeta, 2013, pp. 602

contra o cerco; houve recusas para pagar dízimos e aluguéis. Homens de média qualidade estavam se tornando politicamente ativos em Londres, tanto que poucos cavalheiros, especialmente os Cortesãos «Men of mean or a middle quality were becoming politically active in London, so much so that few gentlemen, especially courtiers . . . durst come into the City : or if they did they were sure to receive affronts. The gentry/ the vulgar were saying, have been our masters a long time, and now we may chance to master them.»<sup>410</sup>.

A abolição da *Star Chamber* e do Alto Comissariado, o colapso da censura e a impotência do governo permitiram que as seitas religiosas emergissem do subsolo. As suas discussões, não limitadas a assuntos puramente religiosos, atraíam grandes audiências. Para os conservadores, parecia que nada era para permanecer sagrado. Espíritos turbulentos, apoiados por pessoas rudes e tumultuadas, teriam a subversão total do governo do estado. Hyde defendeu o episcopado porque “(...) não podia conceber como o governo do estado poderia subsistir se o governo da igreja fosse alterado; a abolição do episcopado foi a remoção de um marco e o abalo dos próprios alicerces do governo”<sup>411</sup>.

Neste contexto, a determinação da maioria na Câmara dos Comuns de levar a discussão para fora da Câmara, para quebrar o tradicional sigilo dos debates e transformá-los num apelo deliberado ao povo, parecia uma traição negra e uma irresponsabilidade selvagem. Portanto, houve uma forte pressão por uma paz de compromisso.

Assim de forma resumida, temos uma revolução trazida pela tirania dos senhores feudais que estagnavam o reino com as suas políticas, uma burguesia que queria ascensão e espaço para enriquecer, uma população esmagada, um parlamento instável e um rei descontrolado. Do campo à cidade a população participou neste levantamento, aos *Roundheads* juntou-se a importante classe dos Yeomanr (pequenos, mas ricos agricultores) que incluíam um nome que modificou a história inglesa Oliver Cromwell. Com este nome uma República foi implantada e a cabeça de um rei decapitada.<sup>412</sup>

---

<sup>410</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 125

<sup>411</sup> Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966, p. 126

<sup>412</sup> Anexo XXIV - *The Execution of Charles I*



## Conclusão

Criar uma estrutura teórica que consiga um quadro articulado entre teoria e investigação, considerando um amplo leque de dinâmicas sociais – os movimentos sociais, as revoluções, os conflitos étnicos e religiosos, os conflitos industriais –, é o desejo, se não o sonho, de muitos teóricos, sejam eles historiadores ou sociólogos. Após a leitura de uma vasta bibliografia para aprofundar este estudo, deparámo-nos com uma constante: qualquer tipologia utilizada torna-se incompleta com a alteração das variáveis de cada caso. Seria utópico assumir que esta reflexão resultaria numa teoria final, capaz de se adaptar a todos os momentos revolucionários<sup>413</sup>.

Esta estrutura utópica teria de tratar os movimentos sociais através da reflexão das diversas disciplinas, e encontrar uma explicação padronizada que justificasse ou fundamentasse o aparecimento do movimento. Ao longo desta dissertação, foram visíveis as dificuldades em explorar todos os factores causais de cada movimento, o que nos conduziu à selecção por esferas. Estas esferas, agrupadas geograficamente, permitiram entender os motivos que impulsionaram o indivíduo ou grupo de indivíduos à contestação, manifestação ou revolta contra o regime vigente. Consoante cada esfera existe uma aproximação ao teórico que mais a laborou, com excepção da portuguesa, esta aproximação deve-se à escassez bibliográfica.<sup>414</sup>

O objectivo primordial desta dissertação seria desmistificar a diferenciação entre causas estruturais e causas não-estruturais. As causas estruturais claramente têm o seu poder de influência sobre a atitude dos grupos que levantam as contendas, como podemos observar no caso da Catalunha e Nápoles. Em ambos os casos é perceptível que as populações se encontram numa condição de desespero por escassez alimentar, mas é também claro que o principal motivo da sua contenda está relacionado com o facto de o poder executivo/administrativo se encontrar na posse de «estrangeiros». De forma muito superficial podemos avaliar que todas as manifestações de insatisfação têm

---

<sup>413</sup> Anexo XXV – Síntese de Conflitos.

<sup>414</sup>No caso catalão e napolitano dominam as obras de John H. Elliott e Rosario Villari, muitas obras referentes as estas revoltas não estão traduzidas, o italiano e o catalão por vezes dificultaram a interpretação de estudos e documentos. Em relação ao caso Inglês, é possível acedermos a diversas obras gerais, mas existe uma aproximação ao pensamento de Barrington Moore Jr. que consegue uma reflexão sólida dos movimentos sociais ingleses.

dois factores principais comuns: a necessidade de envolver as populações, independentemente dos grupos sociais; e a criação de um *momentum*.

A opção dos três movimentos sociais sob a alçada dos Habsburgo levou-nos a compreender a diferenciação entre as alterações ocorridas sob o mesmo domínio; ou seja, apesar de o governo ser o mesmo, as populações tiveram reacções e conjunturas específicas. A quarta escolha, a revolução inglesa, demonstrou uma realidade com fundamentos diferentes, mas, no fundo, e se colocarmos as causas-estruturais de parte, com os mesmos princípios – Liberdade, Independência, Autonomia, Mudança. Estes são os princípios pelos quais todos os heróis defendem e apelam, sejam eles os Conjurados ou Masaniello.

Estes momentos são todos criados com o acumular de situações como as que enunciámos anteriormente. Claramente que movimentos sociais como os que tratamos nesta dissertação ainda dependem de outros factores sem ser o do momento, factores estes como a possibilidade de contágio, a busca identitária, as superstições ou movimento dos grupos sociais que se vão alterando conforme os benefícios que são oferecidos. Esta é uma busca infinita de diversos teóricos para compreender as origens do poder dos movimentos e da motivação dos activistas. Estas teorias e modelos não pretendem prever o futuro da história através da limitação das variáveis, mas pretendem compreender as acções sociais e ter respostas próximas às diversas perguntas de Mills.<sup>415</sup>

De forma concreta, esta dissertação visa iniciar uma investigação que poderá contribuir para o desenvolvimento das teorias de padronização de movimentos sociais, mais concretamente na subdisciplina que trabalha as revoltas e revoluções, alinhando as suas causas e os seus resultados. As revoltas são processos complexos, compostos por inúmeros intervenientes, por inúmeras causas, fundamentos; que será utópico pensarmos que é possível investigar todos os movimentos sociais.

Além de categorizarmos os movimentos, uma possibilidade talvez distante, calculamos a possibilidade do momento que poderá desenvolver um movimento social. No entanto, para esta possibilidade ser calculada, seria necessário adaptar a teoria física

---

<sup>415</sup>Sob que condições querem os homens ser livres e capazes de agir livremente? Sob que condições estão dispostos e aptos a carregar o fardo que a liberdade sempre traz consigo e a encará-lo menos como um fardo do que como autotransformações alegremente assumidas?<sup>415</sup> Mills, Charles Wright - *The Sociological Imagination*. New York: Oxford University Press, 2000, p. 174-175

de *momentum* ao movimento social e, por sua vez, encontrar um valor de força de cada factor que irá impulsionar a criação desse momento<sup>416</sup>.

O comportamento humano é demasiado instável para ser compreendido através da matemática. Todos os factores improváveis que aparecem no momento, por exemplo no caso da revolta da Catalunha e no assassinato do Conde de Santa Coloma, são considerados um impulsor da atitude de contestação catalã. Outra das possibilidades de calcular a intervenção colectiva seria através dos cálculos de Olson sobre as atitudes colectivas<sup>417</sup>.

Através deste estudo podemos perceber a equação de Mancur Olson sobre a problemática de cálculo da acção colectiva, mas novamente realçamos que existem acontecimentos que tornam as diversas situações imprevisíveis. Ou seja, podemos afirmar que o *momentum* é criado através do acumular de diversas causalidades: causa de origem estrutural e não-estrutural, decisões de ordem social inaceitáveis [defenestrar, assassinatos, incêndios, etc] ou por existir grupos fraccionários declarados<sup>418</sup>.

As revoltas que tratamos dependem visivelmente da criação de uma abertura que possibilite o levantamento das forças reivindicativas, como podemos ilustrar através do momento da Restauração de Portugal e a Sublevação dos Segadores, o *Momentum* escolhido pelos Conjurados para se deslocarem a Lisboa e conseguirem entrar no Paço. Se as tropas espanholas e Olivares não estivessem focados em acabar com as convulsões catalãs, possivelmente Portugal seria hoje uma região espanhola e a Catalunha um Estado independente ou francês.

A tentativa de agrupar e categorizar foi também uma das soluções para tentar homogeneizar os diversos processos sociais através de tipologias mistas como rebeliões agrárias, rebeliões urbanas, rebeliões provinciais, guerras civis, revoluções nacionais, rebelião regional, entre outras<sup>419</sup>. Estas categorizações pecam pelo exagero no

---

<sup>416</sup> Para compreender os movimentos não era preciso fazer a psicanálise dos participantes, mas antes que se explicassem os modos como o surgimento e evolução de um dado movimento estavam relacionados com as oportunidades, as ameaças e os recursos disponíveis para atingir os respectivos fins.

<sup>417</sup> Cálculos de Olson:  $Gi(r) = vi[P(R + r) - P(R)] + I - Ci(r)$ .

<sup>418</sup> É possível identificar nos diversos casos estudados um grupo protestativo constante, a “nobreza de segunda fila” que foi marginalizada ou alienada dos centros de poder (segundos filhos; extinção da corte portuguesa; falência devido às novas forças políticas) Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Urgoiti Editores, 2012, pp. 56-60

<sup>419</sup> Mello e Souza, Laura – Notas sobre as Revoltas e as Revoluções da Europa Moderna. *Revista de História*, São Paulo: FFLCH-USP, N°135 (1996), p. 13

generalismo e na uniformidade dos movimentos, o que resulta de os mesmos serem a origem das revoluções do final do século XVIII.

A nova perspectiva de movimentos sociais ficou mais clara através da análise dos modos como os participantes se achavam inseridos nas comunidades e redes, do que com base no pressuposto de que se tratavam de indivíduos desenraizados ou socialmente alienados. Em vez de ver os movimentos como forças irracionais ou destrutivas, seira mais fiel à verdade histórica reconhecer o seu papel construtivo no modelar das sociedades modernas. A contribuição teórico-metodológica de Max Weber para a sociologia histórica é comparável com a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, a corrente interpretativa de Reinhard Bendix ou a corrente macro-estruturalista de Theda Skocpol.

No início desta análise referimos por diversas vezes o trabalho de Theda Skocpol e a construção do modelo Triângulo da História Comparativa [The Triangle of Comparative History] que foi um dos trabalhos inovadores da sociologia histórica:

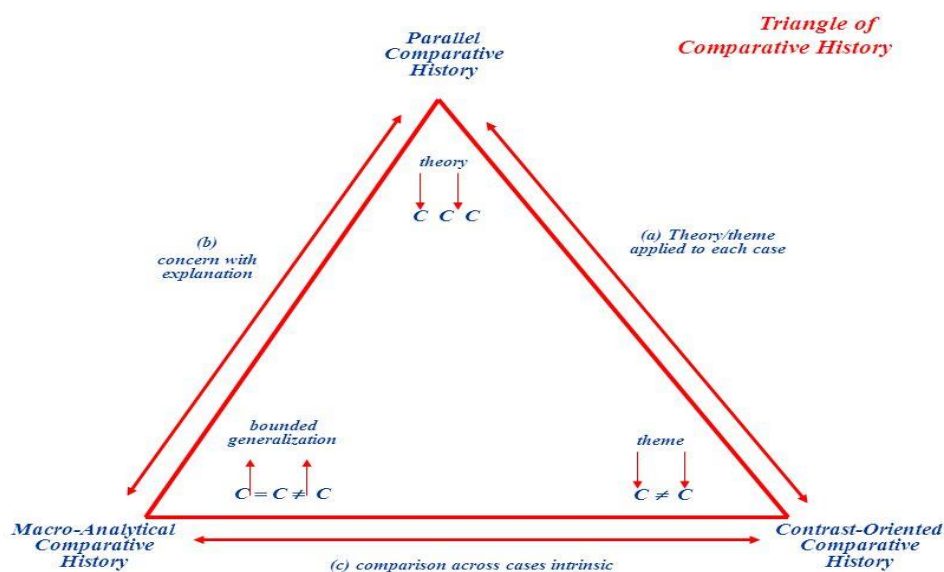


Figura 1. Modelo Triangular de Theda Skocpol<sup>420</sup>

O modelo de Skocpol, que divide a sociologia histórica em três abordagens teórico-metodológicas distintas, é baseado na distinção ideográfico-nomotética. Argumenta que por meio da comparação, através do uso de tipos ideais e de ‘universos

<sup>420</sup> Fonte: Skocpol, Theda; Somers, Margaret - The Uses of History in Macrosocial Inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, n. 22, (1980), p. 188

sociológicos', é possível realçar a diferença entre os casos, sem que haja pretensão de testar uma teoria mais geral ou induzir a formulação de teorias mais ou menos restritas<sup>421</sup>. O objectivo aqui é, de acordo com a interpretação de Skocpol, comparar casos históricos e construir generalizações teóricas limitadas [*bounded generalizations*]<sup>422</sup>.

Tendo em consideração a reflexão feita neste estudo, podemos notar que existem questões a ser levantadas no esquema triangular criado por Skocpol. A primeira questão está relacionada com a ausência das teorias interpretativas que dependem dos agentes sociais. As teorias que se focam nos agentes sociais têm uma importante contribuição para a sociologia histórica, porque procuram analisar os diferentes sentidos atribuídos aos símbolos pelos actores sociais em processos de transição de sociedades.

Além dos agentes sociais, a autora também afasta a possibilidade de teorias voluntaristas e teorias dependentes da escolha racional. Ou seja, Skocpol limita a sua teoria através de um restrito eixo ideográfico-nomotético, o que torna este modelo extremamente selectivo. Devido aos quatro casos estudados podemos igualar a importâncias dos agentes sociais e ideológicos às teorias de Skocpol; para tal seria necessário acrescentarmos outras dimensões ao triângulo sugerido pela autora.

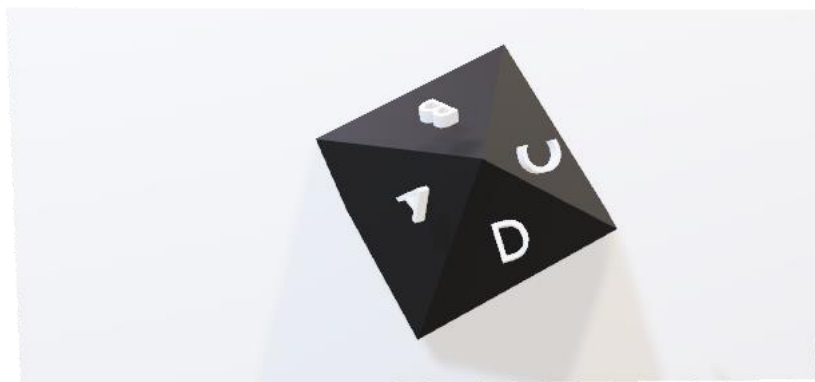
Ao introduzirmos a dicotomia agente-estrutura, ideologia-identidade, acrescentamos uma visão que poderá acolher várias abordagens na sociologia histórica. Introduzimos autores que focam a sua análise na interpretação da acção dos agentes, símbolos, cultura, mentalidade, religião, factores de contágio, etc <sup>423</sup>. Desta forma podemos idealizar um esquema triangular composto por diversas dimensões:

---

<sup>421</sup> Skocpol, Theda; Somers, Margaret - The Uses of History in Macrosocial Inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, n. 22, (1980), pp. 178-181

<sup>422</sup> Skocpol, Theda; Somers, Margaret - The Uses of History in Macrosocial Inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, n. 22, (1980), pp. 181-87

<sup>423</sup> Chartier, Roger - *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1990, pp. 199-201



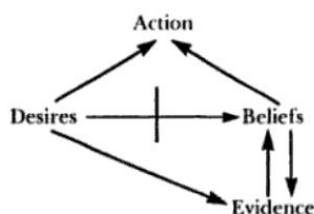
Ao utilizarmos um triângulo com três dimensões podemos contribuir para o desenvolvimento da teoria da autora, expandido o esquema selectivo e devolvendo às dimensões não-estruturais a sua merecida importância. Qual a importância do desenvolvimento deste campo teórico? Segundo a concepção cumulativa de ciência, os novos modelos/tipologias, para terem razão de existir, devem acrescentar algo aos anteriores.

As revoltas do século XVII não deixaram de ter o seu carácter estrutural, baseadas em noções de direito comunitário e em costumes profundamente enraizados, regularmente dirigidas contra os impostos e contra os agentes fiscais do Estado. Mas no caso das revoltas contra os Habsburgo a população não se revoltou contra a figura do monarca, porque o rei era o defensor dos direitos tradicionais e imemoriais. Aqui podemos denotar mais uma questão que Skocpol isolou: a acção racional<sup>424</sup>. Ao basearem-se numa teoria da acção, mostram a ligação entre agentes racionalmente orientados e os constrangimentos estruturais.

No processo da separação de contendias, os agentes sociais defrontaram-se com diversos percursos, influências, momentos, ideias e teorias. As teorias da escolha

---

424



“Rational action, then involves three optimizing operations: finding the best action, for given beliefs and desires; forming the bestgrounded belief, for given evidence; and collecting the right amount of evidence, for given desires and prior beliefs.” Elster, Jon - *Solomonic Judgements: Studies in the Limitation of Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 4

racionais mostram que as escolhas feitas por determinadas estruturas de oportunidades provocam a configuração de novas oportunidades que, por sua vez, conformarão os desejos dos indivíduos num momento seguinte, e assim por diante. Ou seja, as causalidades atribuídas às estruturas sociais por correntes da sociologia histórica ganham uma nova dimensão, porque tem-se uma melhor resposta acerca de como elas actuam sobre os indivíduos e estes sobre aquelas.

Ainda acrescentamos que os teóricos da escolha racional partem de uma teoria delineada que servirá para a criação de hipóteses de trabalho, que serão testadas no decorrer da análise. Com a intervenção dos agentes racionais que procuram maximizar os seus interesses, os teóricos da escolha racional ou ideal que trabalham no âmbito da sociologia histórica não encontram lugar no modelo de Skocpol.

O método utilizado para a construção deste estudo deriva da identificação de um mecanismo causal, que alegadamente seja invariável, para então construir uma teoria sobre esta base. Podemos ver que a abordagem macro-causal cobre um largo espectro, englobando desde o próprio trabalho de Skocpol, o qual objectiva generalizações limitadas, passando pelo trabalho de Jeffrey Paige (1975) que procura explicar certo número de casos, até, no outro extremo, o trabalho de alguém como Crane Brinton (1965) que constrói uma teoria que, pretensamente, se aplica literalmente a todas as revoluções. Outros que podem ser situados entre os dois extremos são Tilly (1981), Gurr (1970), Davies (1962), Goldstone (1982) e Trimberger (1978). Apesar de diferirem amplamente em relação à teoria que adoptam, todos têm em comum um compromisso com o que descrevemos como abordagem nomotética: a crença em que a generalização é o objectivo da explicação sociológica. Podemos precisar que todos os estudos possuem variáveis constantes, com excepções que caracterizam cada um dos movimentos. Para resumir esta afirmação, utilizamos o método comparativo de Skocpol com extensão dimensional seguindo os métodos comparativos de Mills<sup>425</sup>:

---

<sup>425</sup> O método comparativo estabelece regras que devem ser seguidas no isolamento de relacionamentos causais através da comparação de certo número de eventos similares. Há dois procedimentos básicos no método comparativo de Mills: o primeiro é o Método da Concordância e o segundo é o Método da Diferença. As revoluções parecem ser eventos similares que têm se repetido várias vezes no curso da história. Basta dizer que Skocpol rejeita as teorias voluntaristas da revolução, incluindo aí o marxismo. Nenhuma revolução social bem-sucedida foi “feita por um movimento revolucionário” Skocpol, Theda - *Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa: Presença, 1985, p. 17

Tabela 7- Utilização do Método Comparativo Por Theda Skocpol

Método Comparativo	Países	Variáveis		Revolução
		Crise do Governo	Rebelião Camponesa	
Da Concordância	Portugal	Sim	Sim	Sim
	Catalunha	Sim	Sim	Sim
	Nápoles	Sim	Sim <sup>426</sup>	Sim
Da Diferença	Inglaterra	Não <sup>427</sup>	Não	Não

A vantagem óbvia deste método é a sua aproximação às ciências naturais. Skocpol assegura não ter somente identificado um relacionamento causal, mas elaborado também uma teoria que explica três importantes eventos empíricos. Naturalmente, argumenta que o método comparativo se aplica «somente a um número limitado de casos»<sup>428</sup>. No entanto, não há nada nesta metodologia, tal como especificado por Skocpol, que a previna de ser usada para se verificar a validade de uma teoria em um grande número de casos. O grande apelo da teoria de Skocpol está na sua causalidade limitada a poucas variáveis, pois pretendeu explicar eventos históricos em termos de duas causas – crise de governo e rebelião camponesa.

Assim, propomos uma nova reflexão que consiga incluir todas as tradições analisadas por aquela autora, capaz de englobar a sociologia histórica estruturalista em todas as suas variações, e, ao mesmo tempo, expandir a análise causal não-estrutural considerando a importância da ação do agente social, das mentalidades, cultura, religião, simbolismos, etc. Consideramos que nesta reflexão estamos a trabalhar 4 movimentos distintos, mas com diversos paralelismos, como a mentalidade, cultura, proximidade geográfica e poder administrativo. Para ser possível construir um modelo

<sup>426</sup> Skocpol enfatiza que a revolta camponesa na China não era autónoma. No entanto, a Revolução dependia da rebelião rural liderada por uma elite urbana.

<sup>427</sup> A Inglaterra experimentou uma crise parlamentar, mas não uma quebra da máquina administrativa, a qual era descentralizada.

<sup>428</sup> Skocpol, Theda; Somers, Margaret - *The Uses of History in Macrosocial Inquiry. Comparative Studies in Society and History*, n. 22, (1980), p. 193



teórico adaptável às diversas revoluções, seria necessário expandir estes limites, sejam eles geográficos ou temporais.

Desta forma, recusamos reduzir este modelo às perspectivas ideográficas-nomotéticas através da introdução de diversos eixos complementares que consigam construir um modelo para facilitar a compreensão de movimentos sociais complexos como são as revoluções.

## **Bibliografia**

- Agustín, Francisco de S. - *Philippica Portuguesa contra la Invectiva Castellana*. Lisboa Oficina de Antonio Alvarez, 1645
- Almeida, Gregório de - *Restauração de Portugal Prodigiosa*, Lisboa, 1643
- Alonso-Muñumer, Isabel Enciso - Revolts and Riots in Naples. The Historiography about the 1647-1648 Crises. *Studia Historica: Historia Moderna*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 26, (2004)
- Álvarez, Fernando Bouza - *Portugal no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000
- Araujo, João Salgado de - *Marte portugues contra emulaciones castellanas; o justificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla: en quatro certâmenes*. Lisboa: Officina de Lourenço de Anberes, 1642
- Braudel, Fernand - *O Modelo Italiano*. Lisboa: Teorema, 1997
- Brinton, Crane - *The anatomy of Revolution*. Nova Iorque: Vintage Books, 1965
- Cal, Enric Ucelay-Da - *Breve historia del separatismo catalán*. Barcelona: Ediciones B, 2018
- Canabrava, Alice Piffer - *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*, 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984
- Capasso, Bartolomeu- *Masaniello*, Napoles: Arturo Berisio Editore, 1980,
- Cárcel, Ricardo García - La revolución catalana: algunos problemas historiográficos. *Manuscrits: Revista d'história moderna*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, N° 9, (1991)
- Chartier, Roger - *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, 1990
- Cortesão, Jaime- *A geografia e a economia da Restauração*, Lisboa, 1940
- Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Münch Miranda, Susana - *História Económica de Portugal, 1143–2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011

- Costa, Leonor F., Cunha, Mafalda S. da - *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006
- Cunha, Mafalda Soares da - *A Casa de Bragança: 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000, p. 435
- Cunha, Mafalda S. da; Cardim, Pedro - A ausência do rei. Reacções ao processo de periferização na Galiza e em Portugal. In *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII): Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica* Porto: Fronteira do Caos, 2003
- Curto, Diogo Ramada - *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Projecto Universidade Aberta, 1988
- Curto, Diogo Ramada - *História Política da Cultura Escrita*. Lisboa: Verbo, 2015
- Efimov; Galkin; Zubok; - *As Revoluções Burguesas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974
- Elliott, John H. - *Catalanes & Escoceses. Unión y discordia*. Madrid: Taurus, 2018
- Elliott, John H. - *El Conde-Duque de Olivares*. Barcelona: Editorial Planeta, 2016
- Elliott, John H. - *España en Europa: Estudio de Historia Comparada*. Universitat de València: València, 2002
- Elliott, John H.- *La rebellion de los Catalanes*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1982
- Elliott, J. H. [et al.], *Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna : cinco estudios sobre sus precondiciones y precipitantes*. Madrid: Alianza, 1975.
- Elliott, John. H. - *Richelieu y Olivares*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002
- Elliott, John H.; Peña, José; Negro, Fernando - *Memoriales y Cartas del Conde Duque de Olivares*, Madrid: Marcial Pons, 2013
- Elster, Jon - *Solomonic Judgements: Studies in the Limitation of Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989
- Eisenstadt, S. N. - *As Grandes Revoluções e as Civilizações da Modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2011

- Espada, Arcadi - *Contra Catalunya*. Madrid: Ariel, 1997
- Ericeira, conde da (Luís de Meneses) - *História de Portugal Restaurado*. Introdução e notas de Álvaro Dória. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945, vols. I e II
- Faria, João André de Araújo, *A Restauração de Portugal Prodigiosa, 1640-1668. Dissertação de Mestrado em História*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010
- Fraga, Joana - *Three Revolts in Images: Catalonia, Portugal and Naples (1640-1647)*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història, 2013
- Fraga, Joana - Revoltas da monarquia hispânica (1640-1647) no contexto europeu: ecos e contágios. *Revista 7 Mares*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, nº5, (2014)
- Gaunt, Peter - The causes and origins of the English civil wars. In *The English Civil Wars, 1642-1651*. Oxford: Osprey Publishing, 2003
- Godinho, Vitorino M. - *Ensaio, T.II: Sobre História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968
- Godinho, Vitorino M. - *Ensaio, T.III: Sobre História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968
- Goldstone, Jack - *História global da ascensão do Ocidente: 1500-1850*. Lisboa: Edições 70, 2010
- Goldstone, Jack - *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. Berkeley: University of California Press, 1991
- Hasted, Edward - General history: The weald. in *The History and Topographical Survey of the County of Kent: Volume 1*. Canterbury: W Bristow, 1797
- Hespanha, António - O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, Nº 2, (1989)
- Hespanha, António - Revoltas e Revoluções: a resistência das elites provinciais. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XXVIII, Nº 120, (1993)

- *Historia de Cataluna y de la Corona de Aragón*. Barcelona: Librería de Salvador Manero, 1850-1863, t. IV
- Hill, Christopher - *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Editorial Presença, 1977
- Hill, Christopher - *The Century of Revolution 1603–1714*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1966
- Hobsbawm, E. J. - *La crisis general de la economía europea en el siglo XVIII*. In *En torno a las orígenes de la revolución industrial*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971
- Kamen, Henry – *Cambio cultural en la sociedad del Siglo de Oro: Cataluña y Castilla, siglos XVI-XVI*, Siglo XXI, Madrid, 1998
- Kamrava, Mehran - *Revolution Revisited: The Structuralist-Voluntarist Debate*. Canadian Journal of Political Science. Vol. 32 (1999)
- Leão, Duarte Nunez do - *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Officina de Ioge Rodriguez, 1610
- Lenine, V.I., *O Estado e a Revolução*. Campinas: Unicamp, 2011
- Lobo, Francisco Rodrigues - *Côrte na aldeia e noites de inverno*. Lisboa: Comp. Nacional Ed., 1890
- Lobo, Roque F. - *História da feliz aclamação do senhor rei D.João o IV*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1803
- Magalhães, Joaquim Romero - *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993
- Matthews, John Hobson, ed. - *Star Chamber Proceedings: Introduction in Cardiff Records: Volume I*. Cardiff: Cardiff Records Committee, 1898
- Marques, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, Lisboa: Palas editores, 1984, vol. II
- Marques, A.H. de Oliveira; Dias, João José Alves - *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Portugêses*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003
- Marques, J. F. - *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668*. Porto: INIC, 1989, Vol. 2

- Melendez, Santiago de Luxan - A colônia portuguesa de Sevilha. Uma ameaça entre a Restauração portuguesa e a conjura de Medina Sidónia? *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993, N° 9/10
- Mills, Charles Wright - *The Sociological Imagination*. New York: Oxford University Press, 2000
- Monteiro, Nuno G. - Os concelhos e as comunidades, in Mattoso, José - *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998
- Moore Jr, Barrington - *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975
- Muchembled, Robert - *Uma História da Violência: do final da idade media aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2014
- Musi, Aurelio - *La rivolta di Masaniello nella scena politica barocca*. Napoli: Guida Editori, 2002
- Oliveira, Aurélio de - Economia e Conjuntura Agrícola no Portugal de Seiscentos. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos, nº3, (1989)
- Olival, Fernanda - *Filipe II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011
- Oliveira, Aurélio de - *D. Filipe III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005
- Parker, Geoffrey - *El Siglo Maldito*. Barcelona: Planeta, 2013
- Parker, Geoffrey - The Stuart Monarchy: The Path to Civil War, 1603–42. In *Global Crisis: War, Climate and Catastrophe in the Seventeenth Century*. New Haven: Yale University Press, 2013
- Parker, Noel - *As Revoluções e a História*. Lisboa: Temas e Debates, 2001
- Procacci, Giuliano - *Histoire des Italiens*. Paris: Fayard, 1998
- Pidal, Ramón Menéndez - *Historia de España-La España de Felipe IV*, Madrid: Espasa-Calpe, 1982, vol. XXV

- Pestana, Manuel Inácio - *A Casa de Bragança: Um Sereníssimo Estado dentro de um Estado in Revista de História, vol.VIII*. Porto: Instituto nacional de Investigação Científica, 1988
- Puig, Eva Serra i (coord.) - *Els llibres de l'ànima de la Disputació del General de Catalunya (1493-1714)*, vol. I. Barcelona: Institut d' Estudis Catalans, 2015
- Puig, Eva Serra i - *La Revolució Catalana de 1640*. Barcelona: Crítica, 1991
- Ramos, Rui; Vasconcelos e Sousa, Bernardo; Gonçalo Monteiro, Nuno - *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009
- Real, Miguel - *Nova Teoria do Sebastianismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2014,
- Reis Torgal, Luís - *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração, Vol. I*. Coimbra: BGUC, 1981
- Reglà, Joan - *Bandoleros, piratas y hugonotes*. Pamplona: Urgoiti Editores, 2012
- Ribeiro, João Pinto - *A acção de acclamar a el-rey Dom João o IV: foy mais gloriosa, & mais digna de honra, fama, & remuneração, que a dos que o seguiraõ aclamado*. Lisboa: Oficina de Paulo Craesbeeck, 1644
- Royo, José Antonio Mateos - *Poderes municipales y contribuciones de guerra el Concejo de Daroca y la secesión de Cataluña (1640-1652)'' in Albadalejo, Pablo Fernández - Monarquía, Imperio y Pueblos en la España Moderna*. Alicante: Universidad de Alicante- Servicio de publicaciones, 1998
- Rushworth, John - *Historical Collections: The impeachment of Buckingham (1626)*, in *Historical Collections of Private Passages of State: Volume 1, 1618-29*. London: D Browne, 1721
- Rushworth, John - *Historical Collections: The trial of William Laud*, in *Historical Collections of Private Passages of State: Volume 3, 1639-40*. London, 1721
- Rushworth, John - *The 'scire facias' against John Hampden, 1638*. in *Historical Collections of Private Passages of State: Volume 3, 1639-40*. London: D Browne, 1721
- Rushworth, John - *The trial of Strafford: The first day*, in *Historical Collections of Private Passages of State: Volume 8, 1640-41*. London: D Browne, 1721

- Santo, Gabriel Espírito - *Grandes Batalhas de Portugal: Restauração*. Lisboa: Verso da História, 2007
- Schaub, Jean-Frédéric - *Portugal na Monarquia Hispânica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001
- Sewel, William - *Ideologies and Revolutions*. In Skocpol, Theda - *Social Revolutions in the Modern World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995
- Serrano, Joana Bouza - *A Duquesa de Mântua*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2016
- Serrão, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Lisboa: Verbo, 1979, Vol IV
- Serrão, Joaquim Veríssimo - *O tempo dos filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa: Colibri, 2014
- Simms, Brendan - *Europa: A luta pela supremacia*. Lisboa: Edições 70, 2015
- Skocpol, Theda - *Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa: Presença, 1985
- Skocpol, Theda - *Social Revolutions in the Modern World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995
- Skocpol, Theda - *States and Social Revolutions*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1979
- Skocpol, Theda; Somers, Margaret - The Uses of History in Macrosocial Inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, n. 22, (1980)
- Souza, Laura Mello e – Notas sobre as Revoltas e as Revoluções da europa Moderna. *Revista de História*, São Paulo: FFLCH-USP, Nº135 (1996)
- Tarrés, A. Simón - La revuelta catalana de 1640. Notas para un estado historiográfico. *Anal d 'Estudis Gironins*. Vol. XXV, Nº 2, (1980 – 1981)
- Terricabras, Ignasi Fernández - El virrey en la procesión, in Cardim, Pedro; Palos, Joan-Lluís - *El mundo de los virreyes en las monarquias de España y Portugal*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2012
- Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996



- Torgal, Luis - Acerca do Significado Sociopolítico da «Revolução de 1640». *Revista da História das Ideias Coimbra*. Vol.5, (1984)
- Torgal, Luis Reis - *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração, Vol. I*. Coimbra: BGUC, 1981
- Torgal, Luís - A Restauração: Breves reflexões sobre a sua historiografia. *Revista de História das Ideias*. Vol.1, (1977)
- Valdeón, Julio; Pérez, Joseph; Juliá, Santos - *História de Espanha*. Lisboa: Edições 70
- Vilar, Pierre - *Cataluña en la España Moderna: El medio natural y el medio histórico*. Barcelona: Editorial Crítica, 2018, Vol. I
- Villari, Rosario - *La revuelta antiespañola en Ñapóles. Los orígenes (1585-1647)* Madrid: Alianza Editorial, 1979
- Villari, Rosario - *Rebeldes y Reformadores del Siglo XVI al XVIII*. Barcelona: Serbal, 1981
- Vives, J. Vicens I - *Història de Catalunya*, vol. V. Barcelona: Cups Editorial, 1979
- Zubiburu, Ferran Soldevila i - *Història de Catalunya*, 3 vol. Barcelona, 1962/3
- Zagorin, Perez - *Revueltas y Revoluciones en la Edad Moderna*. Madrid: Cátedra, 1985

## **Anexos**

## Anexo I- Situações Revolucionárias à escala mundial

**Bibliografia:** Parker, Geoffrey - El siglo Maldito. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 19

### Principales revueltas y revoluciones, 1635-1666

Europa		América	
1636	Revuelta de los croquants(Périgord);Revuelta en Baja Austria	1637	Guerra Pequot
1637	Revuelta de los cosacos (hasta 1638); <b>Revolución escocesa (hasta 1651)</b> ;Revuelta de Évora y S. Portugal (hasta 1638)	1641	Revuelta en México (hasta 1642); <b>El Brasil português se rebela contra España</b>
1639	Revuelta de los nu-pieds (Normandía)	1642	Las colonias inglesas en América intervienen en la guerra civil
1640	<b>Revuelta Catalana (hasta 1659); Portugal se rebela (hasta1668)</b>	1645	<b>Colonos portugueses en Brasil se rebelan contra los holandeses (hasta 1654)</b>
1641	Rebelión irlandesa (hasta 1653); Andalucía: conspiración de Medina Sidonia	1660	«Restauración» en las colonias inglesas
1642	<b>Guerra civil inglesa ( hasta 1660)</b>	1666	Revuelta de Laicacota (Perú)
1647	<b>Revuelta de Nápoles (hasta 1648); Revuelta de Sicilia</b>	<b>Asia y África</b>	
1648	Francia: revuelta de la Fronda (hasta 1653);Russia: Mόscu y otras ciudades se rebelan (hasta 1649); <b>Revuelta de Ucrania contra Polonia (hasta 1668); Estambul: regicídio otomano</b>	1635	Revueltas populares se extienden desde el noroeste de China al valle del Yangtsé(hasta 1645)
1649	<b>Londres: regicídio británico</b>	1637	Revuelta en Shimabara (hasta 1638)
1650	<b>Cambio de régimen holandês (hasta 1672)</b>	1639	Revuelta china (sangleyes) en Manila
1651	Burdeos: revuelta de l'Ormée (hasta 1653); <b>Disturbios en Estambul</b>	1641	<b>Revuelta portuguesa en Mombasa, Mozambique, Goa y Ceilán contra España</b>
1652	Revueltas del Pedón Verde en Andalucía	1643	<b>Li Zicheng proclama la era Shun en Xi'na</b>
1653	Revolución suiza	1644	<b>Li Zicheng toma Pekín y acaba con la dinastía Ming; Qing captura Pekín y ocupa la Llanura Central</b>
1656	Disturbios en Estambul	1645	<b>Qing invade el sur de China; resistencia «Ming del Sur»(hasta 1662 en el sur de China; hasta 1683 en Taiwán)</b>
1660	<b>La «revolución danesa»; «Restauración» en Inglaterra, Escocia e Irlanda</b>	1651	Conspiración Yui en Tokio
1662	Rebelión en Moscú	1652	Colombo se rebela contra Portugal
		1653	Goa se rebela contra Portugal
<i>Los acontecimientos en negrita provocaron un cambio de régimen</i>		1657	Anatolia: revuelta de Abaza Hasan Pasha (hasta 1659)
		1658	<b>Guerra Civil mogola (hasta 1662)</b>
		1665	<b>Caída del reino del Congo; Sabbatai Zevi es proclamado Mesíasen Izmir</b>

**Anexo II-** Anos em que ocorreram situação revolucionárias,1492-1992.

<b>Período</b>	<b>Países Baixos</b>	<b>Península Ibérica</b>	<b>Balcãs e Hungria</b>	<b>Ilhas Britânicas</b>	<b>França</b>	<b>Rússia</b>	<b>Total</b>
<b>1492-1541</b>	23	9	9	19	0	1	61
<b>1542-1591</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>28</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>90</b>
<b>1592-1641</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>26</b>	<b>22</b>	<b>94</b>
<b>1642-1691</b>	<b>2</b>	<b>27</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>121</b>
<b>1692-1741</b>	1	14	19	3	5	10	52
<b>1742-1791</b>	9	2	3	2	5	12	33
<b>1791-1841</b>	8	36	34	6	10	4	98
<b>1842-1891</b>	0	22	21	0	4	2	49
<b>1892-1941</b>	0	36	16	6	0	7	65
<b>1942-1991</b>	0	2	15	23	2	2	44
<b>Total</b>	88	157	157	120	99	86	707

**Bibliografia:** Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias*. 1492-1992. Lisboa: Presença, 1996, p.290

**Anexo III-**Categories and explanatory variable clusters in Barrington Moore's *Social Origins of Dictatorship and Democracy*.

	<b>Route One "Bourgeois Revolution"</b>		<b>Route Two "Reactionary Capitalism"</b>	<b>Route Three "Communism"</b>
<b>Common Starting Point</b>	Agrarian bureaucracy		Agrarian bureaucracy	Agrarian bureaucracy
<b>Key Causal Variables:</b>				
<b>Bourgeois Impulse</b>	<b>Strong</b>	<b>Strong</b>	<b>Medium</b>	<b>Weak</b>
<b>Mode of Agrarian Develop.</b>	<b>Market</b>	<b>Labor-repressive</b>	<b>Labor repressive</b>	<b>Labor repressive</b>
<b>Peasant Revolution Potential</b>	<b>Low</b>	<b>High</b>	<b>Low</b>	<b>High</b>
<b>Critical Political Event</b>	<b>Bourgeois Revolution</b>		<b>Revolution from Above</b>	<b>Peasant Revolution</b>
<b>Major Outcome</b>	<b>Democratic Capitalism</b>		<b>Fascism</b>	<b>Communist Dictatorship</b>
<b>Cases:</b>	<b>Britain U.S.</b>	<b>France</b>	<b>Germany Japan</b>	<b>Russia China</b>

**Bibliografia:** Skocpol, Theda - *Social Revolutions in the Modern World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995, p.32

**Anexo IV-**Condições genéricas das situações e resultados revolucionários.

Situação Revolucionária	Resultado Revolucionário
1 - Aparecimento de contendores ou coligações de contendores que apresentam exigências concorrentes ao controlo do Estado ou do segmento deste.	1- Defecções de membros da comunidade política.
	2- Aquisição de forças armadas pelas coligações revolucionárias.
2 - Apoio a essas pretensões por um segmento significativo dos cidadãos.	3- Neutralização ou defecção das forças armadas do regime.
3 - Incapacidade ou desinteresse dos governantes em reprimir a coligação alternativa ou o apoio às suas exigências.	4- Controlo do aparelho de Estado por membros de uma coligação revolucionária.

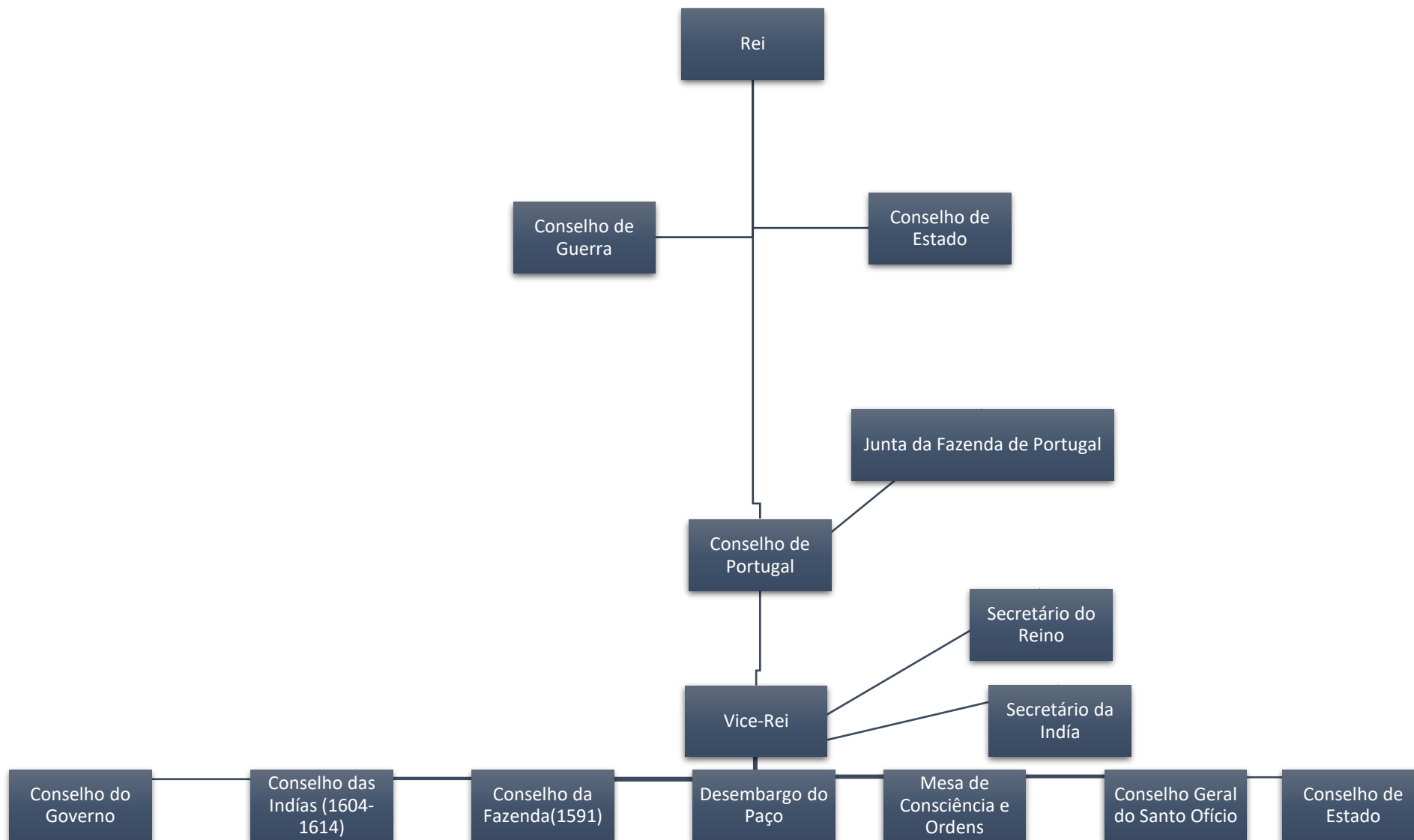
**Bibliografia:** Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias*. 1492-1992. Lisboa: Presença, 1996, p.226

Anexo V-Iconografia Ilustrativa (Restauração Portuguesa, 1 de Dezembro de 1640)



**Bibliografia:** *Johannes der vierte König zu Portugal und Algarbe etc.*, 1650, BNP

### Anexo VI-Sistema Polissinodal Português



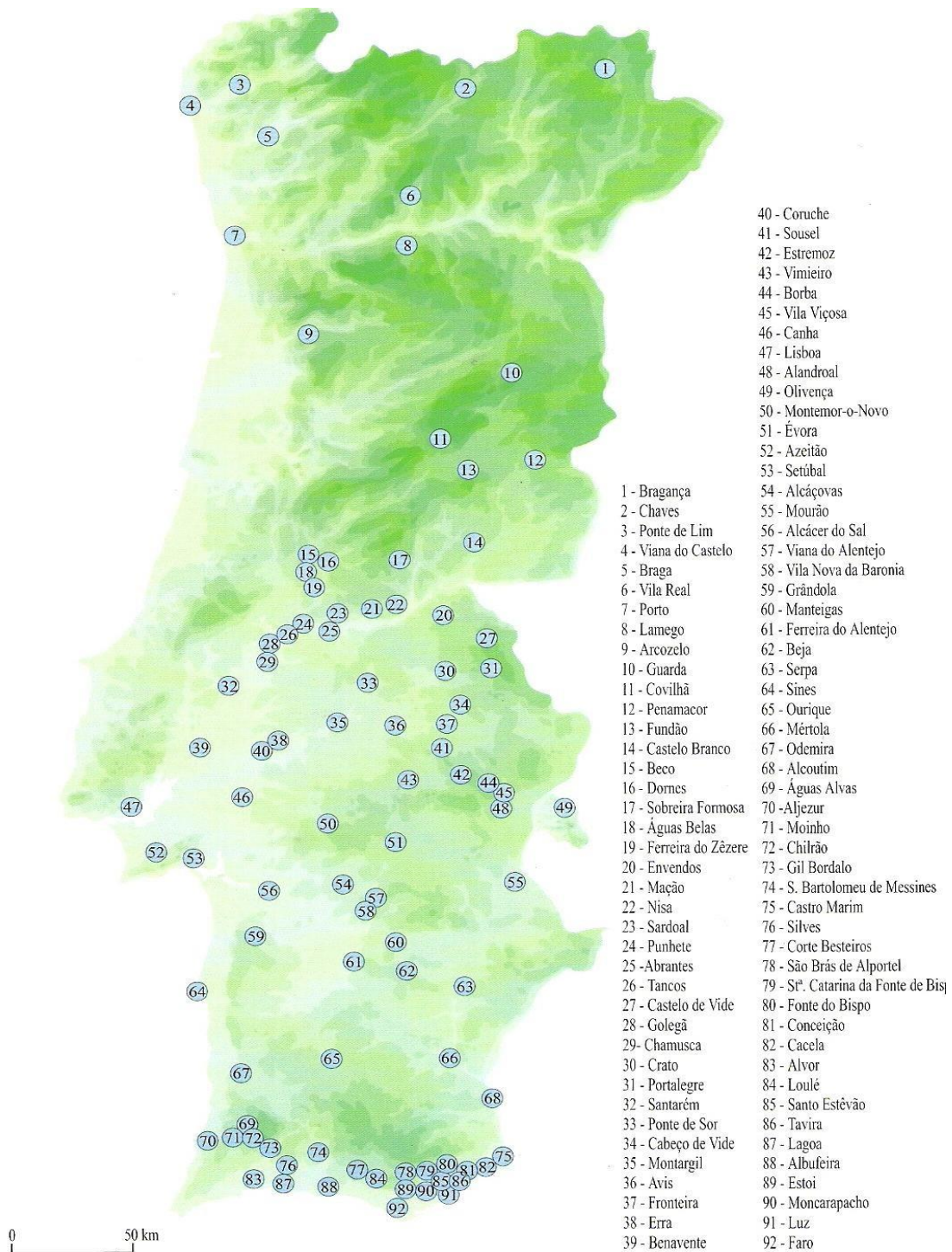
**Anexo VII-Orçamento do Reino (1506-1607) (em milhões de réis)**

	<b>1506</b>	<b>1519</b>	<b>1527</b>	<b>1534</b>	<b>1557</b>	<b>1588</b>	<b>1607</b>
<b>REINO(TOTAL)</b>	<b>74,8</b>	<b>111,7</b>	<b>131,3</b>	<b>153,7</b>	<b>288,8</b>	<b>421</b>	<b>460,8</b>
<b>ALMOXARIFADOS</b>	<b>65,71</b>	<b>961</b>	<b>84</b>	<b>-</b>	<b>190,51</b>	<b>198,2</b>	<b>198,3</b>
<b>ALFÂNDEGAS DO MAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>125</b>	<b>186,5</b>
<b>ALFÂNDEGAS E CASAS DE LISBOA</b>	<b>9,1</b>	<b>15,7</b>	<b>41,6</b>	<b>-</b>	<b>98,3</b>	<b>97,8</b>	<b>76</b>
<b>IMPÉRIO (TOTAL)</b>	<b>104,1</b>	<b>164,6</b>	<b>s.i</b>	<b>284,8</b>	<b>s.i</b>	<b>347</b>	<b>521</b>

**Bibliografia:** Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Münch - *História Económica de Portugal*, 1143–2010. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p.129



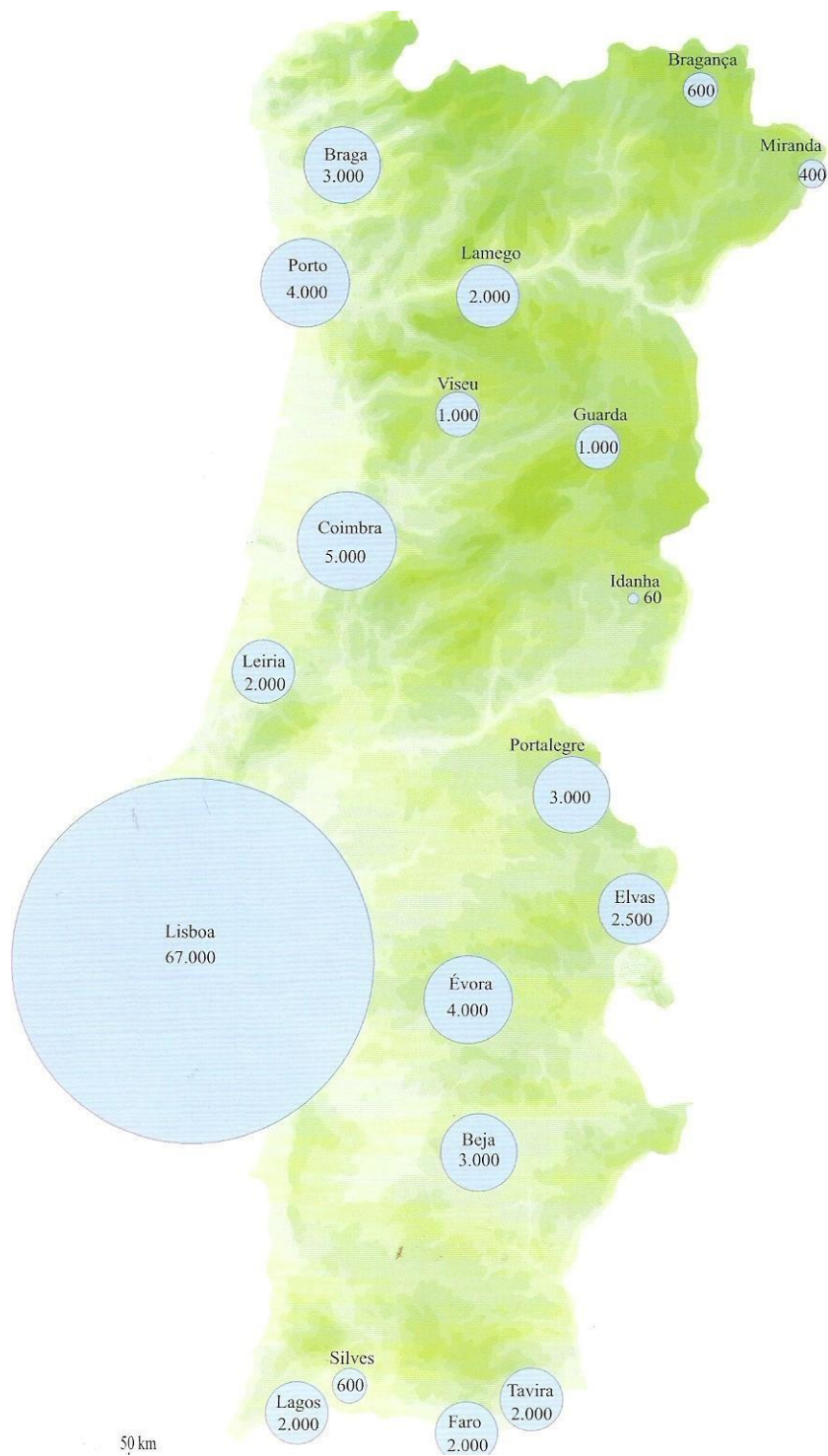
## Anexo VIII-Levantamentos populares (1629-1640)



A. H. P. 23

Bibliografia: Marques, A.H. de Oliveira; Dias, João José Alves- *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003, p.266.

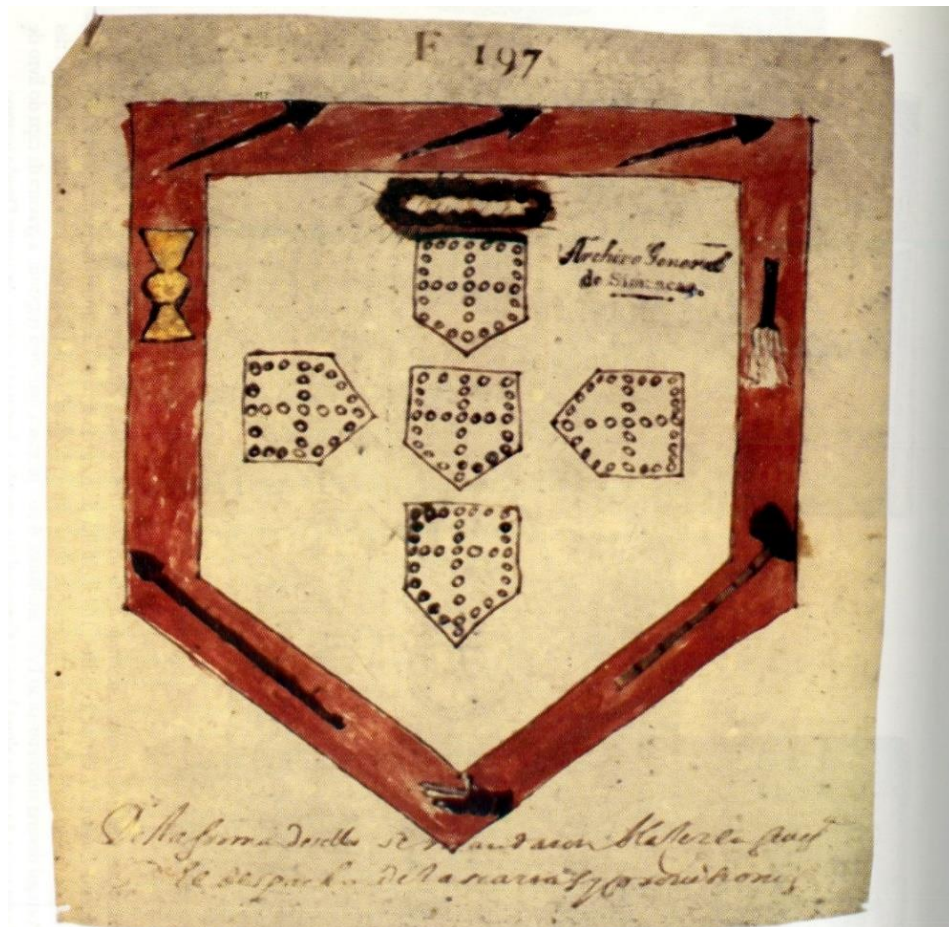
## Anexo IX- População urbana (ca. 1639-1640)



**Bibliografia:** Marques, A.H. de Oliveira; Dias, João José Alves- *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003, p.239.



**Anexo X-** Escudo colorido dos Sebastianistas.



**Bibliografia:** Álvarez, Fernando Bouza - *Portugal no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.



**Anexo XI-**Largo das Alterações, Évora

**Anexo XII** – Dois elementos iconográficos que identificam Tomaso Masaniello



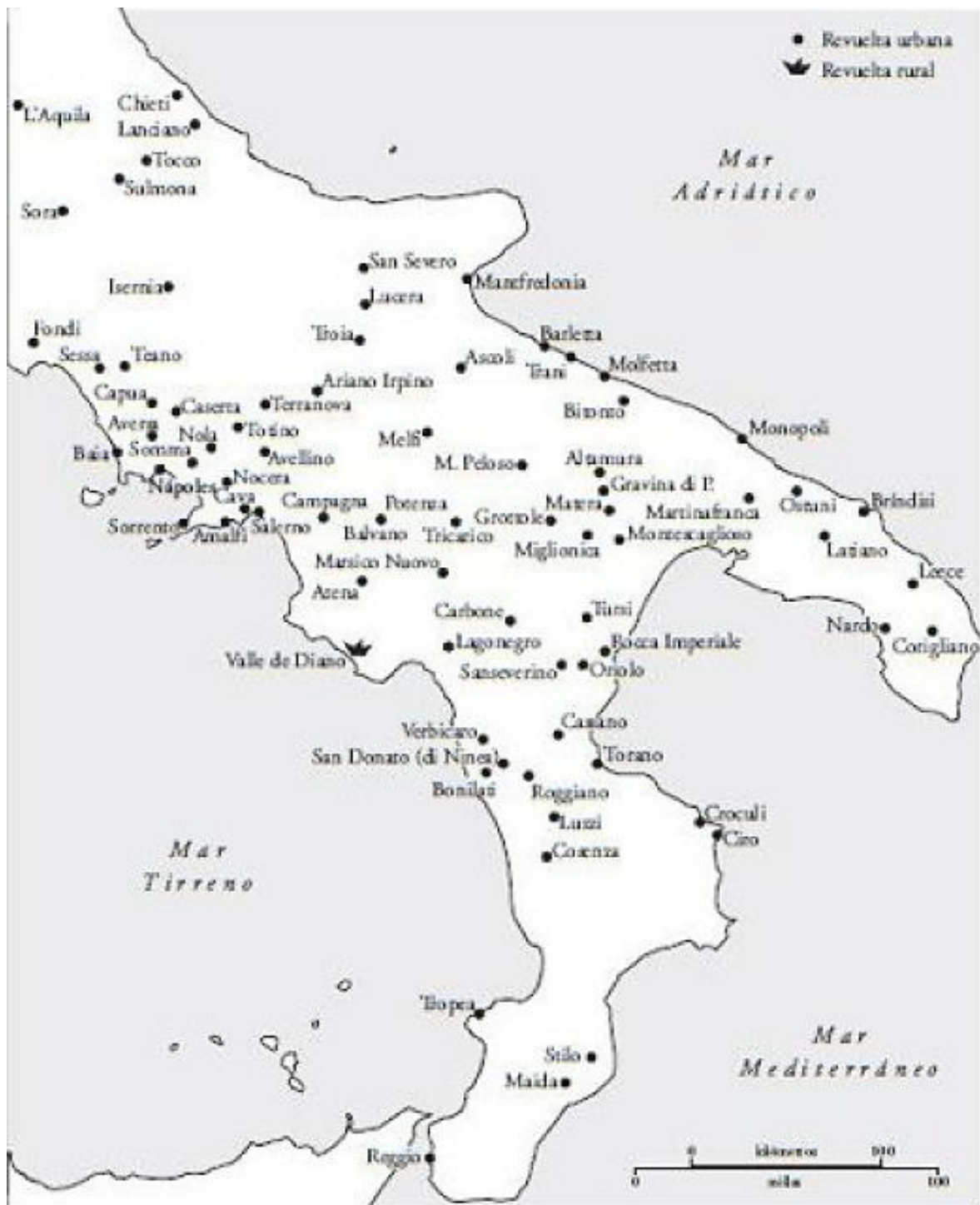
**Bibliografia:** Micco Spadaro, *Presunto ritratto di Masaniello*, 1670, Museo di San Martino



**Bibliografia:** Onofrio Palumbo (atribuido), “*Thomas Aniellus Neapolitane Seditis Auct*”, Collezione Martino Oberto, Genova



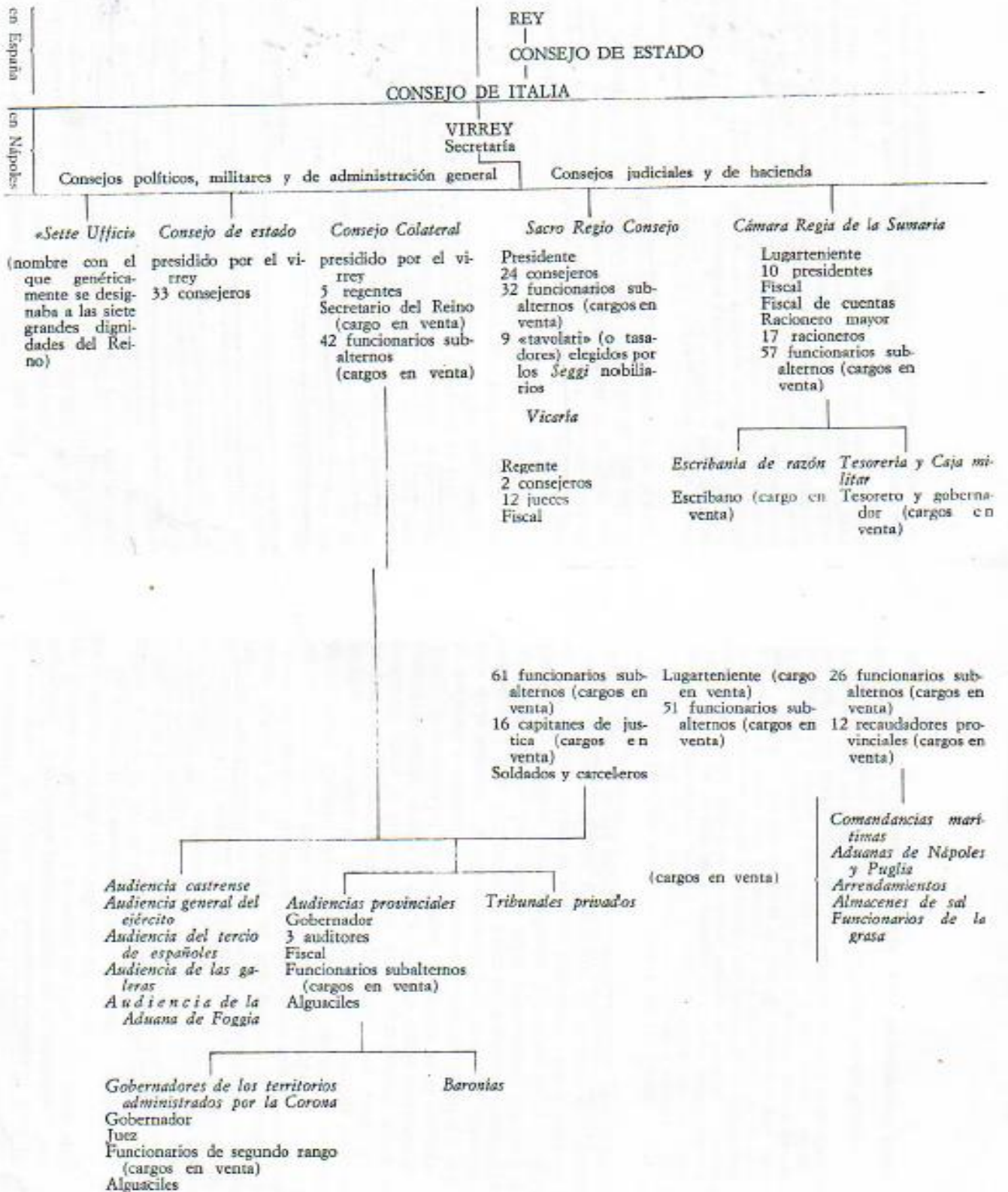
Anexo XIII -Mapa do Reino de Nápoles (revoltas urbanas e rurais)



**Bibliografia:** Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p.718

# Anexo XIV-Esquema Governmental Napolitano

El gobierno del Reino de Nápoles a mediados del siglo XVII



**Bibliografía:** Villari, R. - *La revuelta antiespañola en Nápoles. Los orígenes (1585-1647)*. Madrid, 1981, p.



**Anexo XV-***La rivolta di Masaniello del 1647 a Piazza del Mercato*



**Bibliografia:** Micco Spadaro, *La rivolta di Masaniello del 1647 a Piazza del Mercato*, 1647, Museo Nazionale di San Martino.

**Anexo XVI-Constitutions y altres drets de Catalunya**

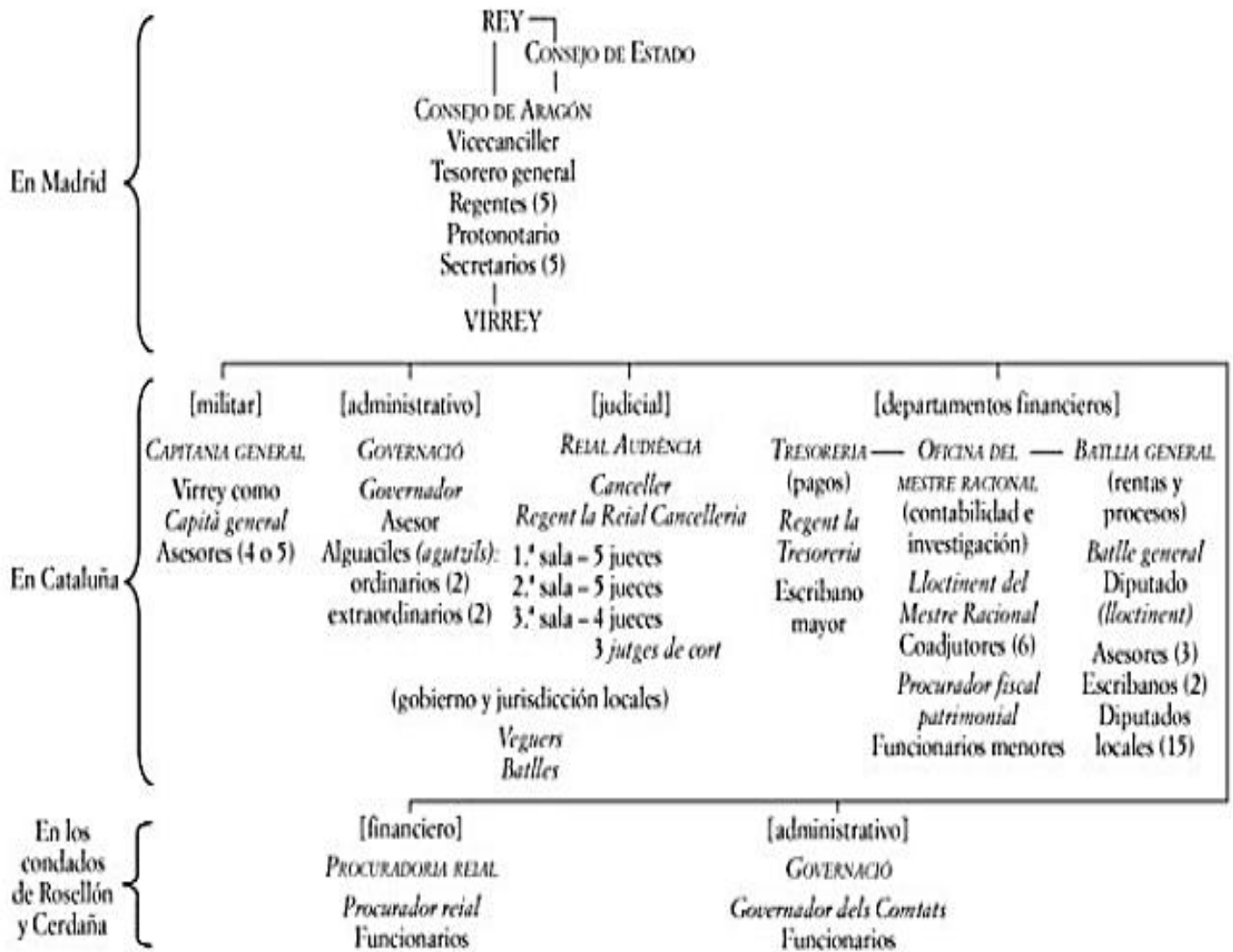


**Bibliografia:** Gotard, Hubert -*Constitutions Y Altres Drets De Catalunya : Compilats En Virtut Del Cap. De Cort XXIIII. De Les Corts per La S.C. Y Reyal Maiestat Del Rey Don Philip Nostre Senyor Celebradas En La Vila De Montso Any MDLXXXV*, Vol.I, En Casa De Hubert Gotard, Barcelona, 1588.



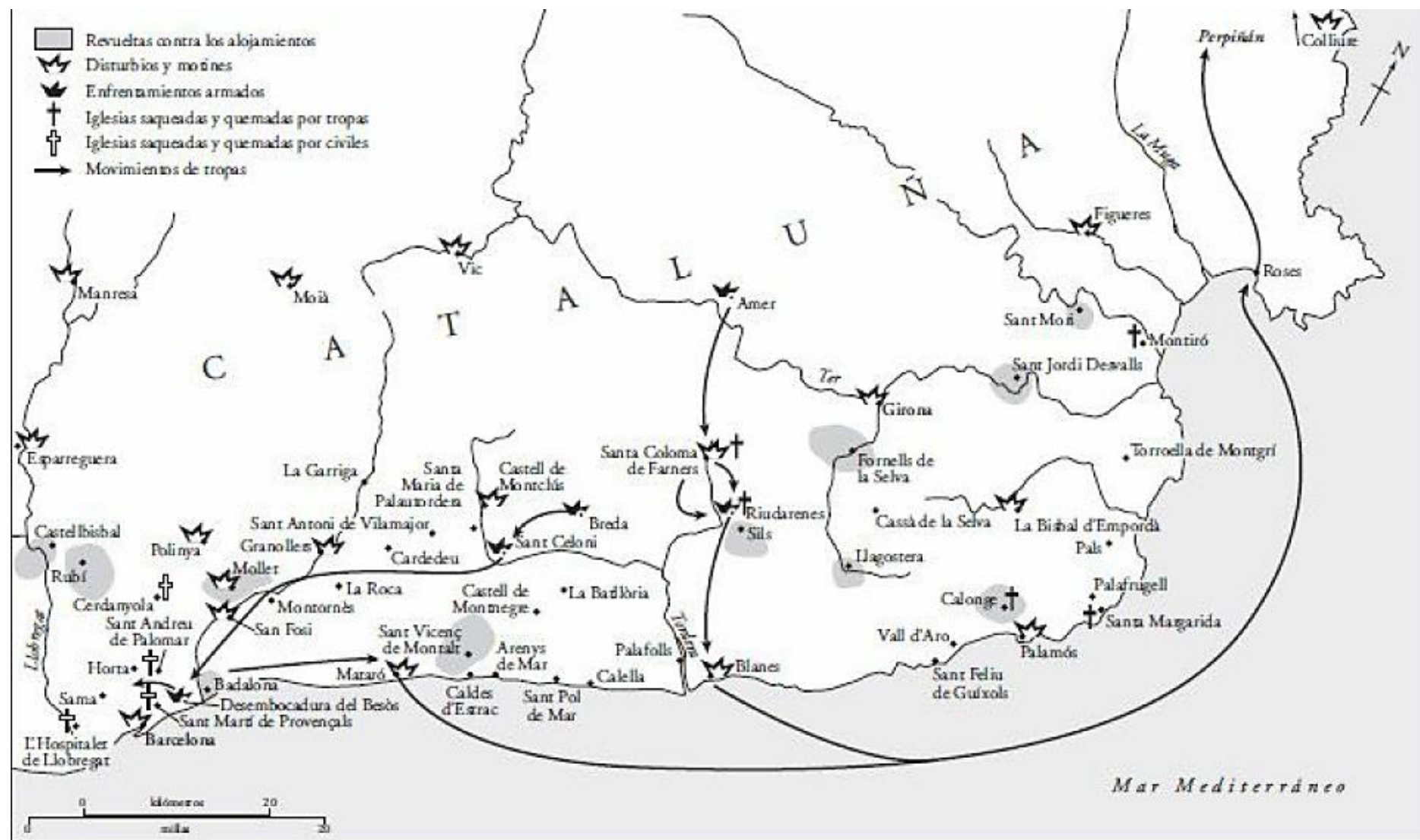
## Anexo XVII- Esquema Governmental Catalão

**Bibliografía:** Elliott, John - *La rebellion de los Catalanes*, Madrid: Siglo XXI editores, 1982.



**Anexo XVIII-Mapa do Principado da Catalunha (revoltas urbanas e rurais)**

**Bibliografia:** Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p. 468



**Anexo XIX-***Edifício da Generalitat, Barcelona*



**Bibliografia:** Generalitat de Catalunya – Espanha([www.web.gencat.cat](http://www.web.gencat.cat))

**Anexo XX-** Els Segadors



**Bibliografia:** Els segadors, Antoni Estruch, 1907



## Anexo XXI- Medalhão Cromwel e Masaniello



Na face de Masaniello:

*Masaniello vissche.*

*En coninck v.Naples 1647*

(Masaniello pescador e Rei de Napoles .1647)



Na face Cromwel:

*Olivar Cromwel*

*Protector V.Engel*

*Schot en Irlan*

(Oliver Cromwel protetor de Inglaterra, Escócia e Irlanda)

**Bibliografia:** Capasso, Bartolomeu- *Masaniello*, Napoles: Arturo Berisio Editore, 1980, pp.237

## Anexo XXII- Situações Revolucionárias nas Ilhas Britânicas

<b>Situações Revolucionárias nas Ilhas Britânicas</b>	
1542-1550	Guerra de sucessão com a Escócia
1549-1550	Rebelião de Kett; Rebelião da Cornualha
1553-1554	Rebelião de Wyatt
1559-1560	Guerra de sucessão anglo-escocesa, com intervenção da França
1559-1567	Lutas de sucessão ao condado de Tyrone, na Irlanda; Rebelião de Shane O'Neill
1565-1567	Lutas Religiosas na Escócia
1568-1573	Primeira rebelião de Desmond na Irlanda
1569	Rebelião dos senhores católicos do Norte
1579-1580	Segunda rebelião de Desmond, rebelião em Leinster com intervenção do papa e da Espanha
1595	Rebelião dos Senhores Católicos na Escócia
1595-1603	Rebelião de Hugh O'Neill na Irlanda, com intervenção espanhola
1608	Revolta Irlandesa de Sir Cahir O'Doherty
1639-1640	Rebelião escocesa: as Guerras dos Bispos
1641	Levantamento de Ulster
1642-1647	Guerra Civil na Inglaterra, Irlanda e Escócia
1648-1651	Segunda Guerra Civil na Inglaterra, Irlanda e Escócia

**Bibliografia:** Tilly, Charles - *As Revoluções Europeias. 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996, pp. 146-147

**Anexo XXIII**-Entrada de Charles I para aprisionar dos 5 membros da Câmara dos Comuns.



**Bibliografia:** Charles West Cope, *Speaker Lenthall Asserting the Privileges of the Commons Against Charles I when the Attempt was made to Seize the Five Members*, 1866, Paintings in the House of Parliament

Anexo XXIV-The Execution of Charles I



**Bibliografia:** Artista Desconhecido, *The Execution of Charles I*, 1649, National Galleries of Scotland, By permission of Lord Dalmeny



## Anexo XXV-Síntese de Conflictos

Bibliografía: Parker, Geoffrey - *El siglo Maldito*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013, p.468

